

INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS - CAMPUS OURO PRETO
TECNOLOGIA EM CONSERVAÇÃO E RESTAURO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC II

PROJETO DE ESTABILIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA RUÍNA DA
IGREJA DE N. SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ANTÔNIO
PEREIRA/MG

Prof.: Rodrigo Augusto Meniconi

Aluna: Luzia Cardoso

OURO PRETO
FEVEREIRO DE 2012

INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS - CAMPUS OURO PRETO
TECNOLOGIA EM CONSERVAÇÃO E RESTAURO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO DE ESTABILIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA RUÍNA DA
IGREJA DE N. SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ANTÔNIO
PEREIRA/MG

**Trabalho apresentado ao Departamento de
Conservação e Restauro do Instituto Federal
Minas Gerais – Campus Ouro Preto para
avaliação de conclusão do curso de Tecnologia em
Conservação e Restauro.**

Orientador: Rodrigo Augusto Meniconi

Aluna: Luzia Cardoso

OURO PRETO
FEVEREIRO DE 2012

AGRADECIMENTOS

Desculpando-me por algum involuntário esquecimento, procuro aqui registrar todos os que contribuíram para a conclusão deste trabalho, do qual assumo total responsabilidade pelas eventuais falhas.

Agradeço aos colegas e amigos Gilmar Nunes, Ronaldo Trindade e Sérgio Norberto pelos incansáveis acompanhamentos das idas à ruína, em busca da tomada das suas medidas arquitetônicas e dos registros fotográficos. Agradeço com carinho e reconhecimento a colaboração dos professores Alex Fernandes Boher e Fernando Antônio Nogueira de Oliveira pelas valiosas contribuições dadas.

Agradeço à amiga Luciana Barros e ao Prof. Alexandre Mascarenhas, que generosamente leram uma versão ainda bastante inicial desse texto e que, com suas clarezas características sugeriram rumos e apontaram falhas. Agradeço ao Prof. Rodrigo Augusto Meniconi, orientador, pelas palavras de estímulo sempre que necessário e pela amizade com que me honrou.

Agradeço aos meus pais, que com suas mãos generosas, me conduziram para o caminho do bem, aos meus irmãos e irmãs e, em especial, à minha irmã Maria de Lourdes, pela honra do convívio e pelo exemplo de coragem, de luta e de amor à vida. E à amiga Rosane, que me ensinou o valor da paciência e da disciplina.

Enfim, a todos que me ensinaram, inspiraram e ajudaram, os meus agradecimentos.

Para Maria de Lourdes (*In memoriam*)

“Se fui capaz de ver mais longe, é porque me apoiei em ombros de gigantes.”

Isaac Newton

“As obras de arte antiga devem possuir para nós uma importância muito superior àquela determinada por seu valor material. Ainda maior, no entanto, muito maior do que simples antiguidades, padrões estilísticos ou fontes históricas. Elas precisam ser interpretadas e sustentadas como uma parte viva e integrada às nossas existências, ao nosso dever, à nossa pátria, à nossa cultura nacional, às nossas aquisições e prerrogativas espirituais e éticas, assim como os tesouros do desenvolvimento lingüístico e literário, do qual são a contrapartida.”
Catecismo da Preservação de Monumentos – Max Dvorák - pg.107)

RESUMO

O presente trabalho, ao tentar estabelecer o *revival* de parte do barroco religioso mineiro presente na arquitetura de suas igrejas setecentistas, em especial a *Igreja Queimada*, examina as estratégias de sua construção, buscando a interpretação e entendimento do seu passado histórico, procedendo assim a uma análise contextual a partir da historiografia da época, como forma de promover a intervenção nos seus muros, através da sua estabilização e consolidação. Centrado nas contribuições deixadas pelos restauradores e críticos da restauração, especialmente na questão relevante às ruínas, o presente trabalho busca se valer para tal destas contribuições e de todas as normas reguladoras que envolvam a realização do projeto em defesa do passado tangível da ruína, que indica a permanência do passado no presente.

RÉSUMÉ

Le présent travail essaie d'établir le *revival* d'une partie du baroque mineur présent dans l'architecture de ses églises dans le siècle XVIII, particulièrement *l'Église Brûlée*, examine les stratégies dans sa construction à la recherche de son interprétation et connaissance dans son passé historique, avec la provenance à une analyse du contexte à partir de l'histoire dans l'époque, comme forme de promouvoir l'intervention dans ses massives, à travers dans sa constance et consolidation. En utilisant les apports ont laissés par restaures et critiques dans la restaure, particulièrement sur la question des ruines, le présent travail cherche se prevaloir pour cela de ces contributions et de toutes les normes réglementaires qui englobent la réalisation du projet à la défense du passé sensible de la ruine, qui indique la permanence du passé dans le présent.

LISTA DE FOTOGRAFIAS E DESENHOS

Img. 01- Formação urbana de Vila Rica.	20
Img. 02- Formação dos arraiais ao longo das encostas e nos morros.	20
Img. 03- Formação do caminho tronco ligando os arraiais de Vila Rica.	22
Img. 04- Povoamento longitudinal da Vila.	23
Imgs. 05 e 06- Matrizes de Antônio Dias e do Pilar.	24
Img. 07- Morro de Santa Quitéria, o montante entre os dois principais arraiais.	25
Img. 08- Localização de Ouro Preto no mapa de Minas.	29
Img. 09- Vista panorâmica de Antônio Pereira. Crescimento urbano ao longo do vale, seguindo o curso das águas do Córrego Antônio Pereira e a encosta da montanha.	31
Img. 10- Vista aérea do distrito de Antônio Pereira, localizado entre montanhas e rios, aos pés da Serra Geral.	31
Img. 11- Resquícios de um sobrado	32
Img. 12 - Casarão de uso misto	32
Img. 13- Chalé de 1939	34
Img. 14- Sobrado em pau-a-pique e porão em pedras	34
Img. 15- Construção com base em pedra	34
Img. 16- Fachada de residência	34
Img. 17- A abundancia do quartzito desnudo reflete brilhos intensos durante o dia, produzindo contrastes com a coloração da vegetação local.	37
Img. 18- Desnivelamentos causados pela erosão do solo, conseqüentes da extração do ouro, como fator de embelezamento da paisagem.	38
Img. 19- Mapa Geológico da Quadrícula de Antônio Pereira, Minas Gerais,	39

Brasil.

Img. 20 – Subdivisões na estratigrafia do supergrupo Minas, segundo convênio desenvolvido de cooperação EUA/Brasil. 1963.	39
Imgs. 21 e 22- Área de exploração do topázio com suas galerias de extração.	41
Img. 23- Área ocupada pela extração do topázio imperial, atividade exercida sem orientação técnica e de forma braçal.	42
Img. 24- Topázio: Ostentação e brilho.	42
Img. 25- Maciço rochoso do Morro do Frazão. Afloramentos quartzíacos, grutas e abrigos.	43
Img. 26- Entrada da Gruta da Lapa.	43
Img. 27- Um dos salões internos da gruta, onde os fiéis vão à procura de água, para a sua exploração e para oferenda das velas.	43
Imgs. 28 e 29- Serviços básicos de educação.	46
Imgs. 30 e 31- Serviços básicos essenciais tais como saúde e serviços presentes no distrito.	47
Img. 32- Sede atual da Corporação e novo projeto, mais amplo, com mais dependências, ambas localizadas na Rua Grande.	48
Img. 33- Vista aérea de Antônio Pereira, destacando a sede do distrito, a Vila Residencial e uma bacia de rejeitos de minério. Crescimento do arraial seguindo o percurso do rio.	49
Img. 34- Planta de Antônio Pereira, destacando a sede do distrito e a Vila Residencial Samarco.	50
Img. 35- Foto da Vila Residencial Samarco no início de sua formação.	50
Imgs. 36 e 37-Detalhes do interior da Gruta, com seu coro na lateral. Formação, na parede de um dos salões no interior da gruta, da esfinge de N. Senhora, em cujos pés brotam gotículas de água.	52

Imgs. 38 a 41- Cenas das celebrações em homenagem a N. Senhora da Lapa, festa comemorada anualmente nos dias 14 e 15 do mês de agosto.	53
Imgs. 42 e 43- Igreja de N. Senhora das Mercês, local onde passaram a ser celebrados os ofícios religiosos após o incêndio de 1830 na Matriz de N. S. da Conceição.	54
Img. 44- Igreja de N. Senhora das Mercês, atualmente em fase de reformas.	55
Img. 45 – Marcas da arquitetura contemporânea no decorrer do caminho eixo.	57
Img. 46- Modernas construções substituindo as antigas habitações coloniais no caminho original do distrito. Em destaque à direita, imagem do que sobrou do antigo casarão.	58
Img. 47- Frontispício da Igreja Queimada. De pilastras retas, com frontão triangular em adobe e as torres sineiras inacabadas. Aos fundos resquícios da parede do altar-mor e acima a revoada dos pombos, habituais moradores da ruína.	61
Img. 48 –Maciços e interior da ruína. Detalhes para a vegetação, os túmulos e os pombos, formando uma outra trindade, que não é santíssima.	70
Imgs. 49 a 52- Orifícios deixados ao longo dos maciços para encaixe dos andaimes, nos quais se pode observar o cuidado em se manter a continuidade das amarrações necessárias à estabilidade do monumento.	72
Imgs. 53 a 56- Detalhes de reboco das torres e das fachadas.	73
Img. 57 – Vestígios da localização da capela primitiva.	74
Imgs. 58 e 59 – Fragmentos de pintura do altar-mor. Fachada posterior. Parte onde provavelmente situava o altar-mor da antiga capela, no interior da Matriz.	74
Imgs. 60 a 62- Indícios de continuidade posterior de construção, verticalmente visíveis, no mesmo alinhamento nas fachadas laterais e marcas da diferença de tonalidades nos materiais empregados.	75
Imgs. 63 e 64 – Fragmentos de materiais agregados ao maciço como embrechamento ou como camadas de nivelamento.	76

Img. 65 - Sequência de orifícios, alinhados ao longo dos maciços. Detalhe do orifício.	77
Img. 66 – Frontão triangular nas suas visões externa e interna, de onde se podem notar a dupla fileira de tijolos.	78
Imgs. 67 e 68- Quebras de horizontalidade e verticalidade. Detalhes da cimalha da torre sineira e do frontispício, arrematando as pesadas pilastras.	79
Imgs. 69 e 70- Óculos e Outros vãos abertos das torres sineiras	79
Imgs. 71 e 72 – Conversadeiras localizadas nas laterais, próximas à fachada posterior.	81
Img . 73- Exemplar remanescente das grades em ferro fundido.	81
Img. 74 – Sacada sobre as portas laterais com orifícios para suporte de barrotes.	82
Img. 75 – Vestígios de suposta sacada lateral, com o intuito de levar luminosidade natural ao interior da Igreja.	82
Imgs. 76 e 77 – Ramificações no entorno da ruína, nas suas laterais esquerda e direita. Habitações modestas, sem alinhamento e nenhum vestígio do período colonial.	83
Img. 78– Ocupação do entorno.	84
Img. 79– Adro em frente da ruína: descaracterização total do primitivo arraial.	85
Imgs. 80 e 81 – Residência demolida em 2009. Toda memória substituída por tijolo cerâmico e concreto.	85
Img. 82 – Cemitério externo, localizado após a fachada posterior da ruína.	87
Imgs 83 e 84 – Capela velório, localizada junto ao cemitério, após a fachada posterior da ruína.	87
Pranchas 01/08 a 06/08 – Levantamento Arquitetônico da Ruína da Igreja	98

Pranchas 01/14 a 10/14 – Levantamento de Patologias da Ruína da Igreja	102
Pranchas 07/08 e 08/08 – Levantamento Arquitetônico da Capela Velório	108
Pranchas 11/14 a 14/14 – Levantamento de Patologias da Capela Velório	111

SUMÁRIO

AS RAZÕES E FINALIDADES DO TCC	13
METODOLOGIA	14
1. OBJETIVO	18
2. BREVE HISTÓRICO DE VILA RICA	19
2.1. EVOLUÇÃO URBANA	28
3. O ARRAIAL DE ANTÔNIO PEREIRA: LEVANTAMENTO CONTEXTUAL	30
3.1. ASPÉCTOS HISTÓRICOS: BREVE HISTÓRICO	30
3.2. ASPÉCTOS GEOGRÁFICOS	36
3.3. GEOLOGIA DO DISTRITO	38
3.4. ASPÉCTOS SÓCIOS-CULTURAIS	43
3.5. ASPÉCTOS RELIGIOSOS	51
3.6. ASPÉCTOS ECONÔMICOS	55
3.7. ASPECTOS URBANOS E ARQUITETÔNICOS	56
3.8. FRAGMENTOS DA MEMÓRIA: UM RETORNO AO PASSADO	58
4. A IGREJA QUEIMADA: UMA BREVE DESCRIÇÃO FORMAL, ESTILÍSTICA E CONSTRUTIVA	61

4.1. A CONSTRUÇÃO INACABADA	61
4.2. TIPOLOGIA ARQUITETÔNICA, SISTEMAS CONSTRUTIVOS E MATERIAIS	68
4.3. ANÁLISE HISTÓRICA-CRÍTICA	71
4.4. CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO	82
4.4.1. ADRO	82
4.4.2. O CEMITÉRIO	86
4.4.3. A CAPELA VELÓRIO	87
4.5. O SENTIMENTO DAS RUÍNAS	88
4.6. A PRESERVAÇÃO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS: BREVE HISTÓRICO	90
5. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DA RUÍNA DA IGREJA QUEIMADA	98
5.1. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA RUÍNA	99
5.1.1. LEVANTAMENTO DE DANOS	100
5.1.2. PROPOSTA E DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO	103
5.1.2.1 CONDUTAS A SEREM SEGUIDAS	104
6. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DA CAPELA VELÓRIO	108
6.1. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO – LEVANTAMENTO DE DANOS	109
6.1.1. PROPOSTA E DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO	111
6.1.2. CONDUTAS A SEREM SEGUIDAS	111
7. REFERÊNCIAS E FONTES DE PESQUISA	113
ANEXO – CADERNOS DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES	117

AS RAZÕES E FINALIDADES DO TCC

Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de graduação em Tecnologia em Conservação e Restauro, do Instituto Federal Minas Gerais – *campus* Ouro Preto, tendo como proposta o desenvolvimento do Projeto de Estabilização e Consolidação da Ruína da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, conhecida como *Igreja Queimada*, localizada em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto-MG.

O passado é a reconstrução narrativa do vivido e do imaginado que vem alimentar de novas ambições e inquietudes o que se convencionou denominar de cada época. E dentre tantos legados, temos como herança ricas obras de uma época que não mediu esforços em ousar os seus grandes sonhos de religiosidade e expressão artística. Compreender a maneira como as épocas definiram o seu presente, com base em uma redefinição do seu próprio passado, não deixa de ser uma tarefa das mais edificantes.

Em Minas Gerais, o movimento artístico foi uma das manifestações mais altas do barroco luso-brasileiro, sendo iluminado pela abundância do ouro e pelos diamantes, manifestando-se meio a artesões populares e refletindo as aspirações do povo, consolidando-se como uma escola à parte, muitas vezes marcada pela originalidade do mulato e vista como marco inicial de uma identidade nacional.

Os vestígios da *Igreja Queimada*, de construção iniciada em 1716 e incendiada em 1830, constituída dos maciços das suas paredes, de sua frontaria e das torres sineiras, permanecem ainda hoje brava e imponentemente à espera por alguma iniciativa que a estabilize, para que assim, saindo da condição de depósito de restos mortais, de abrigo dos pombos e de eventual pedreira para edificações de novas obras, possa então brilhar e servir de testemunho vivo de uma parcela da nossa história.

Esse dado da realidade tem levado à perda da autenticidade e integridade das estruturas edificadas da ruína e do seu entorno, colocando em risco a manutenção dos valores atribuídos ao acervo. Instruir os moradores e usuários desses espaços sobre os valores da preservação patrimonial e da ambiência a serem preservadas, bem como das normas de proteção que os regem, tendo como meta a redução da quantidade de obras

irregulares, as descaracterizações e o trato com o bem público, é também objeto que se insere na elaboração deste trabalho.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos a serem adotados para a elaboração deste trabalho são elaborados a partir de:

Etapa/Fase: Levantamento Cadastral

- Visita ao distrito para elaboração dos dados referentes à sua descoberta, sua evolução, ocupação, declínio e esvaziamento durante e após a extração do ouro.
- Busca de documentação e fotografias antigas do distrito e objetos de estudo em visita a acervos públicos e privados.
- Levantamento de dados através de entrevista e depoimento dos moradores.
- Definição da área a ser considerada como entorno do objeto em estudo.
- Levantamento fotográfico geral e minucioso, através de câmera digital, das áreas internas, externas e do entorno definido, bem como de fotografias de época.
- Pesquisa sobre os usos e usuários, tipo de terreno, contexto da paisagem, orientação solar.
- Estudo sobre os aspectos sócio-culturais, geográficos e urbanísticos do local.
- Levantamento de informações em sites.
- Pesquisa bibliográfica em títulos universais relevantes ao tema do trabalho, em documentos escritos tais como teses, anotações de aulas, textos, estudo de casos, relatórios técnicos, revistas e periódicos, em bibliotecas e acervos públicos e privados existentes no município e no distrito.

Etapa/Fase: Levantamento métrico-arquitetônico

- Levantamento minucioso do monumento através de representação gráfica, servindo como documento para futuras intervenções e como documento histórico.
- Levantamento fotográfico e de medição das áreas internas e externas para auxílio na elaboração do desenho gráfico, geral e minucioso, através de câmera digital e da utilização de trenas, esquadros, mangueira de nível, metro.
- Reconhecimento, nivelação, medições dos elementos e detalhes, croquis para a confecção das plantas, cortes e fachadas em escala gráfica, utilizando os métodos de triangulação e amarração.
- Análise da tipologia, detalhes arquitetônicos, implantação sobre o terreno, volumetria.
- Elaboração de desenhos precisos e detalhados em AutoCad, constituídos pelas plantas de situação, de localização, cortes transversais e longitudinais e das fachadas.

Etapa/Fase: Identificação dos materiais

- Levantamento dos sistemas e técnicas construtivas, dos materiais e caracteres constitutivos dos maciços das paredes, fachadas e torres sineiras, de suas características físicas e químicas.
- Estudo de viabilidade de levantamento e caracterização de possível pesquisa arqueológica.
- Estudo de viabilidade de levantamento e coleta de dados de material para prospecção pictórica na parede do altar-mor.

Etapas/Fases: Levantamento dos diagnósticos e Mapeamento de danos

- Levantamento criterioso de problemas de cunho estrutural.
- Observação, análise e avaliação minuciosa do estado de conservação e patologias, através do apontamento das anomalias encontradas em seus diversos níveis de degradação.

- Registro gráfico e fotográfico detalhados das patologias encontradas com a utilização de simbologias diferenciadas para diferenciação das mesmas, fazendo um registro mais fiel possível do estado de conservação dos seus elementos.
- Criação das fichas de identificação das patologias utilizando detalhes em fotos, devidamente localizadas.

Etapa/Fase: Propostas de intervenção

- Estudo de intervenções do mesmo porte já executadas em outros monumentos para embasar as propostas apresentadas.
- Construção de um ossário no interior do cemitério anexo à ruína.
- Reforma da capela velório anexa à ruína.
- Estudos e reuniões com os representantes da Igreja e da comunidade para providências a serem tomadas quanto à retirada do cemitério do interior da edificação, bem como das expectativas da intervenção.
- Execução de todas as etapas pertinentes à estabilização e consolidação da ruína, levando-se em conta as proposições apresentadas.
- Execução de um sistema de drenagem no interior da edificação.
- Proposta de cobertura da área elevada, pertencente à suposta capela primitiva.
- Indicação de possíveis projetos de reutilização futura como: instalações hidráulicas, elétrica/eletrônica, sanitárias, de combate a incêndio e mobiliários.
- Execução do Memorial Descritivo da intervenção proposta, apresentando as justificativas para as técnicas adotadas.
- Detalhamento da especificação dos materiais e serviços a serem utilizados.
- Elaboração dos Cadernos de Encargos.

Etapa/Fase: Proposta de paisagismo, sinalização e do Programa de Educação Patrimonial

- Proposta de projeto complementar de paisagismo utilizando-se da flora existente na região, dando destaque para espécies nativas e plantas úteis que se adaptam ao clima e ao crescimento em situações adversas.
- Execução de projeto complementar de sinalização contemplando todo o distrito, prevendo a instalação de placas de sinalização em alguns pontos da rodovia, informando a existência do novo espaço vivo da região.
- Instruir os moradores e usuários desses espaços sobre os valores da preservação patrimonial e da ambiência, das normas de proteção que os regem bem como da manutenção das qualidades artísticas e paisagísticas do acervo patrimonial edificado.

1. OBJETIVO

A intervenção na ruína da Igreja de N. Senhora da Conceição de Antônio Pereira tem por objetivo a conservação da sua autenticidade e a sua apropriação pela comunidade, dando uma nova oportunidade ao patrimônio “abandonado”, fazendo com que a mesma deixe de ser um mero depositário de restos mortais. Por ser uma obra de grande valor histórico e arquitetônico, e tendo a consciência intensa de que estamos diante de um testemunho sob a ameaça de desaparecimento, a intervenção buscará a sua conservação bem como o reconhecimento da obra de arte como patrimônio na sua constituição física e arquitetônica, no seu sentido mais amplo. A intervenção terá como objetivo interromper o arruinamento dos seus muros, assegurar a sua estabilidade ao fortificar seu sistema construtivo e, ao mesmo tempo garantir a proteção dos seus materiais contra o intemperismo e o vandalismo. Estabilizar e consolidar, este é o propósito para que o secular monumento, bravo e imponente, continue a exercer a função de *testemunho mudo e singelo da arte apenas iniciada* que foi interrompida há quase dois séculos.

2. BREVE HISTÓRICO DE VILA RICA

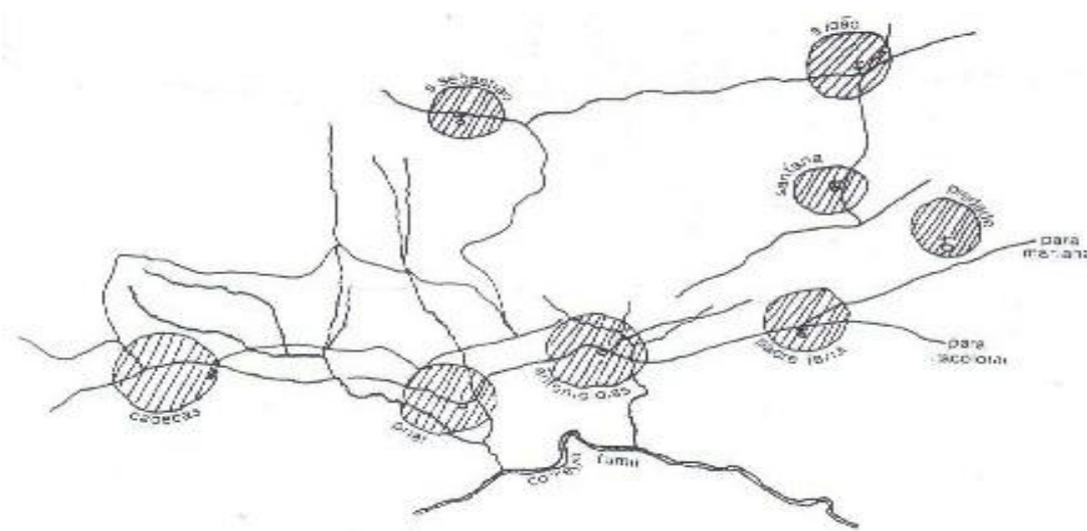
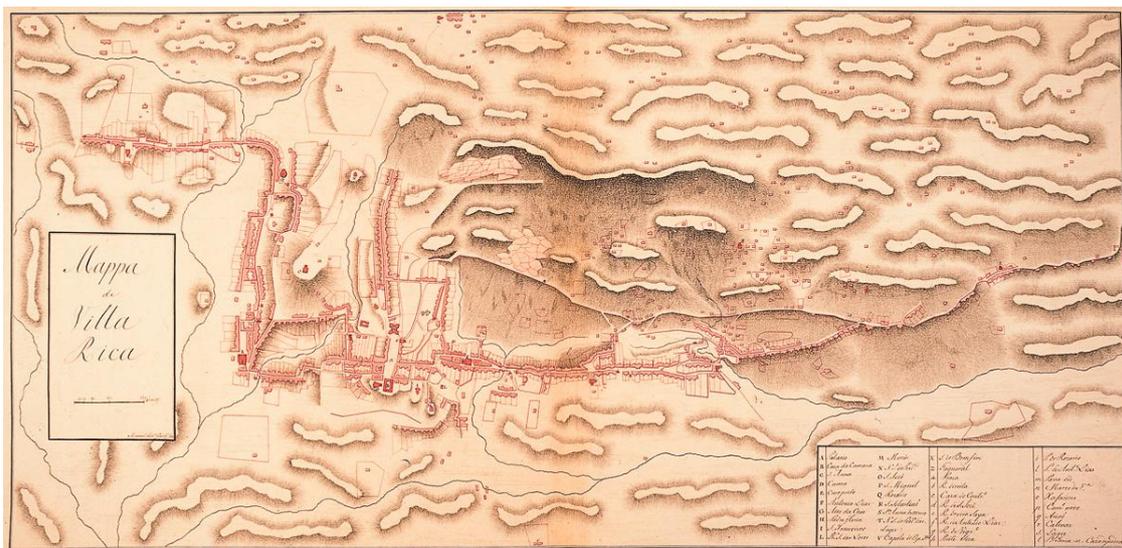
Os bandeirantes paulistas, de espírito corajoso e ousado, deram início, em fins do século XVII, ao povoamento de Minas Gerais, cujos sertões viriam atrair inúmeras expedições, em busca de ouro e de pedras preciosas.

Engajada neste último propósito, por volta de 1694, parte de Taubaté uma expedição da qual fazia parte o mulato Duarte Lopes, minerador experiente já das minas de Paranaguá e Curitiba, vindo acampar no local denominado Tripuí, de onde se avistava o Pico do Itacolomi, que serviria depois de ponto de referência para a bandeira de Antonio Dias de Oliveira. Duarte Lopes, ao descer do alto do Tripuí para beber água, encontrou alguns granitos da cor do aço, os quais, depois de terem sido examinados em Taubaté verificou-se de que se tratava de ouro finíssimo, o ouro preto. Ficara assim então, apenas um marco para o ouro do Tripuí, o Pico do Itacolomi, que fora depois procurado por diversas bandeiras, sem conseguirem localizá-lo, cabendo a sorte de depará-lo no dia 24 de Junho de 1698, a expedição Antônio Dias de Oliveira. “*Foi nessa madrugada*”, diz Diogo de Vasconcellos, “*que realmente se fixou a era cristã das Minas Gerais*”¹. Acompanhava-os o padre João de Faria Fialho, que rezou, no alto da serra, numa capela de palha dedicada a São João, a primeira missa do então nascente povoado, para onde começou daí por diante a chegar grande número de aventureiros.

Situado em terreno encravado ao longo do vale entre duas cadeias montanhosas extremamente acidentadas, a região teve a sua ocupação gradual em determinadas áreas, acompanhando o relevo, sem obedecer a qualquer critério técnico de localização, obedecendo apenas a incidência de veios e minas auríferas, fatores estes que foram os condicionantes ao seu traçado, à feição atual da cidade de Ouro Preto, locais estes dominados por pequenas e pitorescas capelas. (Img. 01)

¹ VASCONCELLOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**, p.159.

Surgem então vários outros arraiais mineradores (Img. 02), de configuração espacial diferenciada. Antônio Dias, Bom Sucesso, Cabeças, Caquende (Rosário), Ouro Preto (Pilar), Ouro Podre, Padre Faria, Paulistas, Piedade, Sant' Ana, São João e Taquaral, todos ganhando pequenos arruamentos com novas edificações, e o comércio surgindo intenso, dando assim, uma configuração urbana à primitiva região mineradora.



Img. 01- Formação urbana de Vila Rica. Img. 02- Formação dos arraiais ao longo das encostas e nos morros.
Fontes: Vasconcellos, Sylvio de. Vila Rica: Formação e Desenvolvimento – Residências

Diogo de Vasconcellos comenta que:

*“Na serra de Ouro Preto, á principio dita das Minas Geraes, pelas muitas, que nella se abriram, nada menos que oito povoados alvoreceram com os descobrimentos do ouro; e cada um por seu lado eregiu, como poude, a sua respectiva capella.”*²

² VASCONCELLOS, Diogo de. **A Arte em Ouro Preto**, p.18.

“Neste supposto, os monumentos, quaesquer que sejam, grandes ou pequenos, bem ou mal acabados, constituem por certo, o patrimônio herdado; e cada um na proporção de seu valor, ou de sua lenda, concorre para o conjunto das tradições, que fizeram desta cidade o centro e o coração da história.”³

“Normalizando-se as explorações, organizam-se os povoados em torno de suas capelas provisórias, cujos adros e caminhos, caseados, vão cordear os incipientes logradouros públicos.”⁴

Motivados pelo fato de que as terras das minas não eram propícias ao cultivo da agricultura devido a sua formação e topografia, muitos mineradores foram cuidar de lavouras em outros locais, dando origem assim a novos distritos como Glaura e São Bartolomeu.

Entre 1699 e 1701 a fome se alastrou entre aqueles homens ansiosamente entregues à extração do ouro, que era a única atividade de que se ocupavam. Muitos deles deixaram as minas do Tripuí e partiram em busca de novas descobertas. Assim, o Padre Faria, ocupando as margens dos ribeiros, no fundo de um vale no caminho antigo para Mariana, onde o ouro era farto, empresta seu nome ao local.

Em 1704, Pascoal da Silva Guimarães iniciou, na região das Lajes, a mineração pelo processo de lavagem do barranco, retirando assim um ouro de melhor qualidade, e em abundancia tal, que provocou a invasão de novos aventureiros ao local e o seu rápido povoamento.

Vive então o arraial de Ouro Preto, de 1707 a 1709, dias de grandes agitações. Baianos e portugueses (emboabas) se revoltam por causa da concessão de terras e minas, dando assim origem à guerra dos Emboabas.

A partir de 1710 tem-se então a criação do Caminho Tronco (Img. 03) unindo os vários núcleos, iniciando no Passa Dez, passando pelo arraial das Cabeças, Ouro Preto (Pilar), morro de Santa Quitéria, Antônio Dias, Santa Efigênia, passando pelo Padre Faria e daí tomando a direção para a Vila do Carmo, percurso este designado na entrada por Cabeças e na saída por Vira e Sai.

³ VASCONCELLOS, Diogo de. **A Arte em Ouro Preto**, p.17.

⁴ VASCONCELLOS, Diogo de. **A Arte em Ouro Preto**, p.17.

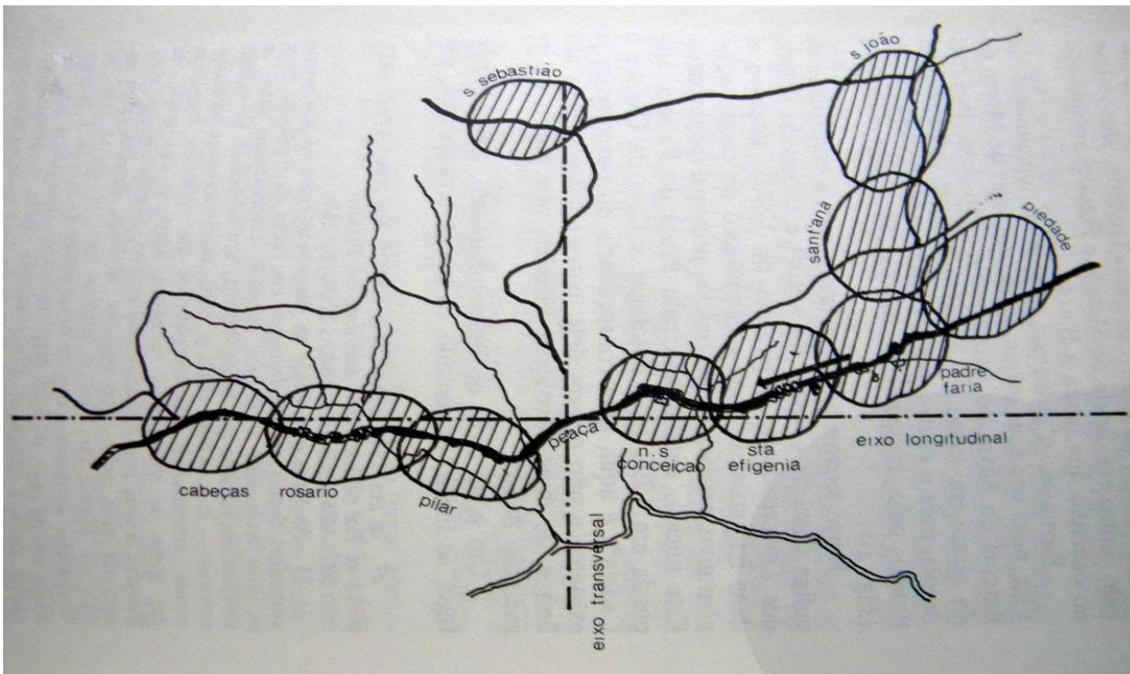


Img. 03- Formação do caminho tronco ligando os arraiais de Vila Rica. Fonte: VASCONCELLOS, Sylvio. Vila Rica.

Em 1711, treze anos após a chegada da bandeira de Antônio Dias ao arraial, a Coroa reconhece, no novo território das minas, três vilas, título este concedido a aglomerações urbanas de maior porte e com alguma organização cívica. O título foi então concedido, no dia 8 de julho, pelo Governador da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, passando o arraial a ser chamado de Vila Rica d'Albuquerque, tornando assim, juntamente com Mariana e Sabará, as três primeiras vilas de Minas. O nome foi simplificado pouco tempo depois para Vila Rica, conforme ordem do Governo de D. João V.

As mais diversas segmentações sociais, compostas de ricos e pobres, negros e pardos, representadas pelas irmandades religiosas e organizações leigas, estavam todas dispostas a demonstrarem as suas influências, edificando então, ao longo do arraial, vários templos religiosos. Organizada administrativamente, Vila Rica apresenta um desenvolvimento que caracterizou o século XVIII. Os caminhos que ligavam os arraiais eram agora ruas onde se enfileiravam casas de boa aparência, onde a influência e o luxo do ouro eram visíveis.

Crescem os arraiais mineradores, diminuindo a distância que os separa. A rua principal configurando no sentido longitudinal liga as três colinas que vão formar a futura cidade de Ouro Preto: Cabeças, Rosário, Pilar, Praça Tiradentes, Antônio Dias e Santa Efigênia, tendo mais abaixo, o Padre Faria (Img.04).



Img. 04- Povoamento longitudinal da Vila. Fonte: VASCONCELLOS, Sylvio. Vila Rica.

D. João V cria, em 11 de fevereiro de 1719, no distrito das Minas, as casas de fundição, com o intuito de fundir todo o ouro encontrado, e proíbe a circulação do ouro em pó. Por volta de 1720, Vila Rica agita-se por fortes distúrbios, abrandados pelo então Governador da Capitania, Luís da Cunha Menezes, o Conde de Assumar, que chegara a Mariana, então capital, em 1717. Encontrando resistências para organizar a administração colonial e cobrar o quinto do ouro, tributo exigido pela Coroa Portuguesa, Assumar empregou as tropas para enfrentar a resistência de Pascoal da Silva Guimarães, ligado a Manoel Nunes Viana, antigo chefe emboaba. Colocou fogo no próspero arraial do Ouro Podre, pertencente à Pascoal da Silva Guimarães, que passou a ser chamado de “Morro da Queimada” e, em 1720, executou Felipe dos Santos, que se tornou o primeiro mártir mineiro na luta pela autonomia dos mineiros contra a opressão portuguesa.

Os arraiais do Pilar (Img. 05) e o do Antônio Dias (Img. 06), que formaram o núcleo de Vila Rica, distinguiram-se fora das montanhas, com as suas capelas situadas nas proximidades de córregos auríferos. Tiveram uma atuação preponderante na evolução urbana, sendo declaradas, em 1724, as primeiras freguesias nomeadas para benefício eclesiástico das Minas Gerais, com seus templos elevados à categoria de igrejas paroquiais, sendo postas então em reconstruções vultosas, nas quais as diversas

irmandades exerceram um papel importante, encarregando-se, posteriormente, da construção de novos templos.

Além da divisão religiosa, com suas matrizes representativas, havia também suas diferenças étnicas e culturais, separando assim, pelas denominações de mocotós e jacubas, os portugueses dos paulistas e demais compatriotas.



Imgs. 05 e 06- Matrizes de Antônio Dias e do Pilar. Fontes: Sergio Ricardo de Freitas

As Ordens Terceiras, de São Francisco de Assis e de N. Senhora do Carmo, se unem no topo do Morro de Santa Quitéria, de cume terraplanado, delineando a conformação urbana da velha capital, local que se tornara o ponto central e o clímax físico evolutivo do período aurífero (Img. 07). Por volta de 1730, Vila Rica já era núcleo populacional de porte, com mais de 30 mil pessoas. A arquitetura civil de caráter religioso estendeu-se então para os morros e para os arraiais já então formados. Sylvio de Vasconcelos (1956) descreve as peculiaridades destes dois arraiais:

“Vila Rica, fruto do movimento de ir e vir entre dois pontos – Arraial de Nossa senhora do Pilar e de Antônio Dias. Dois pontos de uma mesma estrada que se povoa, cada um deles movimentando-se em direção ao outro, até que se encontram: cada um deles se prolongando além, em sentido contrário, orientando-se a outros pontos. São pontos que se deslocam, definindo linhas. Até a praça principal, que normalmente é núcleo originário de povoações, em Vila Rica é consequência de seu desenvolvimento e não de seu ponto de partida”⁵.

⁵ VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica Formação e Desenvolvimento - Residências**, p.78.



Img. 07- Morro de Santa Quitéria, o montante entre os dois principais arraiais. Fonte: Luzia Cardoso, 2009.

Com relação ao Triunfo Eucarístico, iniciado no dia 24 de maio de 1733, e que teve a duração de três dias, este representou a solene transladação do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para a nova Matriz de Nossa Senhora do Pilar, então inaugurada. O barroco, no que tinha de fusão do sagrado e do profano, atinge por esta forma o auge. Assim, a procissão do Triunfo Eucarístico representa uma das maiores e mais típicas criações artísticas dessa época. Responde a um anseio e estilo de vida coletivos, onde revêem-se e jubilam-se todas as classes da nação, como um ideal realizado. Acontecimento algum até então celebrado em Minas Gerais, em plena opulência do ouro, teve tal esplendor, requinte de luxo e suntuosidade, representando uma significativa demonstração do profundo espírito religioso, aliado a festividades populares que se observava no Brasil do século XVIII.

Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, nasce em Vila Rica em 1738. Em 1752 realiza sua primeira obra, no chafariz do Alto da Cruz.

E, tal qual Aleijadinho, na então Vila Rica, nascem também poetas, literatos, músicos, construtores, ornamentistas, entalhadores e pintores, que vão realizar o impulso artístico, o acervo do barroco colonial mineiro.

Caminha assim o desenvolver do arraial⁶, passando da fase de crescimento para dentro, com a união dos dois principais arraiais através do Morro de Santa Quitéria, para a fase de consolidação, com a materialização do poder, com a implantação da Casa de Câmara e Cadeia (Img. 07) e do Palácio dos Governadores e depois para a fase de expansão para fora, com a abertura de novas ruas, interligadas por becos, travessas e vielas.

Com a chegada do Visconde de Barbacena em 1789, para a cobrança dos quintos, acende então o sentimento nativista, de autonomia e republicanismo, que leva à conspiração, surgindo assim a Inconfidência Mineira, composta de homens cultos e influentes, tendo como principal adepto o Alferes Joaquim Jose da Silva Xavier, o Tiradentes. Traído pelo Coronel Joaquim Silvério dos Reis, Tiradentes foi detido e enforcado na cidade do Rio de Janeiro, tendo o seu corpo esquartejado, sua cabeça exposta num mastro em praça pública em Vila Rica, além de vários degredos para a África e Portugal, como Tomaz Antonio Gonzaga, dentre outros.

No final do século XVIII a extração do ouro já se encontra em decadência, voltando então Vila Rica para outras fontes de riqueza, instalando no então distrito de Ouro Preto, Congonhas do Campo, uma fábrica de ferro do Prata, que entra em funcionamento em 1812. Nesta época existia em Vila Rica uma manufatura de faiança, que desapareceu, sendo substituída pela siderurgia e outros ramos industriais, mantendo o município equilibrado economicamente.

Com a declaração da Independência do Brasil em 1822, Vila Rica foi elevada, por decreto de 24 de fevereiro de 1823, a cidade Capital da Província de Minas Gerais, mudando assim o nome para Ouro Preto através da Carta Imperial do dia 20 do mês seguinte.

⁶ O exemplar patrimônio arquitetônico religioso é criado em diferentes datas: São João, no alto do Morro, a mais antiga, é de 1698. Padre Faria tem data provável de 1710. A do Rosário substituiu a primitiva capela, datada de 1709. A de N. S. da Conceição de Antônio Dias é de 1727 a 1730. A capela de São José substituiu a primitiva capela de 1730. A atual N. S. do Pilar é inaugurada em 1733 com a procissão do Triunfo Eucarístico. A igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, conhecida como Igreja das Mercês de Cima, foi iniciada em 1733. Santa Efigênia do Alto da Cruz é de 1756. São Francisco de Assis e N. S. do Carmo iniciam-se em 1766. A igreja Nossa Senhora das Mercês e Perdões, conhecida como Igreja das Mercês de Baixo foi concluída em 1772. São Francisco de Paula, a mais jovem, data de 1810.

Por três vezes D. Pedro II visita Ouro Preto: em 1868, em 1881 e em 1889. Também os mais importantes viajantes naturalistas estrangeiros, assim como todos os grandes artistas e poetas visitaram Ouro Preto.

A antiga vila de Ouro Preto reunia uma população não só de mineradores, mas de comerciantes, artesãos, artistas, intelectuais, funcionários públicos e vários outros, o que conferiu um aspecto mais urbano em relação ao agrário que predominava no resto do Brasil. O grande afluxo do metal semeou cobiça, intrigas e ganância, mas também propiciou grande desenvolvimento artístico nas letras, arquitetura, pintura e escultura, com algumas características barrocas desenvolvidas unicamente em solo brasileiro.

Ouro Preto permanece como sede do Governo de Minas até 12 de dezembro de 1897, quando transferiram a Capital para o antigo Curral Del'Rey, hoje Belo Horizonte, cidade planejada e construída para esse fim. A partir daí, a antiga capital se esvazia por completo. Transferem-se então para a nova capital todos os setores administrativos, econômicos, famílias inteiras, deixando muitos para trás e levando apenas as memórias de um passado glorioso.

Deixando de ter o papel de sede administrativa de Estado, a antiga Vila Rica já não tem mais a necessidade de crescimento acelerado. Tal fato foi de grande importância para a conservação das suas feições urbanas, o que contribuiu para que se mantivesse praticamente inalterado seu conjunto arquitetônico e artístico.

Em 1924, a cidade é visitada pelos modernistas Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, acompanhados do poeta francês, Blaise Cendrars. Esses artistas agitavam o país com sua nova estética, lançada na Semana de 22, em São Paulo, a qual mudaria definitivamente os padrões da arte no Brasil. Os frutos da visita serviram para reconhecer as qualidades do barroco como estilo nacional, despertando no país e no mundo o interesse pela figura do artista Aleijadinho.

Conservando grande parte de seus monumentos coloniais, em 12 de julho de 1933, através do Decreto Federal nº 22.928, foi elevada a Patrimônio Nacional. Desde então, e, sobretudo após a criação da Universidade Federal de Ouro Preto, em 1969, a cidade mantém sua vocação artística e cultural graças às suas escolas centenárias (de Minas e de Farmácia), aos festivais de arte e à realização de festas tradicionais. Reconhecido como o conjunto urbano ocidental mais preservado e harmônico da

arquitetura colonial portuguesa setecentista, recebeu da Unesco, em 1980, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

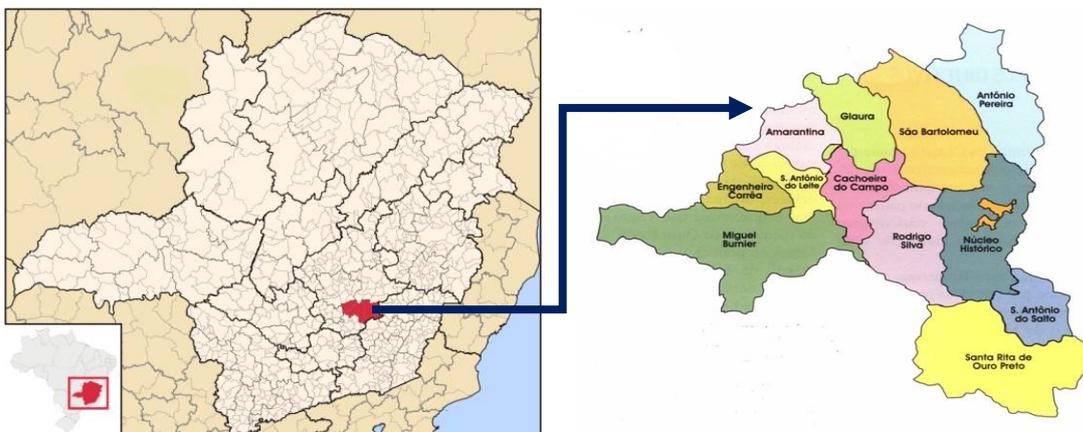
Segundo o historiador Alex Fernandes Bohrer, “nenhum outro município brasileiro acumulou tantos fatos históricos relevantes à construção da memória nacional como este vasto município e, raras vezes na história do Novo Mundo se viu tamanha alteração espacial e humana, podendo comparar-se, guardadas as proporções, ao desaparecimento do Império Asteca no México e ao surto platino de Potosi, na Bolívia.”⁷

2.1. EVOLUÇÃO URBANA

Ouro Preto, além de ser uma cidade que encanta com suas ladeiras, igrejas, chafarizes, museus e monumentos, é cercada por montanhas que a abraçam e pelos seus 12 distritos (Img. 08), os quais, na sua maioria, são tão antigos quanto a sede municipal, sendo que alguns deles conservam ainda as características coloniais dos primórdios da localidade. Mantêm características tão peculiares que, às vezes, não parecem ser partes do mesmo município. Além destas peculiaridades e diversidades, a geografia também é um fator determinante que responde por sensíveis variações climáticas em cada um deles. Atualmente são distritos de Ouro Preto: Amarantina, **Antônio Pereira**, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura (Casa Branca), Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu, dos quais Amarantina, **Antônio Pereira**, Cachoeira do Campo, Glaura, Lavras Novas e São Bartolomeu tiveram desde o início suas existências já como povoados, com arruamentos e com características urbanas.

Os distritos de São Bartolomeu e Glaura, locais onde eram feitas as plantações para abastecer a sede do município, originaram-se de suas terras férteis, banhadas pelo Rio das Velhas, enquanto os distritos de Santa Rita, de Santo Antônio do Salto e de Santo Antônio do Leite, desenvolveram-se pelas suas atividades comerciais.

⁷ BOHRER, Alex Fernandes. *Antonio Pereira. Breve Histórico*,s/d.



Img. 08- Localização de Ouro Preto no mapa de Minas. Mapa do município de Ouro Preto mostrando a sede, onde se situa o núcleo histórico e os seus distritos. Fontes: <http://blogdeouopreto.blogspot.com/2010/08/ruas.html> e <http://www.ouopreto-ourtoeworld.jor.br/distritos.htm>. Acesso 28/09/2010.

O fator de maior influência no desenvolvimento dos distritos de Engenheiro Correia, Miguel Burnier e Rodrigo Silva foi a implantação das ferrovias no século XIX, com a sua marcante presença de arquitetura.

Pelo fato do município apresentar um relevo acidentado, não favorecendo as grandes atividades agropecuárias, passam então a ter destaque as indústrias extrativas: do minério de ferro em Antônio Pereira, do topázio branco e do topázio imperial (único do mundo) em Rodrigo Silva, do calcário e mármore em Cachoeira do Campo e Miguel Burnier, da pedra-sabão em Cachoeira do Campo e em Santa Rita. Na sede podemos destacar o importante papel das siderúrgicas representadas pela NOVELIS (alumínio) e VALE (mineração e ferro liga), da UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto (educação), pelo IFMG⁸ (educação) e pela forte atuação do turismo, todos agindo como fontes geradoras de oportunidades de emprego na região.

⁸ Companhia Siderúrgica de fabricação de alumínio, Companhia Mineradora Vale (antiga Vale do Rio Doce), Universidade Federal de Ouro Preto e Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto, respectivamente.

3. O ARRAIAL DE ANTÔNIO PEREIRA: LEVANTAMENTO CONTEXTUAL

3.1. ASPÉCTOS HISTÓRICOS: BREVE HISTÓRICO

Em curto espaço de tempo Vila Rica foi tomada por uma grande quantidade de aglomerações, espalhadas pelas varias regiões das lavras, formando povoados, alguns expressivos e célebres⁹. Entre 1699 e 1701, com as freqüentes crises coletivas de abastecimento que propagou entre os mineradores de Vila Rica, o Capitão Antonio Pereira Machado e seus mineiros embrenharam, rumo ao norte, em busca de alimento, fixando-se então em um vale abundante em água, ao qual foi dado o nome de Bonfim do Mato Dentro. Português, nascido na Freguesia de São João de Caldas, Termo da Vila de Guimaraens, Arcebispado de Braga, Antônio Pereira Machado foi um dos primeiros imigrantes que veio de Portugal em busca do ouro, sendo a ele atribuído como sendo o fundador e o primeiro explorador do povoado, que hoje leva o seu nome (Imgs. 09 e 10).

O pesquisador Waldemar de Almeida Barbosa (1995), em *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, descreve assim a perspicácia do ilustre Antônio Pereira:

*“Ao lugar deu o nome de Bonfim do Mato Dentro; a tradição local conservou a idéia da existência de uma capela dedicada a N. Sr. do Bonfim. Desgostoso sobretudo com a abundância de animais ferozes, mudou-se para o arraial do Carmo, em 1703.”*¹⁰

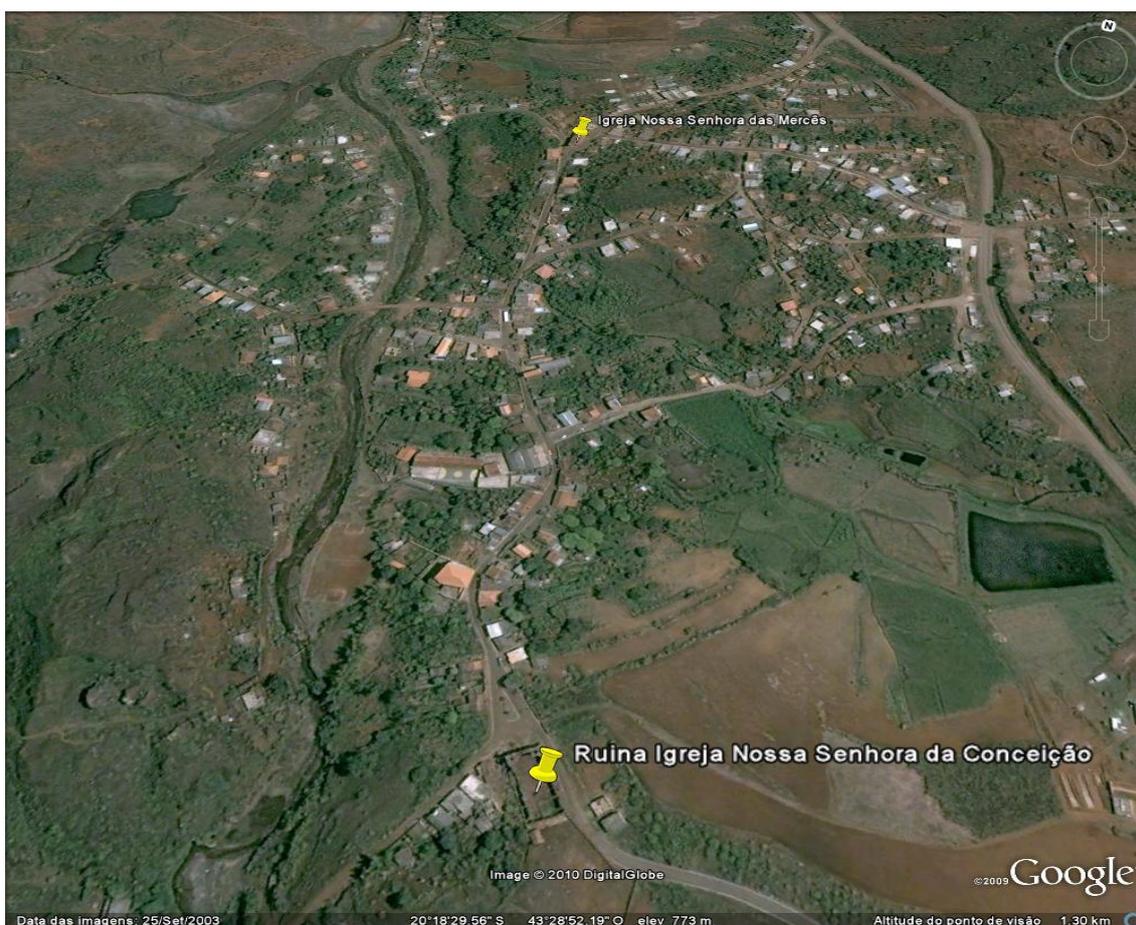
Por considerar serem intratáveis as catas das minas de ouro descobertas, e por possuir florestas habitadas por animais ferozes e peçonhentos mortíferos, o Capitão Antonio Pereira, pouco tempo após o estabelecimento das lavras, transpõe assim a região da Taquara Queimada e, descendo pelo rio Canela, transfere-se, em 1703, para o Arraial do Carmo (*Cidade de Mariana*). Tempos depois chegaram ao arraial o Padre João Inhaia, o Capitão Antonio Pompeu Taques e Mateus Leme.

⁹ Algumas destas aglomerações foram ajuntamentos temporários ocupados pelos garimpeiros e hoje são constituídos apenas por ruínas.

¹⁰ Barbosa, W. de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. p. 27 e 28



Img. 09- Vista panorâmica de Antônio Pereira. Crescimento urbano ao longo do vale, seguindo o curso das águas do Córrego Antônio Pereira e a encosta da montanha. Fonte: Luzia Cardoso, 2010.



Img. 10- Vista aérea do distrito de Antônio Pereira, localizado entre montanhas e rios, aos pés da Serra Geral. Fonte: GOOGLE EARTH. Acesso em 28/09/2010.

As primeiras habitações surgidas no arraial foram marcadas por duas tipologias arquitetônicas distintas. As primeiras construções, de caráter temporário, foram usadas como abrigo e proteção durante o tempo em que o garimpeiro passava nas minas explorando o ouro, e tinham um caráter social, uma vez que eram compartilhadas por vários garimpeiros, característica esta que marcava a participação coletiva e a ausência de propriedade de terra.

A segunda tipologia, de caráter mais permanente, viria a conformar o sítio urbano do arraial. Trata-se de construções de embasamentos de pedras irregulares, de adobe e pau-a-pique (Imgs. 11 e 12), com cobertura em duas águas, em sua maioria, seguindo o mesmo código de posturas do município sede, que era constituído pelas normas reguladoras das *Ordenações e Leis do Reino de Portugal (Lisboa, 1747)*, bem como das regras estabelecidas pela Câmara da Vila a partir de 1795, referentes à arquitetura e ao urbanismo.



Img. 11- Resquícios de um sobrado



Img. 12 - Casarão de uso misto

Construções de uso misto, equivalendo a um segundo momento de expansão do arraial. Fonte: Luzia Cardoso, 2010.

A própria atividade econômica também exigia uma concentração urbana, mesmo se tratando de uma atividade extrativista. Conforme o manuscrito da Arquidiocese de Mariana, o arraial teria sido então fundado pelo Pe. João Anhaia, Antônio Pompeu Taques, Pedro Frazão e Mateus Leme. O arraial do Bonfim do Mato Dentro, de origem colonial e um dos principais núcleos afastados da Sede, um raro exemplo onde o topônimo herdou a lembrança dos primeiros povoadores, passa então a se chamar **Antônio Pereira**, em homenagem ao desbravador da região.

As minas de maior destaque que se espalharam pela região foram as de Capitão Simão, Fazenda do Barbaçal, Macacos, Manuel Teixeira, Mata-Mata, Mateus, Mateus das Moças, Rocinha e Romão, minas estas que possuíam o ouro de alto quilate e em abundancia.

Segundo Ozzori (1890), o arraial dispunha de vários elementos de urbanização e equipamentos urbanos, atestando certa independência do município sede. A sociedade que então o habitava tinha um caráter urbano, como descrito por Herberto Sales (1975)¹¹, quando fala que uma das características marcantes do garimpeiro era a de ser um tipo eminentemente citadino, ao contrario do trabalhador rural dos mesmos municípios lavristas, pois gostava de vestir-se bem, ou melhor, de ostentar luxo, sempre que podia.

Com relação à quantidade de ouro extraída no arraial, segundo narrativas, uma forma de comprovação de tal fato se passou no interior da fazenda dos Pitangui, onde eram oferecidas pepitas de ouro aos convidados, servidas juntamente com a canjica em terrinas de louça branca.¹²

Seguindo a mesma formação de caminhos-eixo, que condicionariam a feição atual da sede, a conformação de estruturação de novos arraiais vai se estabelecendo através das construções com seus casarões e sobrados com porões (Imgs. 13 a 16). Como outros arraiais mineiros, a sua formação não tem largura nem altura, só tem comprimento: é uma passagem. Geralmente corre pelo morro como se fosse um curso d'água. Quem o atravessa pensa estar seguindo o leito seco de um rio, com o mesmo traçado sinuoso, as altas paredes e o solo abaulado.

Os embasamentos das casas e dos sobrados, em sua maioria, eram construídos de quartzito e canga, materiais que eram descartados pelos mineradores que sangravam as montanhas, reviravam o solo e assoreavam os rios em busca do precioso metal. Também as madeiras eram abundantes na região.

¹¹ SALES, Herberto. *Cascalho*, p.73.

¹² O casarão da Fazenda dos Pitangui hospedou D. Pedro e sua filha, a Princesa Isabel, quando a caminho de Piracicaba. Seus proprietários tinham por hábito receber com toda pompa os seus convidados. Conta-se que após o encerramento das festividades de N. Senhora da Lapa, as suas mucamas serviam, nos aposentos dos convidados, geralmente pessoas vindas da Corte Portuguesa, ou seus representantes, moradores de Vila Rica, terrinas de louça branca, decoradas em azul, pepitas de ouro misturadas ao saboroso manjar, com o intuito de mostrar às autoridades o quanto o ouro era abundante naquelas regiões.

O maior sobrado que se tem notícias, constituído de 20 cômodos, era conhecido como Sobradão de N. S. da Conceição da Lapa, local onde durante as festas da Lapa, servia de hospedagem e espaço de confraternização entre os fiéis oriundos de outras localidades.



Img. 13- Chalé de 1939



Img. 14- Sobrado em pau-a-pique e porão em pedras



Img. 15- Construção com base em pedra



Img. 16- Fachada de residência

Conjunto de construções, ainda sobreviventes, remanescentes da época de crescimento econômico do arraial. Sistema construtivo misto, tipo gaiolas, utilizando as pedras e o barro. Fontes: Luzia Cardoso, 2010.

Nos anos seguintes à descoberta das lavras a população local vivencia um grande crescimento econômico e, em 1722, com a corrida do ouro atingindo o seu auge, surgem então no arraial a fábrica de cigarros, de velas e o crescente desenvolvimento do comércio. Segundo Torres, o serviço em depósito dos vales e abaixo do nível dos rios para a exploração do ouro, denominada de cata, foi um dos processos mais utilizados no arraial de Antonio Pereira e nos seus arredores, onde, em certos lugares, a camada subjacente era tamanha que o ouro extraído em poucas horas dava para pagar todas as despesas. Por se tratar de extração em rochas de fácil desagregação, e pelas dificuldades

próprias e inerentes do método de exploração, que era difícil e irregular, muitos proprietários de lavras ficaram arruinados. O ouro desaparecendo, o resto ia-se com ele, registrando assim a indiscutível presença do descaminho.

Conforme relatos de Visitas Pastorais ao arraial, Antônio Pereira contava, em 1819, com 1210 habitantes, 4 sacerdotes, 3 coadjutores, 2 ermidas e 1 Igreja colada. Já em 1822, a população havia reduzido a 1022 habitantes.

De acordo com Manoel Ozzori, em seu Almanack de Ouro Preto, de 1890, a freguesia de Antônio Pereira, embora se desenvolvendo lentamente, era dotada de autoridades civis, eclesiástica, militar, funcionários públicos, professores, fazendeiros, negociantes (de fazendas, de secos e molhados), ferreiros, pedreiros, criadores de abelhas, fundidores de velas e outras profissões várias. Assim narra:

*“A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira, situada a 18 kilometros de Ouro Preto, possui uma população de 1.500 habitantes, sendo, sob esse ponto de vista, uma das menores do município... a freguesia desenvolve-se, embora lentamente, e é de esperar-se que continue a progredir ao influxo do trabalho dos seus habitantes.”*¹³

Com a decadência do ouro alguns desses equipamentos e manifestações culturais deixaram de existir, havendo uma queda brusca da população, culminando no seu abandono, quase que completo.

¹³ OZZORI, Manoel. *Almanack de Ouro Preto*, p.100.

3.2. ASPÉCTOS GEOGRÁFICOS

O distrito de Antonio Pereira, com altitude de 1060m, encontra-se inserido na porção sudeste do Quadrilátero Ferrífero, aos pés do complexo do Espinhaço.¹⁴

Com clima predominantemente tropical de altitude, apresenta, em média, temperaturas variando de 18°C a 22°C, podendo oscilar entre 10°C, nos meses de junho e julho, chegando a 35°C nos meses de janeiro e fevereiro. As chuvas distribuem-se ao longo do ano, chegando à média de 2000 mm, com alto índice de descargas elétricas, por ser a região uma importante área de recarga de águas subterrâneas (Aquífero Cauê), devido à barreira natural formada pela serra, combinada com os efeitos da geologia presente, o que garante ao distrito uma enorme independência quanto ao seu abastecimento urbano e doméstico. O principal curso d'água existente (Img. 10), o rio Antonio Pereira, ou Rio da Água Suja, atualmente de águas poluídas e assoreado, corta o distrito recebendo todo o esgoto e alguns afluentes, unindo-se depois a outros rios para então formar a Bacia do Rio Doce, com destino ao Espírito Santo. Na elevação da serra aparece o divisor de água das bacias do Rio das Velhas, afluente do Rio São Francisco, e do Rio Piracicaba, em cujos cursos existem a presença de várias cabeceiras.

¹⁴ Estendendo em Minas Gerais por aproximadamente 550 quilômetros, é composto pelas serras de Ouro Preto, Ouro Branco, Caraça, Catas Altas, Barão de Cocais, Serra do Cipó, Piedade, Diamantina, Serro e Itambé. O relevo desta serra é caracterizado pelo seu aspecto descontínuo, formado por colinas, morros, tabuleiros e depressões relativas, prevalecendo as rochas metamórficas, como o quartzito. Claudio Scliar (2000) descreve o Espinhaço como formações rochosas caprichosas, com cachoeiras, grutas, abrigos, córregos com água cristalina, garimpos de diamante, ouro e cidades históricas, sendo reconhecido pela UNESCO, em 2005, como a sétima Reserva da Biosfera Brasileira, por ser uma espécie de divisor de águas de extrema importância, por possuir espécies de fauna e flora endêmicas e por ser uma das maiores formações de campos rupestres do Brasil. Reúne 11(onze) Unidades de Conservação, dentre elas o Parque Estadual do Itacolomi e a Estação Ecológica Estadual do Tripuí.

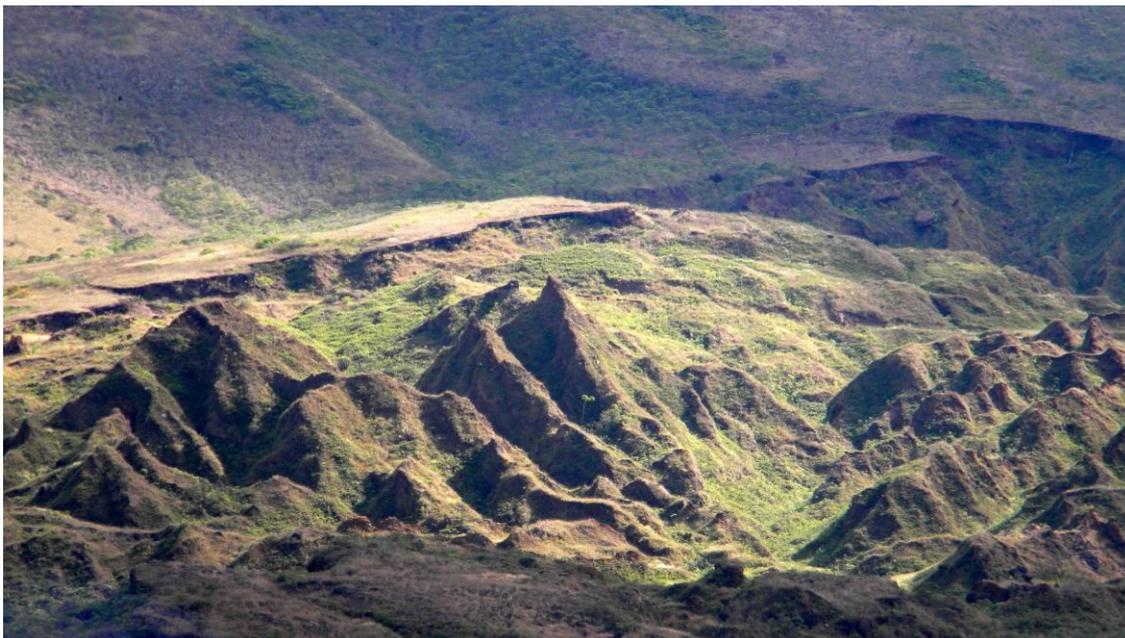
Cercado por montanhas, o distrito incorpora-se ao Parque das Andorinhas, local de nascente do Rio das Velhas e de outras várias cabeceiras de rios. Inserido no Quadrilátero Ferrífero, na região central de Minas Gerais, a serra de Antonio Pereira¹⁵, de superfície topograficamente elevada, formando uma cordilheira contínua (Img. 17), limita-se ao sul com Ouro Preto, a leste com o município de Mariana, ao norte com o município de Santa Barbara e a oeste com o distrito de São Bartolomeu.



Img. 17- A abundância do quartzito desnudo reflete brilhos intensos durante o dia, produzindo contrastes com a coloração da vegetação local. Fonte: Luzia Cardoso, 2010.

A vegetação é predominante do serrado e de mata de transição, típicas de altitude, onde se cria um ambiente propício à presença de serpentes, do veado campeiro e do lobo guará. Relaciona-se com a composição mineralógica dos rochedos e com as formas do relevo presentes (Img. 18), não havendo uma grande preocupação, por parte das mineradoras ali instaladas, no replantio de espécies nativas, com o objetivo de reflorestar as áreas devastadas pela intensa extração do minério de ferro.

¹⁵ É sustentada por rochas ricas em minério de ferro e pela ocorrência do raríssimo topázio imperial (citado pela primeira vez no Brasil, em 1751, quando foram encontrados os “rubis brasileiros” perto de Vila Rica), decorrentes de rochas carbonáticas do grupo Itabira, de formação Gandarela. Ainda pertencentes a esta formação, encontram-se o dolomito e o quartzito ferruginosos, numa sequência estratigráfica dos grupos Piracicaba, onde estão as demais ocorrências de topázio distribuídas no Sinclinal Dom Bosco. Mineral de grande valor econômico e de fácil comercialização, varia sua tonalidade entre o amarelo-rosa, passando pelo lilás, até o vermelho-sangue. É de difícil exploração, não admitindo para a sua extração o uso de maquinários e nem o sistema de minas, por causa do enorme risco de soterramento (Imgs. 21 a 24).



Img. 18- Desnívelamentos causados pela erosão do solo, conseqüentes da extração do ouro, como fator de embelezamento da paisagem. Fonte: Luzia Cardoso, 2010.

3.3. GEOLOGIA DO DISTRITO

De acordo com a formação geológica baseada no mapa abaixo (Img. 19), é possível imaginar a importância do distrito, com relação às questões econômicas e mesmo sociais, para o município de Ouro Preto, e também para a vizinha cidade de Mariana, detentores de parte dos impostos pagos pelas mineradoras VALE e SAMARCO, pela exploração do mineral lá existente. A variedade, a quantidade e o alto teor de minério lá depositado (Img. 20), dão a garantia de geração de empregos ainda por um período considerável de tempo, bem como uma melhor qualidade de vida para boa parte da população.

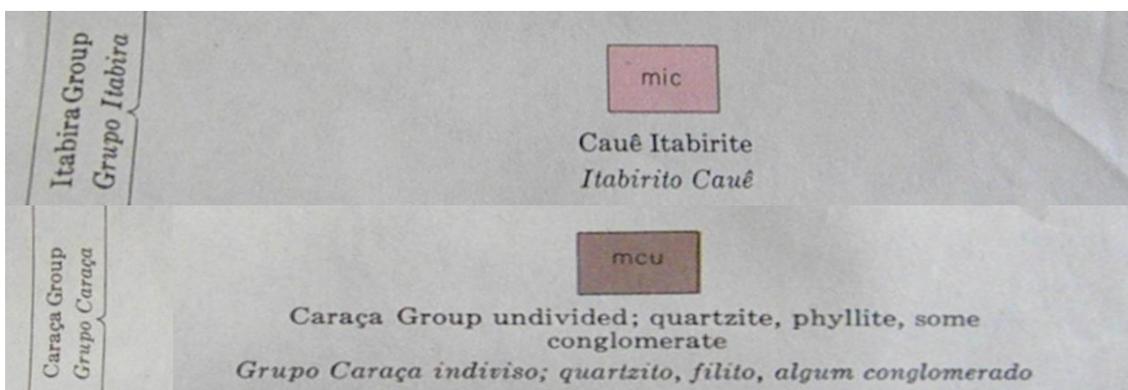
Manoel Ozzori, ainda em seu Almanack de Ouro Preto, de 1890, narra:

“Affirma o nosso informante existir na fazenda do cidadão Antonio Januario de Magalhães grande quantidade de mármore branco e cor-de-rosa, que se tem já aplicado a diversas obras do seminário do Caraça.”¹⁶

¹⁶ OZZORI, Manoel. *Almanack de Ouro Preto*, p.98.



Img. 19- Mapa Geológico da Quadrícula de Antônio Pereira, Minas Gerais, Brasil. Esc- 1:25.000, John Van N. Dorr (1963).



Img. 20 – Subdivisões na estratigrafia do supergrupo Minas, segundo convênio desenvolvido de cooperação EUA/Brasil. 1963. John Van N. Dorr. Quartzito, Itabirito e mármore dolomítico.

Durante o século XIX serão valiosos os registros feitos por vários viajantes estrangeiros que visitaram as Minas, sendo que alguns deles visitaram também Antônio Pereira. O naturalista austríaco Johann Emanuel Pohl deixou em seu livro publicado em Viena, em 1837, relato das várias excursões que fez na região de Vila Rica, e dentre elas se destaca a que fez na Serra de Timbopeba e na região de Antônio Pereira, passando pela Serra de Ouro Preto, pelo Morro São João e seguindo pelo antigo caminho, utilizado na época¹⁷.

O geólogo americano John Van N. Dorr (1963) fala assim das cidades mineradoras em Minas Gerais:

*“Picturesque towns relict from the days of gold mining, such as Catas Altas, Agua Quente, Santa Rita Durão, and Antonio Pereira (grifo meu), attest former prosperity by their large and beautiful baroque churches, some of which are now being restored and preserved, others of which are in ruins (grifo meu). Some of these old towns are taking on new life with the advent of new mining activity; others are off the path of development, and their economy depends precariously on charcoal gathering and subsistence agriculture. Most have great charm but few facilities for the passerby.”*¹⁸

Dentre as inovações tecnológicas trazidas para o Brasil, havia a de um experimento metalúrgico implantado em Antônio Pereira por Von Eschwege, o que nos leva a constatar que o interesse mineral em Antônio Pereira vem de longa data.

Emanuel Pohl, entretanto, além de considerar o empreendimento rudimentar, adverte também da carência de mão-de-obra capacitada para a gestão de tal empreendimento e, com relação aos hábitos dos mineradores, retrata-os como sendo portadores de hábitos rudimentares, homens acostumados com as dificuldades diárias.

¹⁷ “Como, durante todo o tempo de minha estada em Vila Rica choveu furiosamente, havendo poucas horas de céu sereno não me atrevi a fazer a ascensão do próximo Itacolumi (sic). Aproveitei o tempo para fazer pequenas excursões nas cercanias. A primeira dessas excursões foi a Timbopeba, uma pequena fundição de ferro que Von Eschwege montara a três léguas de Vila Rica e vendera ao finado bibliotecário da Imperatriz Leopoldina, Rochus Schuch (...). POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. p. 418.

¹⁸ DORR, John Van. *Physiographic, Stratigraphic, and Structural Development of the Quadrilatero Ferrífero*.

“O itabirito com hematita parda alternava-se com essa rocha e acompanhou-nos até ao vale. Atravessado pelo Riacho Baú, que passa pelo arraial de Antônio Pereira. Entre os muitos calhaus rolados, de uma hematita filamentosa, os quais ocorrem no leito desse riacho, vimos, quebrando um deles, um magnífico exemplar de escorodite. Depois de muitos esforços, conseguimos mais dois pedaços desse raro achado.[...] “De manhã partimos para Timbopeba. Chegamos ao arraial Antônio Pereira, que consiste em meia dúzia de casas pequenas e mal construídas e, logo depois desse arraial, encontramos xisto cloritoso de aluvião, do qual era extraído ouro. Conforme aqui mesmo me convenci, o ouro extraído é de grão finíssimo e, segundo assegura o dono da mina, da razoável lucro; assegurou-me, aliás, que cada trabalhador extrai meia oitava de ouro por dia. (...) o meu primeiro trabalho [em Timbopeba] foi visitar a fundição de ferro fundada por Von Eschwege. Consta essa fundição de um alto-forno, que, em parte, tinha um diâmetro muito pequeno e, em parte, outro aparelho impróprio, que dificultava a fundição de itabirito. Faltavam, também, operários com conhecimentos práticos para porem a fábrica em movimento. Por isso, nesse forno não se fundira sequer uma libra de ferro. Perto dessa fundição há uma casinha, onde mora o mestre fundidor e, não muito distante, a casa de residência verdadeiramente brasileira do dono da fundição: três pequenas casas feitas de fibra de palmeira, que dominavam todo o vale, sendo uma para os seus servos e a terceira destinada a cozinha. A disposição interior dessa casa residencial correspondia inteiramente à sua forma exterior. Paredes forradas de linho, camas simples, com enchimento de palha de milho – era tudo o que aqui se via e era suficiente para uma natureza endurecida, a quem não causava impressão a chuva que atravessava as ralas paredes.”¹⁹



Imgs. 21 e 22- Área de exploração do topázio com suas galerias de extração.

¹⁹ POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. p. 418.



Img. 23- Área ocupada pela extração do topázio imperial, atividade exercida sem orientação técnica e de forma braçal. Img. 24- Topázio: Ostentação e brilho. (Imgs. 21 a 24). Fontes: Luzia Cardoso, 2010.

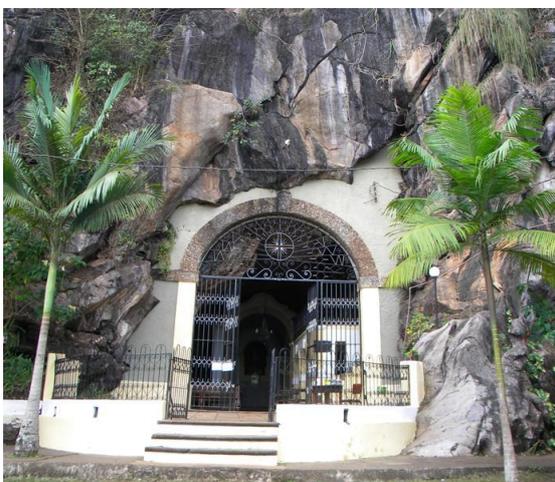
De acordo com os registros da Corte Real Portuguesa, a descoberta oficial do topázio imperial (Imgs 21 a 24) foi em 1768 (ROLFF, 1971). Com a descoberta, houve queda do imposto, o quinto cobrado sobre o ouro, que representava 20% sobre o metal garimpado. Assim, devido a essa nova exploração, o governador da Capitania de Minas Gerais, o Conde de Valadares, propôs na Junta da Fazenda que o quinto fosse pago com ouro ou com o topázio.

Dentre as elevações da Serra de Antônio Pereira, na porção leste do Quadrilátero, localizado entre os municípios de Mariana e Santa Bárbara e inserido na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, encontra-se o Morro do Frazão (Img. 25); um imponente maciço rochoso com altitude superior a 1300m, de formato arredondado, vertentes íngremes e sustentado pelos quartzitos do Grupo Itacolomi. Possui uma diversidade de formas de afloramentos, grutas associadas às fendas nos imensos blocos rochosos, lagos e cachoeiras, sendo a principal a do Mata-Mata. Desnudo e fraturado, o Morro do Frazão representa mais uma atração nesta porção da serra.



Img. 25- Maciço rochoso do Morro do Frazão. Afloramentos quartzíacos, grutas e abrigos. Fonte: Luzia Cardoso, 2011.

Dentre as grutas existentes no distrito, a de maior destaque é a Gruta da Lapa (Img. 26). Esculpida num maciço de dolomita, possui seis grandes salões ligados entre si por frestas e corredores, numa extensão de aproximadamente 72m. (Img. 27).



Img. 26- Entrada da Gruta da Lapa.



Img. 27- Um dos salões internos da gruta, onde os fiéis vão à procura de água, para a sua exploração e para oferenda das velas. Fontes: Luzia Cardoso, 2010.

3.4. ASPÉCTOS SÓCIOS-CULTURAIS

Do antigo arraial ainda permanecem alguns poucos remanescentes, além dos maciços da ruína da *Igreja Queimada*. No seu caminho-eixo, parte original de formação

do distrito, constituído pelo Largo da *Igreja Queimada*, Rua Tabuleiro, Rua Grande, Largo Santo Antônio, Rua Inhaia e Rua da Lagoa, ainda encontramos, em número reduzido, algumas construções dos séculos XVIII e XIX.

O Largo da *Igreja Queimada*, desde a época de ocupação do arraial, foi sempre ponto de convergência dos antigos caminhos que chegavam ao distrito, tendo sua entrada pelo lado direito da ruína, no sentido da extinta fazenda do Capitão Simão, local hoje constituído por um bairro denominado Pedreira e pelo lado esquerdo, através do caminho vindo da antiga Vila do Carmo, hoje transformado em uma rodovia estadual, a MG-129.

A Rua Tabuleiro, incrustada no centro da área do garimpo, está localizada nas bases de montanhas e vales e possui uma topografia variando entre áreas íngremes e planas. Da época do auge da extração do ouro, resta apenas um único imóvel com características construtivas originais, com base de pedras rejuntadas com argamassa de barro e alvenaria em pau-a-pique.

A Rua Grande e a Rua Inhaia, complementares e de topografias mistas, pavimentadas com blocos sextavados de concreto, possuem um trajeto limitado entre o Largo da *Igreja Queimada* até as imediações da Igreja de N. Senhora das Mercês. Com volumetrias das edificações constituídas por sobrados e imóveis planos, tiveram papéis preponderantes na história do distrito, de onde se desenvolveram a vida social, religiosa e comercial. Abrigaram ranchos, armazéns de secos e molhados e um seminário. São hoje as principais vias do distrito, abrigando grande número de imóveis comerciais, alguns sobrados e grande parte dos serviços disponíveis no distrito.

O Largo Santo Antônio, ramificação da Rua Grande, e que sempre foi o local utilizado para as festas tradicionais do distrito, possui ainda alguns exemplares de construções coloniais do séc. XVIII e início do séc. XIX, destacando a aplicação de alvenarias de pau-a-pique, adobe e pedra.

A Rua da Lagoa, com início pela lateral esquerda da Igreja das Mercês, é a mais extensa do distrito, acompanhando o tortuoso leito do rio até imediações do Loteamento Novo. Rua estreita, pavimentada em concreto asfáltico, assim como outras aglomerações do distrito, teve sua urbanização sem qualquer tipo de planejamento e de

forma acelerada, como consequência da migração em busca da mineração e do garimpo do topázio.

Em todo o seu conjunto histórico, além das construções remanescentes, conta ainda, para compor o seu acervo arqueológico, de algumas ruínas tais como as da *Igreja Queimada*, de antigos chalés, do antigo seminário, do barracão das tintas do Tabuleiro, das fazendas dos Taveira, do Capitão Simão e dos Pitangui.

As ordenações com seus respectivos limites, empregados no seu sistema viário, seguem as mesmas linhas da sede do distrito. Ruas estreitas e sinuosas, às vezes quase intransitáveis, tentam alinhar as construções, algumas de épocas mais recentes, na sua maioria executadas de forma, escala, tipologia e soluções plásticas incompatíveis com as características dos modelos coloniais tradicionais. Hoje o tecido urbano do distrito é constituído por pequenas aglomerações, formando os arredores, cada um com as suas características e peculiaridades, mescladas por pequenas áreas vazias, formando assim a Baixada, o Tabuleiro, a Pedreira, o Canga, o Largo de Santo Antonio, a Vila Samarco, o Loteamento Novo, dentre outros espaços. Devido aos espaçamentos de áreas livres, e pelo fato das residências possuírem afastamentos laterais e quintais, em sua grande maioria, a questão de insolação atinge os índices desejáveis.

Possui população com opções religiosas praticamente equilibradas entre católicos e evangélicos. A sua população, que já ultrapassa 5000 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/2010), de maioria jovem, está concentrada em grande parte, em pessoas oriundas de outras localidades, vindas em busca de oportunidades de trabalho oferecidas pelas mineradoras locais, o que acarreta, em determinadas ocasiões, em acréscimo populacional, caracterizado por um conjunto de habitantes flutuantes, podendo ser alterada em épocas em que o mercado de trabalho opera em baixa.

O distrito possui os seus domicílios distribuídos em dois núcleos residenciais. O núcleo da Sede (Img. 33), o antigo *Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Pereira*, conta hoje com praticamente todos os serviços e infraestruturas básicas, sendo ainda carente em empreendimentos e investimentos que minimizem os problemas relacionados à qualidade de vida da população. A pavimentação, completa na maioria das ruas, é composta de blocos de concreto sextavados no seu eixo

principal, de calçamento de pedras irregulares, retiradas de pedreiras locais, e de concreto asfáltico em outras vias. Possui ainda algumas ruas, abertas sem estudos prévios, sem calçamento e com esgoto a céu aberto.

A sua população é constituída basicamente por moradores de baixa renda, chegando algumas famílias a atingir, em épocas de poucas oportunidades de emprego, a condição crítica de quase miséria, época em que o município passa a conviver com mais uma classe social. O índice de alfabetização gira em torno de 65% de alfabetizados

Com relação aos equipamentos urbanos, o distrito possui várias creches, uma escola de Ensino Fundamental e Médio, a escola Estadual Antonio Pereira, uma escola municipal em construção, um posto bem estruturado de tratamento dentário do Projeto Sorria, um Posto de Saúde do programa Saúde da Família do Governo Federal com atendimento médico diário (nos períodos da manhã e tarde) e trabalhos comunitários realizados por estagiários dos cursos de Nutrição, Enfermagem e Medicina; dois postos dos Correios (na Sede e na Vila residencial); Cartório de Registro Civil e Anexo a Notas, criado em 1888; posto de gasolina; posto policial, centros de artesanato; posto de coleta de material para exames laboratoriais; instituições religiosas diversificadas; farmácias; pontos comerciais em geral; pousadas; várias edificações (galpões) com prestações e suportes de serviços às áreas mineradoras, dentre outros serviços (Imgs. 28 a 32).



Imgs. 28 e 29 Serviços básicos de educação. Fontes: Luzia Cardoso, 2010.



Imgs. 30 e 31 Serviços básicos essenciais tais como saúde e serviços presentes no distrito. Fonte: Luzia Cardoso, 2010.

Quanto ao mobiliário urbano, este é composto por algumas lixeiras coletivas distribuídas em pontos estratégicos; pelo serviço de coleta de lixo, administrado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto, que ocorre duas vezes por semana; pelo saneamento básico de água potável que consta de uma nova estação de captação de água, semitratada; o esgoto, que atualmente é apenas canalizado e lançado diretamente ao córrego de Antonio Pereira e seus afluentes; pela rede de drenagem pluvial; a energia elétrica, com iluminação e fiação aéreas, através de postes da rede pública da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais), atendendo a todo o distrito. Existem placas indicativas com nomes das ruas, indicação de alguns serviços e pontos de paradas de ônibus. Possui dois pequenos campos de futebol e duas quadras poliesportivas.

As atividades musicais do arraial datam de 1827, época em que chegou ao arraial o Sr. José Correa, professor de música, formando a partir de então, um grande número de profissionais da música, mantendo-se precariamente até 1976, quando foi desativada. Reerguida em 1999, a atividade musical é hoje representada pela Associação Musical, regida por estatuto próprio, registrada no Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e atuando como membro da Associação das Bandas de Músicas de Minas Gerais. Conta hoje com um grande número de músicos profissionais atuantes, além de um número considerado de detentores da arte, treinados e formados pela Corporação. É considerada como uma entidade de utilidade pública para o distrito, pela sua sólida contribuição na formação de cidadãos. A Associação possui sede e instrumentos próprios, tendo atualmente já em fase de acabamento a construção de uma nova casa, maior e mais bem estruturada, financiada por intermédio da Lei de Incentivo Fiscal do Ministério da Educação (Img 32).

Complementar à parte musical, o município oferece como lazer as festas populares tradicionais, alguns pequenos bares e restaurantes, várias cantinas que atendem aos operários das empreiteiras e uma área de pesca com atividades noturnas.



Img. 32- Sede atual da Corporação e novo projeto, mais amplo, com mais dependências, ambas localizadas na Rua Grande. Fontes: Luzia Cardoso, 2011.

Os trabalhos relacionados à comunidade jovem do distrito abrangem o Programa Jovens de Ouro, o Pré-Técnico Humanista que prepara os jovens carentes para o ingresso em cursos técnicos, os cursos Pré-Técnicos e Pré-Vestibular, oferecidos pela UNIPAC, além de cursos de atividades artesanais de mosaico e tapeçaria, oferecidos pela Mineradora Vale do Rio Doce. Há ainda outros programas assistenciais, de várias modalidades, oferecidos pelas companhias mineradoras e pelas igrejas (católica e evangélica) lá instaladas, que são de suma importância para a comunidade em geral, abrangendo praticamente a todas as faixas etárias.

Na via principal de acesso ao distrito, a MG-129, especificamente no início do entroncamento que dá acesso à Gruta da Lapa, existe um ponto de ônibus intermunicipal, por onde passam diariamente as linhas para Itabira, Santa Bárbara, João Monlevade, dentre outras localidades. As linhas de itinerário Mariana-Antonio Pereira e vice-versa, circulam dentro do distrito com uma periodicidade de meia em meia hora, tendo os seus pontos extremos limitados entre a Vila Residencial (antiga Vila Samarco) e o município de Mariana, frequência esta que destaca a importância e a grandeza de Antônio Pereira em relação aos outros distritos.



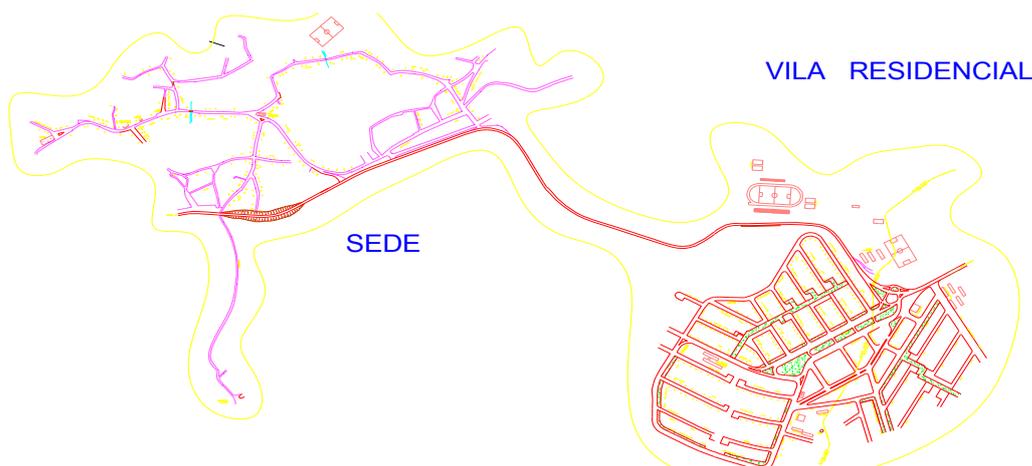
Img. 33- Vista aérea de Antônio Pereira, destacando a sede do distrito, a Vila Residencial e uma bacia de rejeitos de minério. Crescimento do arraial seguindo o percurso do rio. Fonte: Google Earth. Acesso em 28/09/2010.

Apesar do pólo industrial implantado, ainda vigoram alguns remanescentes da área rural com atividades na agropecuária e na produção agrícola e, ainda muitos moradores mantêm suas atividades profissionais nos municípios de Mariana e Ouro Preto.

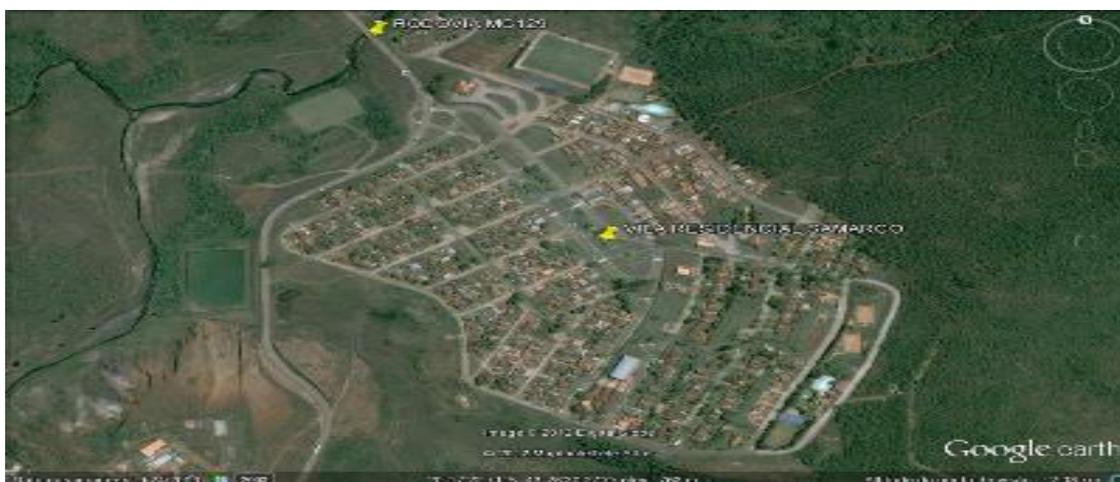
O outro núcleo residencial, a Vila Samarco (Img. 33), instalado e administrado pela Samarco Mineração desde 1977, possui características distintas das do núcleo do distrito, devido à sua formação. Com suas ruas planejadas, largas, arborizadas e com saneamento básico implantado, possui uma infra-estrutura semelhante à de um condomínio fechado (Imgs. 34 e 35) e com vigilância circulante permanente. A pavimentação, basicamente completa, é composta de manta asfáltica nas ruas principais e de calçamento com pedras irregulares, oriundas do distrito, nas vias secundárias. Em

seu conjunto possui como equipamento urbano uma extensão do Colégio Pitágoras, abrangendo até a 8ª série, um posto de agência bancária, posto de coleta de materiais para exames laboratoriais, farmácia, supermercados, padarias, igreja, salão de convenções, um clube de recreação, bares, restaurantes, cantinas, lojas, parque de diversão, posto policial, além de outros serviços. Como mobiliário são encontrados, em toda a extensão do núcleo, placas indicativas de nomes de ruas, telefones públicos, postos de terminais de ônibus, sinalização em todas as vias e lixeiras.

Em 1994 foi incorporada à administração municipal, passando a ser denominado de Vila Residencial Antonio Pereira. Possui uma razoável base econômica, com características predominantes de classe média, usufruindo ainda de todos os serviços disponíveis no núcleo sede, sendo também um núcleo absorvedor de mão-de-obra de parte dos habitantes do distrito.



Img. 34- Planta de Antônio Pereira, destacando a sede do distrito e a Vila Residencial Samarco. Fonte: Secretaria de Patrimônio de Ouro Preto.



Img. 35- Foto da Vila Residencial Samarco no início de sua formação. Fonte: Luzia Cardoso, 2011.

3.5. ASPÉCTOS RELIGIOSOS

Somando-se às riquezas minerais, o distrito possui, além dos pontos importantes de visitação turística relacionados à originalidade das características de sua formação geológica, o seu atrativo religioso. Com relação à fé existente na freguesia de Antônio Pereira, Manoel Ozzori, em seu Almanack de Ouro Preto de 1890, assim narra:

“Tem as seguintes capellas: De Nossa Senhora das Mercês, que actualmente serve de matriz; não se acha em bom estado, mas deve ser em breve reparada, pois existe para isso a quota de um conto de réis, há pouco votada pela Assembléia;

A gruta da Lapa, onde existe uma capella consagrada á padroeira da freguezia, tendo nas proximidades uma casa de romaria. É numerosissima a sua irmandade. Celebra-se ahi annualmente, a 15 de agosto, a festa de Nossa Senhora da Conceição, affluindo por essa occasião á freguezia uma immensa multidão, composta de devotos ou de pessoas avidas de divertimentos.”²⁰

A Gruta da Lapa (Img. 26), de formação calcária, é constituída por uma pequena ermida destinada a N. S. da Conceição da Lapa, situada no primeiro salão, com referência de construção em 1767. No seu interior, do lado direito, na formação de uma estalactite está sendo moldada, diuturnamente, uma esfinge de Nossa Senhora (Imgs. 36 e 37). A gruta é constituída por um altar, pias, coro, púlpito e vários salões naturais. Alguns historiadores afirmam terem sido o coro, o púlpito e o portão doados por D. Pedro II, quando em visita à fazenda dos Pitangui. Representando um atrativo religioso e turístico do distrito, é diariamente freqüentada por visitantes em busca tanto da inusitada beleza do local, quanto dos benefícios milagrosos atribuídos a Nossa Senhora da Lapa. Atrai um grande número de visitantes e fiéis durante as festas em comemoração à Santa, celebrada anualmente no dia 15 do mês de agosto. O Cônego Raimundo Trindade, ao descrever sobre a Diocese em 1823 assim apresenta a gruta:

“Num morro junto ao arraial está uma gruta formada pela natureza que a piedade dos fiéis converteo em capela, consegrando-a a Nossa Senhora sob o titulo da Lapa onde lhe tributão cultos aos sabbados e a 15 de Agosto lhe fazem festa esplendorosa.”²¹

²⁰ OZZORI, Manoel. *Almanack de Ouro Preto*, p.100.

²¹ TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*, p. 349.



Imgs. 36 e 37-Detalhes do interior da Gruta, com seu coro na lateral. Formação, na parede de um dos salões no interior da gruta, da esfinge de N. Senhora, em cujos pés brotam gotículas de água. Fonte: Luzia Cardoso, 2010.

Alem da gruta propriamente dita, o conjunto da Lapa é composto também por uma edificação para recebimento de ex-votos e oferendas, por uma cobertura utilizada para as celebrações do culto religioso ao ar livre, de banheiros públicos e por um trailer, aberto nos dias do jubileu para o comercio de utensílios religiosos.

Constituída de extensas celebrações, a festa é organizada e planejada pelos párocos e pelos fiéis da comunidade durante quase todo o ano. Tem o seu inicio oficial no principio do mês de agosto, culminando as festividades ao longo de duas semanas, sempre nos dias 14 e 15 de agosto, dias em que a chegada dos fiéis ao distrito aumenta consideravelmente, e a concentração do corpo clérico reúne padres de diversas paróquias do arcebispado de Mariana e mesmo de outros países. Composta de procissões, missas, batizados e outras atividades religiosas, as celebrações ainda hoje mantêm as mesmas manifestações de fé dos tempos passados, embora o caráter comercial tente reverter esta expectativa (Imgs. 38 a 41).





Imgs. 38 a 41- Cenas das celebrações em homenagem a N. Senhora da Lapa, festa comemorada anualmente nos dias 14 e 15 do mês de agosto. Fonte: Luiz Fragoso, 2010.

Alex Bohrer descreve sobre a lenda envolvendo a formação da gruta como substituta da matriz destruída pelo incêndio e sobre a conotação do ponto de referência da fé religiosa dada à N. Senhora da Conceição da Lapa ²². Sua importância na vida religiosa da região era tão grande, que os desenhos da capa do *Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa* foram ornamentados pelo pintor Manoel da Costa Ataíde, em 1810. Por sua grande romaria durante as festividades lá ocorridas, recebeu do poder público e da própria Igreja melhorias em sua estrutura física, atualmente composta de muro delimitador e grade na entrada da esplanada. Recebeu também um novo projeto paisagístico, encontrando-se ladeada por palmeiras imperiais e sua esplanada coberta por gramíneas. É aberta diariamente ao turismo religioso e cultural em geral.

²² Quando o assunto é a história da Gruta de Nossa Senhora da Lapa, alvo do fervor religioso de milhares de fiéis, as versões se multiplicam. A tradição mais antiga - e mais verossímil - narra a história de um menino-tropeiro que por volta de 1757 saiu pelos arredores à procura de um burrinho desgarrado. Na procura do seu burro acabou por topar com um coelhinho, muito alvo, que se pôs a correr com a conseqüente perseguição do menino. O roedor se escondeu na fenda de uma rocha que o tropeirinho logo constatou ser a abertura para uma imensa gruta natural. Ao penetrar na gruta deparou-se com a imagem misteriosa de uma senhora envolta por estranha luz, cuja visão logo se desfez. Tornou o menino ao arraial narrando o fato. Lá teve a corroboração de outras crianças que haviam presenciado coisa semelhante. Não tardou muito e curas milagrosas passaram a ocorrer ligadas à intercessão da Santa da Lapa. Anos depois o povo viu na gruta um presente divino para substituir a velha matriz que se queimou.

A ermida de N. S. das Mercês (Imgs. 42 e 43), local de sepultamento dos frades da região, com estrutura bastante precária e comprometida, não comportava muitos fiéis no culto. Restaurada à categoria de paróquia pela lei N° 184, de 3 de abril de 1840, tornou-se a Igreja oficial após o sinistro ocorrido em 1830 na matriz de N. S. da Conceição, tornando-se desde então o local onde se celebravam os ofícios religiosos da região, considerada na época como sendo uma ermida pobre e pequena.

“Tem no arraial uma ermida de Nossa Senhora das Mercês, muito pobre e pequena [...]. Presume-se que a ermida tenha sido edificada no século XIX, tendo-se como referencia o ano de 1815, quando foi constituída a Irmandade. Em meados do século XIX, em razão do estado arruinoso da igreja de Nossa Senhora da Conceição, a edificação serviu de matriz, embora se encontrasse igualmente comprometida.”²³

A busca constante por espaço suficiente para a acomodação dos fiéis exigiu que a mesma sofresse diversas ampliações, o que levou à descaracterização do seu traçado original. Encontra-se atualmente em processo de reformas, onde estão sendo feitos acréscimos em seu espaço interno, com o afastamento e ampliação do seu altar-mor (Img. 44).



Imgs. 42 e 43- Igreja de N. Senhora das Mercês, local onde passaram a ser celebrados os ofícios religiosos após o incêndio de 1830 na Matriz de N. S. da Conceição. Fontes: Arquivo da Camera Municipal de Ouro Preto/1974 e Luzia Cardoso, 2008.

²³ OLIVEIRA, Ronald Polito de. *Visitas Pastorais de Dom Frei Jose da Santissima Trindade*, p.111.



Img. 44- Igreja de N. Senhora das Mercês, atualmente em fase de reformas. Fontes: Luzia Cardoso, 2011.

Com relação ao turismo do distrito, este ainda um pouco acanhado, resume-se nas festividades da Festa da Lapa, nas visitas de fiéis à gruta no decorrer do ano e nas eventuais transações dos negociantes de pedras preciosas, em busca do topázio imperial e do ouro.

3.6. ASPÉCTOS ECONÔMICOS

O declínio econômico de Portugal e a decadência do ciclo do ouro se manifestaram de forma assustadora e Vila Rica não fugiu à regra, tendo a sua população reduzida drasticamente. Antônio Pereira também irá ser surpreendido pela decadência geral: lavras abandonadas, falta de recursos e o êxodo populacional. No período compreendido entre 1930 e 1960 a economia girava em torno dos artefatos de ferro, onde eram produzidas as ferramentas de trabalho, ferraduras, dobradiças, fechaduras, dentre outros produtos advindos da arte da forja e ferraria.

Um novo ciclo de mineração, agora com a exploração do minério de ferro, teve início em torno de 1950, indo até a década de 70, quando o distrito entra novamente em declínio. Com a confirmação em 1984 de que Antônio Pereira possuía em seu subsolo grandes jazidas de minério, instalam-se no local grandes empresas mineradoras, dentre elas a Samarco Mineração e a Companhia Vale do Rio Doce, hoje denominada Vale, empresas estas que contribuíram para a retomada do aumento populacional, fato comprovado pela crescente qualidade de vida dos habitantes, pelas mudanças

tipológicas das novas habitações construídas e a nova urbanização do distrito. Atualmente foi instalado o pólo industrial de Antônio Pereira para atrair indústrias de pequeno e médio portes na tentativa de sanar parte dos problemas da área mais pobre do distrito. Mas mesmo com a geração constante de empregos, sérios problemas sociais permanecem. O impacto humano gerado por empreendimentos do tipo, juntamente com o impacto ambiental, acabaram provocando um desajuste na vida até então pacata do local.

3.7. ASPECTOS URBANOS E ARQUITETÔNICOS

As edificações da área central do distrito, distribuídas no seu caminho-eixo, com seus extremos definidos pela ruína da *Igreja Queimada* e a Igreja de N. Sra. das Mercês, constituindo a parte antiga da sede, apresentam em geral tipologias arquitetônicas diversificadas, com poucas construções dos séculos XVIII e XIX, as quais possuem plantas retangulares, algumas com estrutura autônoma de madeira e preenchimento de seus vãos em pau-a-pique. Algumas possuem porão com embasamento em pedra seca, onde ainda se guardam os utensílios necessários à manutenção e sobrevivência dos moradores (Imgs. 13 a 16). Destas poucas habitações ainda prevalecem características comuns às edificações históricas: telhados patinados pelo tempo, rebocos caiados, pisos em pedras, tijoleiras, madeiras lavradas e tantos outros elementos indicadores do antigo sistema construtivo. Estas construções, de beiral simples, apresentam coberturas de duas e de quatro águas, molduras dos vãos e esquadrias de verga reta e em madeira. A pintura em algumas delas é ainda a base de cal. Estas construções ainda conservam boa parte da sua área de quintal nas suas dimensões originais.

Infelizmente, no entorno imediato à ruína da *Igreja Queimada* e da Igreja de N. Senhora das Mercês, já não se observam mais as construções do período colonial. O restante das construções que compõem este caminho-eixo, já apresenta as marcas da arquitetura contemporânea, tanto na questão de materiais quanto no que diz respeito aos sistemas construtivos e ao partido arquitetônico (Img. 45). De contemporaneidade também temos todo o seu calçamento, realizado em blocos sextavados de concreto.



Img. 45 – Marcas da arquitetura contemporânea no decorrer do caminho eixo.

O adensamento urbano do distrito, embora pareça ter um traçado longitudinal, concentra sua população em espaços contíguos, seguindo a direção paralela ao leito do rio, que serve de guia a direcionar o traçado de expansão do distrito, fazendo com que o mesmo cresça em seu entorno, ora à sua direita e ora à sua esquerda, ocupando as duas margens do rio. O seu crescimento também se dá à direita do caminho eixo, seguindo agora a conformação do morro que o contorna. Desta forma, a concentração de habitantes está localizada nestes espaços criados, espaços estes que têm a tendência de crescimento em direção à Vila Residencial, seguindo a margem da rodovia MG-129, onde já se encontram estabelecidas algumas edificações de cunho comercial e social.

Entretanto, os fragmentos de muros de pedra seca do período colonial, que ainda existem ao longo da rua principal do distrito, contribuem para dar ao trajeto da mesma, um pouco da ambiência de um pequeno e próspero arraial que outrora viveu dias de pompa e suntuosidade com a abundância do ouro lavrado em suas minas.

A destruição de parte das reservas naturais do distrito e a ânsia de novas moradias têm contribuído fortemente para a descaracterização do distrito. A área histórica perde parte do seu acervo remanescente da época da criação do arraial, para novas edificações, mais modernas. As superfícies enrugadas pelo tempo, que testemunharam o passado de tantos usos cederam lugar às massas e tintas látex, às madeiras e telhas industrializadas, aos pisos de porcelanato e vários outros materiais contemporâneos.



Img. 46- Modernas construções substituindo as antigas habitações coloniais no caminho original do distrito. Em destaque à direita, imagem do que sobrou do antigo casarão. Fonte: Luzia Cardoso, 2011.

3.8. FRAGMENTOS DA MEMÓRIA: UM RETORNO AO PASSADO.

Assim era Antônio Pereira, segundo depoimento da Sra. Maria de Carvalho Ferreira, a “Dona Dunga”, 75 anos, pereirense e moradora do distrito. Diz que as casas eram quase todas situadas no lado direito da rua. Do lado direito da *Igreja Queimada*, no local onde hoje estão as casas populares construídas pela administração atual da Prefeitura Municipal, havia uma residência que era cópia do casarão dos Pitangui, com senzala e água que vinha da baritina até a porta da cozinha. Após havia uma casa de sapateiro. Depois a casa da D. Filomena, que fazia água de cheiro para vender. Nos finais de tarde o pessoal da rua gostava de passar em frente a esta residência para sentir o aroma que vinha do seu quintal, onde eram despejadas as bacias contendo as águas utilizadas no banho. Depois a casa dos Sobreira, do Nestor Ferreira, a casa do Sr. Manuel Ribeiro (onde hoje funciona a Escola Infantil, na Rua Grande).

Do outro lado havia um sobrado pertencente a N. Senhora da Lapa, a casa de Sá Bahia, a casa de Manduca e Sancha, hoje lote vago. Casa do Sr. Antoniel de Carvalho, casa da Maria (era do avô do marido dela) onde funcionava a escola em salão feito pelo pai da professora e depois a horta de Santo Antônio, uma horta comunitária. Onde hoje funciona a sede da banda havia uma construção de 1822, que vários anos funcionou com um botequim. Em frente à sede atual da banda havia um casarão. Havia a casa do

Sr. Abilio, o sobrado do Sr. Ildeu, a casa da Aida, e mais três casas. Havia também um hotel e uma pensão até quase os meados do ano de 1900.

Onde hoje funciona o Posto de Saúde existia um rancho de tropeiros. Em frente havia um sobrado (Img. 46), o único do lugar onde existia latrina, onde se usava a cal para “soterrar” os dejetos. Depois a casa do Sr. Pedro Bugios. Depois a ponte de cimento com beiral em pedra sabão, todo trabalhado. A loja do Sr. Amantino de Carvalho onde estão as ruínas do antigo seminário dos frades. A casa do Sr. Agenor de Queiroz com uma padaria. Em quase todas as casas os quintais eram floridos com canteiros de papoula. Havia a casa das moças; elas eram seis. Havia uma alfaiataria, uma fábrica de cigarros de excelente qualidade que abastecia outros distritos, uma ferraria com uma fundição de ouro na tenda, a fábrica de baritina e também a de velas, que utilizava o artifício de colocar as mesmas para “corar” no sereno para que ficassem brancas. Havia também muitas quitandeiras que fabricavam a brevidade, o cubu, as broas e outras tantas guloseimas de excelente qualidade. Eram muitos os cafezais e também as plantações de milho.

Havia os casarões dos Santiago, dos Pitangui, do Capitão Simão (hoje funcionando uma pedreira²⁴), a fazenda dos Taveira, onde foi moradia dos ingleses. Havia também a Mina do Ouro Fino, que foi soterrada com toda a família. Tinha o Canal das Moças, local de garimpo onde só garimpavam as mulheres. Os chafarizes eram três. Um na Rua Grande, divisando com a Rua Inhaia, outro na porta do sobrado de Carolina de Carvalho e outro na Rua da Lagoa. Junto à porta da *Igreja Queimada* havia uma sineira e, da Igreja de N. Senhora das Mercês, varias imagens de valor foram roubadas.

As festas religiosas eram constituídas pelas celebrações da Santa Cruzada de São Tarcisio, mártir da guerra, com procissão às 6 horas da manhã; da festa de São Sebastião no dia 20 de Janeiro; da festa do Reinado e das Pastorinhas do Natal.

24 - A pedreira do Capitão Simão, com a escassez do ouro, passou a ser explorada para o comercio de matéria-prima para a construção civil ainda no final do séc. XVIII. De acordo com informações do historiador José Efigênio Pinto Coelho, esta pedreira foi importante fonte de matéria-prima para a construção, em 1880, da Igreja de N. Senhora dos Homens, localizada no santuário do Caraça.

As serestas eram freqüentes, com muita música e um coral. Comemoravam-se de surpresa quase todos os aniversários, onde cada participante levava um prato de salgados ou de doces.

4. A IGREJA QUEIMADA: UMA BREVE DESCRIÇÃO FORMAL, ESTILÍSTICA E CONSTRUTIVA

4.1. A CONSTRUÇÃO INACABADA



Img. 47- Frontispício da Igreja Queimada. De pilastras retas, com frontão triangular em adobe e as torres sineiras inacabadas. Aos fundos resquícios da parede do altar-mor e acima a revoada dos pombos, habituais moradores da ruína. Fonte: Ronaldo Trindade, 2010.

Em todo o Brasil percebemos inúmeros exemplos de igrejas e conventos monumentais, construídos pelas grandes ordens religiosas. Em Minas Gerais, ao contrário, com a proibição da entrada na região das ordens I^a e II^a, a responsabilidade da expressão e prática da fé recaiu sobre as irmandades ou ordens terceiras²⁵ e leigos, que professavam a religião católica.

²⁵ As Ordens Terceiras eram constituídas pelos que, sob a orientação de uma Ordem, procuravam chegar à perfeição cristã, tanto pela maneira de viver, quanto pelas suas orações. Quando uma Ordem Terceira secular era subdividida em várias associações, legitimamente constituídas, cada uma delas era chamada de “Irmandade de Terceiros”.

O “Barroco Mineiro”, aplicado a toda arquitetura religiosa edificada, cobre um universo estilístico muito amplo, indo das construções retangulares da primeira metade do século XVIII, às sinuosas da segunda metade, passando pelas curvilíneas, representando os três estilos de época no cenário internacional (Maneirismo, Barroco e Rococó). O Maneirismo, conhecido como estilo tradicional português está relacionado à grande maioria das Igrejas construídas em Minas ao longo do século XVIII.

A região de Minas Gerais, local onde se desenvolveu a arte religiosa mais original do Brasil, é um santuário que possui os mais ricos monumentos, representados pelos encantos e esplendores do Barroco brasileiro, fruto de suas criações personalizadas. Diogo de Vasconcellos, na sua obra *A Arte de Ouro Preto* diz que “É fora de dúvida que as belas artes nasceram do sentimento religioso”²⁶ e o poeta Carlos Drummond de Andrade nos dá a dimensão destes esplendores quando diz, em versos, que “Não entrarei, Senhor, no templo. Seu frontispício me basta.”²⁷

A Igreja de N. S. da Conceição de Antonio Pereira (Img. 47), mais conhecida como *Igreja Queimada*, foi primeiramente construída , em 1701, em forma de uma rústica capela dedicada a N. Senhor do Bonfim. Em 1716 é dada a autorização para que se iniciasse a construção de uma Igreja, em canga, em homenagem a N. S. da Conceição, tornando-se Igreja Matriz em 1720 e elevada à categoria de colativa junto ao Arcebispado da Vila do Carmo (atual cidade de Mariana), através de um alvará, em 16 de Janeiro de 1752.

²⁶ VASCONCELLOS, Diogo. *A Arte em Ouro Preto*. p.56.

²⁷ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Francisco de Assis. (Poesia)*

Em seu relato de Visita Pastoral em 1821 ao arraial, Dom Frei José da Santíssima Trindade, fala do título de colativa e dos registros paroquiais referentes à Igreja Matriz:

*“Dos primeiros registros paroquiais consta ter sido curada, como igreja matriz, no ano de 1720 (R.F.B.). Um deles é o do casamento do Capitão Manuel Rodrigues Passos com Joana Maciel da Costa, processado perante o Vigário João de Andrade Góis em 1720.”*²⁸

Já em 1831, através de carta emitida pela Regência Provisória em nome do Imperador, é feita a apresentação do padre Francisco de Sousa Monteiro:

*“ A Regencia Provisoria, em nome do Imperador, faz saber ao reverendo Bispo de Marianna, do Conselho do Mesmo Imperador, que tendo sido Apresentado, em virtude da competente Proposta, o Padre Francisco de Sousa Monteiro na Igreja parochial de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Pereira desse bispado: Há por bem que n’ella seja confirmado, e se lhe passem as Letras de confirmação, na forma costumada, em que, se fará expressa menção de o ter sido em consequencia d’esta Apresentação, com a pensão annual de desesete mil e quinhentos reis para a Imperial capella, e com a clausula de que se poderá dividir esta Igreja quando se julgar necessario; e haverá o mantimento, e mais emolumentos, próes, e precalsos, que ligitimamente lhe pertencerem. Esta se cumprirá, sendo passada pela Chancellaria das Ordens. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em deseseis de Maio de mil e oitocentos e trinta e um, decimo da Independencia e do Imperio.”*²⁹

Erguida em ponto estratégico de quem chega de Mariana ou mesmo de quem vem de Ouro Preto, descendo pela antiga estrada que vinha do Morro São João, encontra-se a ruína da *Igreja Queimada*.

Embora apagada pela opacidade e abandono de seus componentes construtivos, castigados pelo calor ardente das chamas do incêndio de 1830, constitui mesmo assim um dos destaques da paisagem local, guardiã do arraial que se descortina à sua frente.

²⁸ OLIVEIRA, Ronald Polito de. *Visitas Pastorais de Dom Frei José Da Santíssima Trindade*, p.46.

²⁹ TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. p. 21.

Voltado para a região noroeste, o seu frontispício contempla, silencioso, parte da exuberância do Espinhaço, que, na sua imponência, divide a cena com parte do azul anil celeste.

Com relação à planta, à autoria do risco e à responsabilidade de construção, não foram encontrados registros que esclarecessem estes dados, entretanto a técnica de construção em canga já vinha sendo utilizada nas capelas dos morros da Sede, conforme narra Diogo de Vasconcellos:

“(...) ao passo que os outros situados na Serra, em superfície forrada de canga, estéril e nua, lançaram mão dos blócos avulsos, ou facilmente extrahidos; e delles tiveram o material mais acessível e econômico de seus edifícios.... Sem precisarem de cal, cousa que nem havia, e aprumando apenas corrigidas as pedras umas sobre as outras, os primeiros povoados nos deixaram as suas capelas, seguras como rochedos.”³⁰

Conforme relato da Visita Pastoral de Dom Frei José da Santíssima Trindade, feita à Igreja, no dia 4 de novembro de 1821, a Igreja, cuja construção iniciou em 1716, ainda se encontrava “*por acabar.*”³¹

“Tem esta igreja abundância de prata e ornamentos festivos sofríveis e com três altares. Todo templo é de pedra e ainda está por acabar e já com ruínas e muito escura se vai consertando, pouco a pouco, para o que um devoto deu 130\$000 reis; o acampamento destruído.”³²

Neste mesmo provimento lê-se que o pároco era o Padre Luis Varela de Afonseca, e os operários eram os Padres Anacleto Confício Vaz, Lúcio Leonel Cota e José Rocha Lima. Relata também que a freguesia não possuía capela curada e que o nome do arraial levava a toponímia do seu descobridor, Antônio Pereira Machado.

³⁰ VASCONCELLOS, Diogo de, *A Arte em Ouro Preto*, p.18 e 19.

³¹ OLIVEIRA, Ronald Polito de. *Visitas Pastorais de Dom Frei Jose da Santíssima Trindade*, p.110.

³² _____. *Visitas Pastorais de Dom Frei Jose da Santíssima Trindade*, p.47.

Em tabelas que relatam as visitas em 1821 às freguesias, Dom Frei aponta para o arraial de Antonio Pereira um total de 1210 habitantes, 2 ermidas e 4 sacerdotes, com os quais eram gastas 150 cômgruas³³.

Embora o Cônego Raimundo Trindade saliente em seu relato que a Igreja não fosse um templo suntuoso, ainda narra:

*“Louvamos o zelo do reverendo pároco em manter o asseio e decência do altar, ornamentos e vasos sagrados, apesar da ruína do templo nas paredes e campas das sepulturas. Esperamos que se reparem estas ruínas com a maior brevidade. E porque é este um objeto que merece muito especial atenção e é também da nossa inspeção, unida com a respectiva dos desembargadores provedores, nos parece conveniente ordenar ao reverendo pároco e ao atual fabriqueiro procurem obter do desembargador provedor licença para poder se reduzir a dinheiro algumas peças de prata da igreja que se podem escusar, como uma das custódias, a antiga, e outras mais peças tanto da fábrica como principalmente da irmandade do Senhor do Bonfim, a qual se acha extinta por falta de irmãos, para com o seu resultado se consertar a igreja, não só por se poderem escusar aquelas peças, mas também por se evitar o roubo delas, num lugar bastante despovoado e numa igreja, por isso mesmo que arruinada, pouco segura para a guarda delas.”*³⁴

Esta Igreja, embora tenha grandes dimensões e nela tenham sido aplicadas as técnicas construtivas contemporâneas da época, e estando localizada logo à entrada do arraial, em ponto estratégico de quem vinha, tanto da Sede, quanto da Vila do Carmo (Mariana), passou mesmo assim despercebida aos olhos críticos e detalhistas dos naturalistas como Auguste de Saint-Hilaire, em sua visita ao arraial por volta de 1821, mesma época da Visita Pastoral, e pelo austríaco Johann Emanuel Pohl, em sua visita à mina de Timbopeba, onde havia uma pequena fundição de ferro. Inacabada e já semidestruída, sofreu um incêndio em 1830, precisamente na noite de 17 para 18 do

³³ Pensão concedida aos sacerdotes para a sua conveniente sustentação.

³⁴ OLIVEIRA, Ronald Polito de. *Visitas Pastorais de Dom Frei Jose da Santissima Trindade*, p.111.

mês de Fevereiro, fazendo a população do arraial despertar com o estrondo das labaredas, cujas chamas fizeram com que a matriz quase desaparecesse em poucas horas.

*“Em 1830, na noite de 17 para 18 de fevereiro, a população de Antônio Pereira é despertada aos “estrondos” de pavoroso incêndio: era a matriz da velha freguesia que ardia, e desapareceu quase completamente em poucas horas.”*³⁵

O Cônego Raimundo Trindade, baseado nos laudos do corpo de delito, descreve o que se segue:

*“Diz o auto do corpo de delito que o incêndio fora fortuito e inexplicado: porque tendo-se feito as novenas de São Sebastião, ainda de dia, como é costume há anos; emprevistamente ficara alguma faísca em velas, ou do mesmo fogo do vidro da Lâmpada; ou de outra qualquer maneira, segundo se pode presumir, que aliando-se ao Altar-Mor, ou às columnas principais do templo, subiu o fogo ao tecto, alta noite, e progrediu de maneira que quando se sentiu o estrondo (por estar esta matriz situada em lugar ermozo e de poucos habitantes) pelos gritos que deram a chamar o povo para acudir, já se achava o dito templo incendiado e tão geral que era impossível acudir-se[...].”*³⁶

Sobre este sinistro, Dom Frei ainda nos relata uma certa história ou lenda *“...de certo sujeito que, em Goiás ou Mato Grosso, fôra levado à fôrca, acusado de homicídio, e que declarara aceitar a morte como justa punição, não do falso crime por que agora o condenavam, mas de outro, monstruoso e real, que praticara em Minas, pegando fogo a uma de suas igrejas.”*³⁷

Em seu Almanack de Ouro Preto de 1890, sobre a freguesia de Antônio Pereira, com relação à citada Igreja, Manoel Ozzori assim narra:

*“Existe ainda uma pequena capella dentro da área ocupada pela antiga matriz, queimada há cerca de noventa annos, mas cujas paredes conservam-se ainda em perfeito estado de solidez.”*³⁸

^{35, 36, 37} TRINDADE, Conego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*, p.47.

³⁸ OZZORI, Manoel. *Almanack de Ouro Preto*, p. 100.

Este mesmo estado de solidez, já narrado por Diogo de Vasconcellos para as ruínas da Serra de Ouro Preto, pode muito bem ser observado para o que restou dos muros da Igreja incendiada no arraial de Antônio Pereira:

*“Fundadas na idea da duração, sobrevivem ellas entre as ruínas da Serra, testemunhos mudos, e singellos da arte apenas iniciada, e que tão formosos surtos deveria ostentar no período áureo das Minas.”*³⁹

Com relação ao relato do OZZORI sobre a existência da pequena capela no interior da Matriz incendiada, temos aí uma divergência quanto à questão das datas, quando foi dito *cerca de noventa annos* o que nos remete ao ano de 1800, ao passo que, nos Autos do Corpo de Delito consta o ano de 1830, precisamente na noite de 17 para 18 de fevereiro de 1830, nos dando uma diferença substancial de 30 anos de datação do fato ocorrido.

*“Em 1836 a paróquia local foi suprimida e incorporada à de Camargos, no Município de Mariana, por Lei Nº 50 de 8 de abril daquele ano. Um dia depois da Lei 50, foi criada a Lei 52, suprimindo o distrito e incorporando-o ao Termo Marianense. Todavia, a paróquia foi restituída ao município de Ouro Preto por força da Lei Nº 184 de 3 de abril de 1840.”*⁴⁰

³⁹ VASCONCELLOS, Diogo de. *A Arte em Ouro Preto*, p. 20.

⁴⁰ BOHRER, Alex Fernandes. *Antonio Pereira. Breve Histórico*, p.19.

4.2. TIPOLOGIA ARQUITETÔNICA, SISTEMAS CONSTRUTIVOS E MATERIAIS

Pertencente à segunda fase do processo de evolução das construções religiosas da arquitetura do período colonial mineiro (1740/1760), a *Igreja Queimada* apresenta como características, elementos ornamentais em cantaria e a estrutura em alvenaria de pedra, mantendo ainda o frontispício em linhas retangulares de inspiração clássica, o que confere uma maior rigidez em suas linhas.

O conjunto de muros da ruína representa ainda mais um importante elemento de arqueologia histórica brasileira, por inovar o sistema construtivo até então usado na região na época da construção, ao passar da estrutura autônoma de madeira e barro para a estrutura de paredes de pedra.

O novo sistema construtivo empregado utiliza-se para a estrutura portante as pedras, tendo como material ligante, *opus incertum*, o barro e a cal, pressupondo-se assim a atuação de profissionais altamente qualificados, com larga experiência, sólida formação e muito apuro.

Com sua construção iniciada em 1716, a ruína da *Igreja Queimada* possui as características do estilo barroco, com planta retangular em bloco único, torres quadradas apoiadas em elegantes pilastras expressando a estática do monumento, risco clássico e dimensões excepcionais. Possui alvenaria de pedra na totalidade dos seus muros e tijolo de adobe na composição do seu frontão triangular e no preenchimento dos vãos existentes nas vergas alteadas sobre as portas e janelas laterais. Possui pé direito alto e pavimento interno sem divisões aparentes, por causa do incêndio que devorou a sua distribuição espacial interna.

Edificação de porte proporcional ao das matrizes do município, ela possui o acesso para o seu interior tanto pela porta frontal quanto pelos dois pares das portas laterais. A sua construção deve ter sido feita por etapas, devido à distinção de parte do material nela utilizado, tanto pela qualidade, pela disposição, quanto pelo esmero de acabamento em algumas de suas partes. As paredes internas e externas de parte das fachadas das laterais direita e esquerda apresentam fiadas de pedras mais irregulares, menos homogêneas e mais arredondadas em relação ao restante da edificação.

Analogamente, são observadas paredes nitidamente marcadas por elementos de pedras mais bem trabalhadas, de formato mais regular e melhor aparelhadas nos maciços que compõem o frontispício e o transepto.

Possui vãos relativamente largos, apresentando as entradas da lateral esquerda interdidadas pela metade da sua altura, pela justaposição de pequenos blocos de pedras, provenientes do desmoronamento de parte do maciço da lateral direita que ruiu ao longo do seu comprimento.

Os maciços da ruína são compostos basicamente de pequenos, médios e grandes blocos de pedras, irregulares e distribuídos entre vários tipos, todas elas provenientes da região, medida provavelmente adotada para que se aproveitasse o material disponível nas redondezas, evitando-se assim o transporte em longas distâncias e, possivelmente, a redução de custos da obra. Dentre as poucas variedades de materiais utilizados e encontrados no local podemos citar: a) o mármore dolomítico, que é uma rocha carbonatada; b) as rochas ferríferas, dentre elas o itabirito, rocha formada por quartzito e hematita; c) a canga mais porosa, com cavidades de dissolução, constituída de goetita e limonita, ambos minério de ferro; d) a canga brechada, que possibilita uma melhor trabalhabilidade; e) o quartzito, este utilizado em maior quantidade e f) o xisto, rocha utilizada na confecção dos ornamentos mais nobres da edificação, por ser de mais fácil manuseio e por possuir a característica de ter aparência semelhante à da pedra-sabão.

Com relação ao quartzito, este está presente também em forma de blocos trabalhados e aparelhados em toda a extensão da base da ruína para a elaboração do seu nivelamento e plano de apoio, na confecção dos cunhais ressaltados das paredes, nas possantes pilastras ornamentais, localizadas nas delimitações externas das torres sineiras, nos seus embasamentos, nas pilastras centrais da frontaria, nos peitoris, nas ombreiras e nas vergas em arco de círculo das janelas, nas portas laterais e nas conversadeiras, nos marcos das portas e nas janelas laterais, bem como nos óculos presentes nas laterais da edificação. Também na confecção dos arcos situados na fachada frontal, localizados acima da porta principal e nas pesadas cimalthas que circundam e arrematam o frontispício e as torres sineiras.

O uso do xisto se limita na ornamentação das portas principal e laterais, constituindo os marcos e as vergas retas. A porta principal, alta, está decorada com pequeno ornato arquitetônico, que nasce nas bases dos marcos e tem o seu arremate no

ponto central da verga. Os marcos possuem a característica de serem compostos por três peças, sendo que a peça central é destacada em tonalidade e beleza de acabamento das outras peças, pelo fato de os blocos empregados para tal emenda terem sido trabalhados no sentido perpendicular ao do alinhamento do seu afloramento, ou seja, contrario à sua xistosidade, o que resultou em um acabamento mais grosseiro e descaracterizado ao de semelhança à pedra-sabão.

O seu interior, transformado em cemitério (Img. 48), é hoje ocupado por covas confeccionadas basicamente de quatro modelos diferentes: a) em alvenaria de bloco de concreto; b) em granito polido; c) circundada por gradil de ferro e d) a convencional, simples e rés-ao-chão.



Img. 48 –Maciços e interior da ruína. Detalhes para a vegetação, os túmulos e os pombos, formando uma outra trindade, que não é santíssima. Fonte: Luzia Cardoso, 2010.

4.3. ANÁLISE HISTÓRICA-CRÍTICA

Na segunda metade do século XVIII o esgotamento das jazidas auríferas já se fazia presente e o impacto econômico no cotidiano das Minas Gerais se tornou visível. Neste contexto muitos empreendimentos foram interrompidos e alguns templos não fugiram à sina, sendo que um dos exemplos foi a Igreja de N. Senhora da Conceição de Antônio Pereira.

Do ponto de vista do partido arquitetônico e da volumetria, a Igreja de N. Senhora da Conceição de Antonio Pereira pode ser incluída nos padrões do Barroco, caracterizado pelo risco clássico, por suas linhas retangulares, pela volumetria simples e pela estaticidade de sua forma. Não se tem idéia da área na qual a Igreja foi inscrita, se quadrangular à moda portuguesa ou não. Do tipo convencional, com capela-mor retangular, e sem sacristia transversal detrás do altar-mor, tem sua inovação nas duas janelas lacradas, provenientes especificamente das torres sineiras e localizadas nas extremidades do frontispício, e nas linhas curvilíneas, restritas apenas ao interior das torres. O conjunto central, composto pelo corpo da fachada, é selado por uma única porta, encimada por duas sacadas que iluminam o coro, e arrematado por um frontão triangular que se equilibra entre duas torres de elevação moderada e por um segundo arco, em pedra, funcionando como uma sobreverga sobre as janelas vazadas e acima da portada, dando um ar de movimento e ao mesmo tempo de austeridade e sobriedade ao monumento.

Com relação às torres, exteriormente em formato quadrangular, podem ser atribuídas a possibilidade de parte da construção ter avançado já pelo final do século XVIII e início do século XIX, quando o Barroco utilizava o partido retilíneo, estilo sóbrio, de linhas pesadas e rígidas. O frontão triangular, composto por duas fileiras de tijolos de adobe, é simples e sem ornamentos, contendo somente um pequeno óculo em forma abobadada na sua parte central superior.

A condição de obra inacabada, localizada em “*local ermo*”³⁶, já apresentando sinais de ruínas e sem a mão-de-obra presente, com “*acampamento destruído*”³², denunciada por Dom Frei em sua visita pastoral 105 anos após o início da sua construção, é ainda hoje visivelmente confirmada pelos inúmeros orifícios vazados,

simetricamente alinhados na sua verticalidade e distribuídos ao longo de seus maciços laterais e no frontispício, orifícios estes que podem ser facilmente identificados como sendo remanescentes da época da construção, pelas características apresentadas, de terem ali sido deixados para servirem de suporte aos andaimes então utilizados (Imgs. 49 a 52). Tal evidência, facilmente observável, é marcada pela criteriosa justaposição dos blocos de pedras que compõem os maciços, amarrando a parte superior do orifício, assegurando assim a continuidade da função de sustentabilidade dos seus vãos, deixando evidente a conclusão de que tais orifícios não foram ali providenciados ao acaso, para objetivos outros.



Imgs. 49 a 52- Orifícios deixados ao longo dos maciços para encaixe dos andaimes, nos quais se pode observar o cuidado em se manter a continuidade das amarrações necessárias à estabilidade do monumento. Fontes: Luzia Cardoso, 2010.

A ruína apresenta poucas partes com vestígios de emboço de reboco. Estes locais são identificados pela ausência dos orifícios, podendo nos levar às conclusões de que estes já se encontravam então acabados, ou de serem os únicos locais onde o calor do fogo não conseguiu fazê-los desprender da pedra nua, considerando então que toda a ruína estivesse rebocada. Distribuídos em alguns pontos da edificação (Imgs. 53 e 54), os rebocos remanescentes podem ser assim observados: a) na fachada posterior, na sua parte interna, local provável de localização do altar-mor ou da pequena capela instalada no seu interior; b) em partes das fachadas laterais, próximas às elevações das torres e no interior destas, na sua parte mais inferior, limitando-se até a meia altura destas.

Um fato interessante a observar é a característica de que os rebocos antigos tradicionais não eram aplicados sobre uma camada de chapisco, mas sim diretamente sobre a pele nua da edificação, apresentando em alguns locais, onde se encontra seu vestígio, a idéia de estar descolado ou não coeso, quando submetido à percussão de inspeção (Img. 53). Entretanto, essa é uma das características dos rebocos tradicionais das construções luso-brasileiras, onde, ainda assim, não há perda da sua funcionalidade.



Imgs. 53 a 56- Detalhes de reboco das torres e das fachadas. Fontes: Luzia Cardoso, 2010.

As evidências quanto à localização da capela primitiva no interior da matriz inacabada (Img. 57) estão visíveis nas marcas deixadas pelo formato do possível telhado, em duas águas, na pintura parietal do barrado da parte inferior da parede do altar-mor (Img. 58) e na diferença de coloração na parte central (Img. 59), possivelmente ocupada pelo altar-mor.



Img. 57 – Vestígios da localização da capela primitiva. Fonte: Luzia Cardoso, 2010.

Detalhes da marca do suposto telhado e da pintura, em tonalidades diferentes, ultimadas pela pintura mural.



Imgs. 58 e 59 – Fragmentos de pintura do altar-mor. Fachada posterior. Parte onde provavelmente situava o altar-mor da antiga capela, no interior da Matriz. Fontes: Luzia Cardoso, 2010.

Outro fato a observar diz respeito à condição de estarem as torres sineiras ainda por acabar. Analisando internamente parte dos muros, podem ser observadas algumas

marcas visíveis (Imgs. 60 a 62) que poderiam reforçar a hipótese de que as torres foram erguidas em data posterior ao sinistro ocorrido: a) pelo fato de poucos anos antes do incêndio a Igreja se encontrar ainda em construção, conforme relato citado da Visita Pastoral; b) pelo fato de ser observados internamente, nas suas laterais, indícios de continuidade de construção, nos quais a amarração difere da existente no restante dos muros c) pela diferença marcante de qualidade e tipo dos blocos de pedras utilizados, limitadas de determinada parte da nave até o frontispício, onde não há vestígios aparentes da ação do fogo e d) pela diferença marcante de alteração de mão-de-obra de acabamento.



Imgs. 60 a 62- Indícios de continuidade posterior de construção, verticalmente visíveis, no mesmo alinhamento nas fachadas laterais e marcas da diferença de tonalidades nos materiais empregados. Fontes: Luzia Cardoso, 2010.

Estes fatores podem facilmente indicar que a construção possa ter sido feita em etapas, iniciando pela capela-mor, local provável da primitiva capela, indo no sentido da nave até a altura da metade desta, onde se pode notar que a continuidade das fiadas de pedra (sobreposição) foi interrompida, levando a crer se tratar de uma descontinuidade e posterior retorno da execução da obra. Da mesma forma, nesta descontinuidade, se observam partes dos panos das paredes de pedra marcadas claramente pela diferença de tonalidades deixadas pelas chamas entre uma e outra parte. Outro fator a considerar seria o fato do apuro e do desvelo empregado nesta provável parte nova da execução, sinalizando ter sido ali utilizada mão-de-obra mais qualificada e material mais elaborado.

Interessante notar que as paredes de alvenaria de pedra dos primeiros séculos da colonização do Brasil exibem fragmentos de materiais agregados a elas como embrechamento ou como camadas de nivelamento (Imgs. 63 e 64).



Imgs. 63 e 64 – Fragmentos de materiais agregados ao maciço como embrechamento ou como camadas de nivelamento. Fontes: Luzia Cardoso, 2010.

Isto nada mais é do que o testemunho do que hoje denominamos de estratégia de gestão de entulhos, já utilizada de modo eficaz pelos artesões naquela época, onde os entulhos porventura gerados eram reciclados no próprio ciclo da construção. Outro fator a considerar nesta questão de reaproveitamento de resíduos, está relacionado ao peso do material, o que se confirma como um dos mais fortes determinantes das estratégias e técnicas de construção do passado. A própria escolha dos sítios para a fundação de povoados, vilas e cidades, levava em consideração, entre outros requisitos fundamentais à vida urbana, a disponibilidade, *in loco*, de materiais de construção de boa qualidade, podendo até este requisito vir a ser determinante de adaptações criativas das técnicas construtivas então utilizadas.

As molduras dos vãos da fachada principal, balanceadas por características opostas, entre vazados e preenchidos, possuem arremates em arcos de cantaria de pedra de quartzito, caprichosamente distribuídos. Pelos indícios observados com relação à existência do coro, pode ser levantada a hipótese de que os vãos abertos no frontispício não se tratam de simples janelas, mas provavelmente, de duas sacadas, devido à posição e à sequência dos orifícios localizados na parte interna dos maciços do transepto, das torres e sobre os vãos das portas laterais unidas às torres (Img. 65). Posicionados em todo o percurso que circunda a torre sineira e a portada principal, estes orifícios encontram-se simetricamente espelhados. Supostamente nestes deveriam ser encaixados

os barrotes para a composição do tabuado, tanto do coro quanto das torres, considerando que os outros orifícios, anteriormente citados, se prestavam à função de suporte aos andaimes.



Img. 65 - Sequência de orifícios, alinhados ao longo dos maciços. Detalhe do orifício. Fonte: Luzia Cardoso, 2011.

O frontão triangular, em alvenaria de tijolo de adobe, composto de fiada dupla, com um óculo central na posição superior, encontra-se esparramado, estático, separando as duas inacabadas torres sineiras (Img. 66). O frontispício, dividido em três partes, é composto na área central por uma porta em formato retangular, em pedra de xisto lavrada, encimada por uma pequena cornija e delimitada pelas pilastras centrais e pelas janelas vazadas. A horizontalidade dos elementos encontra-se apoiada em elegantes pilastras, garantindo assim a estática do monumento. A presença da pequena cornija que encima a porta atenua a rigidez da fachada.

O equilíbrio harmonioso de suas proporções, a harmonia de suas linhas retas e a união das partes que o compõe, faz com que o frontispício transmita uma singular elegância ao edifício, característico do espírito clássico, especificamente mineiro.

A verticalidade do seu frontispício e das torres é interrompida pela presença da cimalha, de grande balanço, trabalhada em pedra (Img. 67), que se quebra para as laterais, avançando sobre elas, como que a ocupar o lugar dos beirais. A cimalha possui perfis em que as suas faixas, linhas, arestas e filetes tomam a função de embelezamento e ao mesmo tempo de interrupção da verticalidade das torres e do frontispício, quando

estes elementos, em presença de claridade, proporcionam um espetáculo de luz e sombra.

Paralelo à quebra da verticalidade e ainda para reforçar a mesma podemos notar que os vãos fechados das torres sineiras (Img. 68), possuem também a função de ampliação da largura da fachada, reforçando assim esta quebra.

Construção estável, de estrutura autônoma com grossas paredes de vedação em alvenaria de pedra argamassada com barro, tendo a argila como material inerte e a cal preta fabricada no arraial como material ligante, provavelmente tenha sido, em partes, coberta por telhas de barro sobre armação de madeiras, seguindo as características da arquitetura colonial. A sua movimentação é feita através do uso dos arcos presentes nos vãos do frontispício, e nas janelas presentes nas suas extremidades.

Com espessura de seus muros em torno de 1,50m, a ruína possui grandes dimensões: aproximadamente 17,85m de fachada, 42,20m de comprimento e 10,85m de altura, até a posição inacabada da torre sineira, igualando assim em dimensões às grandes matrizes existentes no município.



Img. 66 – Frontão triangular nas suas visões externa e interna, de onde se podem notar a dupla fileira de tijolos.
Fonte: Luzia Cardoso, 2010.

Sem uma descrição mais detalhada de registros do seu interior, tem-se apenas o relato da existência de três altares⁴¹ (provavelmente o altar-mor, mais dois altares colaterais), a abundância de prata, a condição de ruína das campas das sepulturas

⁴¹ TRINDADE, Conego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana: Auto do Corpo de Delito*, p.47.

e a pobreza dos ornamentos festivos. Não há indícios do número de naves, se possuía transepto interno e se possuía corredores, com ou sem tribunas.



Imgs. 67 e 68- Quebras de horizontalidade e verticalidade. Detalhes da cimalha da torre sineira e do frontispício, arrematando as pesadas pilastras. Fontes: Luzia Cardoso, 2010.

Os óculos em pedra, instalados em posições invertidas (Img. 69), presentes nas laterais das torres sineiras, juntamente com suas portas internas na parte superior e na entrada (Img. 70), são as fontes de luminosidade para o interior das torres.



Imgs. 69 e 70- Óculos e Outros vãos abertos das torres sineiras

Diferentes modelos de óculos utilizados na edificação. Os pares encontrados nas laterais das torres estão dispostos em sentidos diferentes; o inferior na posição vertical e o superior na posição horizontal, como que a quebrar a verticalidade da torre. Vestígio de provável cobertura próximo à porta principal. Fontes: Luzia Cardoso, 2010.

Acima das portas que dão acesso às torres há indício de um suposto telhado interno (devido ao grau de inclinação), improvisado na entrada principal, possivelmente destinado à proteção e abrigo quando houvesse alguma atividade religiosa no interior da antiga capela (Img. 70).

Semelhante ao estilo de algumas igrejas do município, a *Igreja Queimada* apresenta as marcas de janelas rasgadas internamente, apoiadas rente ao piso, com bancos revestidos de laje dos dois lados, formando os dois pares de janelas (Imgs. 71 e 72) localizadas em suas laterais, já na extremidade posterior, provavelmente em seus corredores, dando uma clara evidência da existência de pequenas sacristias em torno do altar-mor, ou da suposta capela, uma vez que a localização das janelas que as comportavam estão localizadas nas fachadas laterais e próximas à localização do arco-cruzeiro. Os vãos das conversadeiras eram provavelmente fechados pelos pares de janelas de madeira, e estas protegidas por grades em ferro fundido (hoje com apenas dois belíssimos exemplares remanescentes, aos cuidados de moradores vizinhos à ruína (Img. 73)), devido às marcas dos orifícios para encaixes dos gongos de espigão e das amarras das grades.

A presença do vestígio de duas janelas laterais, em plano superior, à altura das marcas do piso do coro, nos leva a crer que as dimensões deste poderiam ser tomadas pela largura compreendida entre as duas torres. Avançando um pouco ainda nestas suposições, poderíamos também atentar para a possível presença de tribunas ou mesmo de uma provável extensão do coro, tendo como justificativa a presença dos orifícios encontrados nos blocos de quartzito sobre as portas laterais próximas às torres (Imgs. 74 e 75), orifícios estes que, no mesmo alinhamento e sem interrupção, abrangem internamente as duas entradas laterais, passando pelas torres e frontispício. Outro fato que poderia se somar às suposições acima seria a presença, na lateral esquerda, de dois grandes vãos, semelhantes aos encontrados na Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto, onde os corredores altos, transformados em sacadas, são vazados por varandas de arcos abatidos, garantindo a luminosidade natural da capela-mor (Img. 75).

Ainda com relação às torres, a presença das portas superiores ao nível do piso do coro poderia indicar a extensão do tabuado para o interior das mesmas, configurando assim o tabuado para a execução dos toques dos sinos. Uma vez levantada a hipótese da

existência do coro, poderíamos concluir que o acesso ao mesmo poderia ser feito através de escada de madeira, em formato caracol, localizada no interior de uma, ou das duas torres. Há a presença de um pequeno nicho no interior da torre, no lado do evangelho.



Imgs. 71 e 72 – Conversadeiras localizadas nas laterais, próximas à fachada posterior. Fontes: Luzia Cardoso, 2011.



Img . 73- Exemplar remanescente das grades em ferro fundido. Fonte: Luzia Cardoso, 2011.

Outra característica que confere à *Igreja Queimada* a condição de uma Matriz de grande porte, é o fato de apresentar no seu traçado duas portas em cada lateral: uma próxima à torre sineira e outra situada basicamente no meio da nave, próximas ao transepto, o que provavelmente ajudava a levar luminosidade natural para o interior da Igreja, uma vez que tudo nos leva a supor que as janelas existentes, representadas pelas conversadeiras, estariam situadas em corredores laterais à capela-mor.

De toda a sua função religiosa, a única que prevalece até os dias atuais é a de cemitério, pois seu interior ainda se presta para o sepultamento dos seus filhos ditos “mais queridos”, embora haja incessantes pedidos do corpo clérigo local para que tal ato não seja mais praticado.

O seu átrio é simples, com suas bordas confeccionadas em concreto e delimitadas por piso em pedras de quartzito, as mesmas utilizadas regularmente para o calçamento de ruas.



Img. 74 – Sacada sobre as portas laterais com orifícios para suporte de barrotes. Img. 75 – Vestígios de suposta sacada lateral, com o intuito de levar luminosidade natural ao interior da Igreja. Fontes: Luzia Cardoso, 2011.

4.4. CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO

4.4.1. ADRO

O cenário com o qual a ruína compartilha o espaço, emprestando parte da sua sobriedade e imponência, está localizado na entrada do distrito, num platô voltado para a posição noroeste, um pouco mais elevado em relação ao traçado do eixo principal do antigo arraial, tomando como acesso a Rodovia MG-129, no sentido Mariana-Santa Bárbara. Largo constituído por topografia plana, denominado por “Largo da Igreja Queimada”, é pavimentado com pedras irregulares, do tipo pé-de-moleque, e limitada por passeios de cimento e concreto.

Palco de alguns acontecimentos religiosos de Antônio Pereira, o local é o ponto central das comemorações da Semana Santa, com a encenação do Descendimento da Cruz e ponto de início da fervorosa procissão de traslado da imagem de N. Senhora da Conceição da Lapa até o interior da gruta, na véspera do clímax do seu jubileu, que acontece no mês de agosto de cada ano.

Semelhante ao formato de um grande “Y” (ípsilon), está assim hoje configurado o entorno da *Igreja Queimada*, onde os seus dois vértices superiores, além de abraçarem

a ruína e o cemitério, carregam agregadas as duas modestas fileiras de residências, uma de cada lado da sua ramificação.

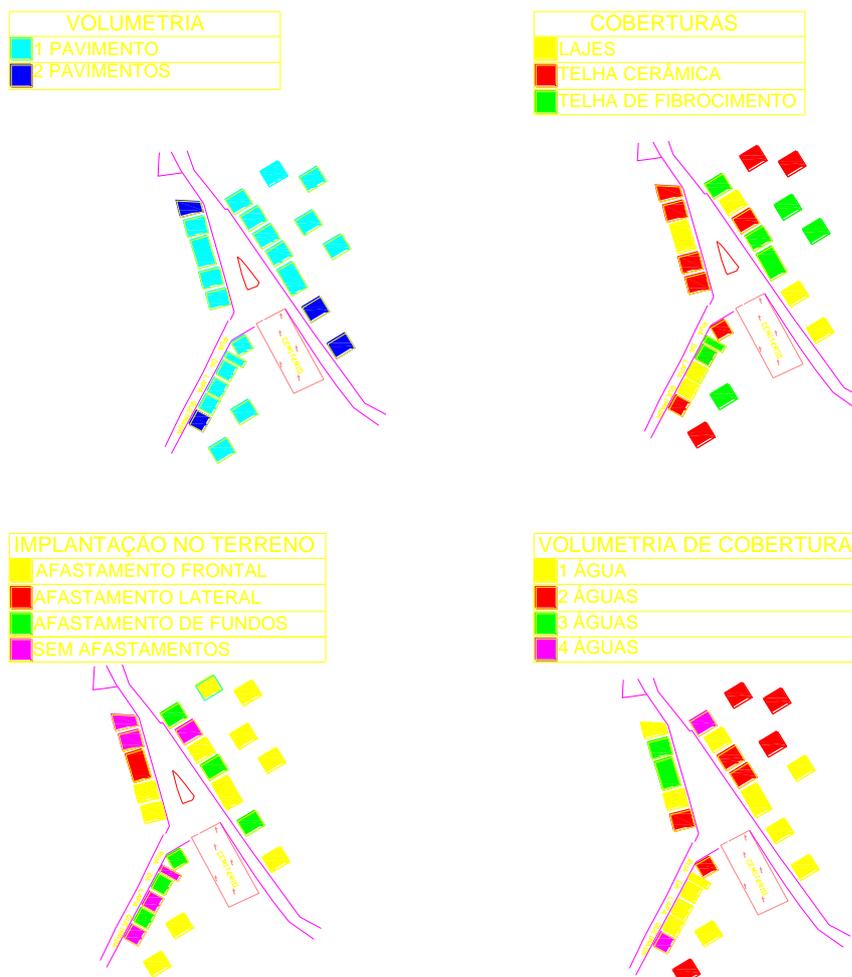
A fileira da esquerda (Img. 76), conhecida como prolongação da Rua Grande, possui apenas duas habitações de dois pavimentos, de tijolos cerâmicos e de blocos de concreto, sem reboco, com coberturas em laje plana e com os seus pavimentos térreos situados abaixo do nível da rua, onde possuem pequenos quintais cultivados. A outra fileira (Img. 77), com início na chamada Rua da Pedreira, encontra-se totalmente preenchida no seu lado esquerdo, com pequenas habitações de tijolos cerâmicos e de blocos de concreto, algumas com coberturas em duas águas, seguindo algumas o alinhamento da rua, enquanto outras possuem pequenos recuos, apresentando ainda, todas elas, a característica de abrigarem outras pequenas habitações em seus quintais. A primeira habitação da fileira, adjacente à lateral direita da ruína, possui um muro, construído em blocos de concreto, paralelo a toda extensão da lateral direita da ruína, comprimindo-a em uma espécie de “beco”, avançando pela capela velório, até fechar com o muro pertencente ao cemitério. No lado direito desta mesma rua, há atualmente um comprido muro de blocos de concreto, fechando toda a área pertencente a um antigo casarão, recentemente demolido.



Imgs. 76 e 77 – Ramificações no entorno da ruína, nas suas laterais esquerda e direita. Habitações modestas, sem alinhamento e nenhum vestígio do período colonial. Fonte: Luzia Cardoso, 2011.

O seu adro, constituído pelo tronco do grande épsilon (Img. 78), já não mais compartilha das imponentes habitações coloniais, mas de outros sistemas e técnicas, diferentes das utilizadas outrora. Dentre os poucos casarões, ate pouco tempo sobreviventes, alguns foram demolidos para dar lugar a pequenas moradias de tijolos cerâmicos de 8 furos, na sua maioria descarnados, outros para a tomada de posse de

terrenos ditos abandonados e, outros ainda, para servirem de fonte de material para novas construções.

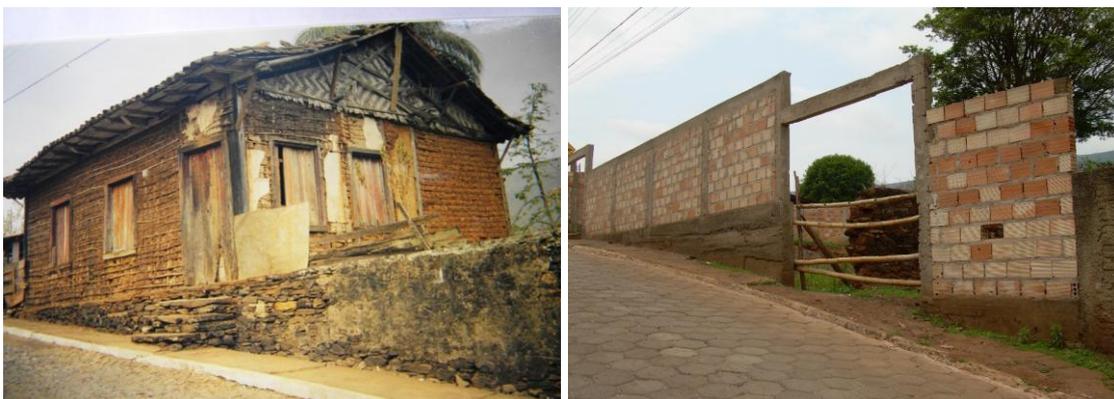


Img. 78– Ocupação do entorno. Fonte: Luzia Cardoso, 2012.



Img. 79– Adro em frente da ruína: descaracterização total do primitivo arraial. Fontes: Luzia Cardoso, 2011.

Possui dois exemplares de casas populares (Img. 79), confeccionadas em blocos de concreto, pintadas de amarelo e sem a camada de reboco. Um pequeno comércio e um minúsculo botequim, feito de tijolos cerâmicos, agregam junto a eles um cubículo, também de tijolo cerâmico aparente, coberto de telhas de amianto, instalado no passeio público, onde foi improvisado um vaso sanitário, servindo de sanitário público. Desta forma, nos dois lados do adro, todas as construções antigas já foram demolidas, não havendo mais nenhum vestígio de suas existências (Imgs. 80 e 81).



Imgs. 80 e 81 – Residência demolida em 2009. Toda memória substituída por tijolo cerâmico e concreto. Fontes: Luzia Cardoso, 2009/2011.

O lado esquerdo possui ainda alguns poucos resquícios de embasamentos de antigas moradias e de muros em pedra seca, os quais escondem parte das testadas das novas residências. As recentes e modestas construções já não seguem o mesmo alinhamento da rua, estando algumas com suas fachadas recuadas, feitas em tijolo cerâmico e com seus vãos confeccionados por materiais em metal, nada apresentando do antigo estilo. O conjunto colonial anteriormente existente, constituído por alguns casarões com grandes quintais, está hoje representado por um grande número de pequenas habitações, todas com redução no tamanho dos lotes, caracterizando a divisão dos velhos quintais. Assim, as ditas hortas, utilizadas em outras épocas para o cultivo

familiar, perdem para as pequenas moradias que vão surgindo, umas por detrás das outras, formando pequenos becos para os seus acessos e reduzindo cada vez mais os espaços livres dos quintais que, mesmo apesar do relativo adensamento, não chegam a prejudicar o visual da ruína.

A noção de paisagismo no entorno é quase imperceptível. O verde se resume nas visagens que se tem da vegetação rasteira da serra e da pequena mata no entorno da Gruta da Lapa. As únicas tentativas visíveis de área verde no entorno podem ser vistas no espaço, em formato de quarto de círculo, junto à porta principal da ruína, que diuturnamente se encontra coberta de ervas daninhas e excrementos de pombos, e pelas árvores frutíferas existentes nos quintais de algumas moradias adjacentes.

4.4.2. O CEMITÉRIO

Externamente à ruína há um novo cemitério, já estruturado, para atender à comunidade. Localizado nos fundos da Igreja, tem o seu acesso principal pela lateral esquerda, podendo também ser utilizada a passagem pela lateral direita. Possui formato de um polígono irregular e está assentado em um terreno com pequeno aclave, encontrando-se totalmente murado e gramado (Img. 82). Não possui o cuidado necessário para que as covas nele existentes e, as novas que vão sendo abertas, tenham um mínimo de alinhamento possível, o que o leva a ter um aspecto um pouco desordenado. É também servido de uma pequena capela velório, em alvenaria de tijolo, que se encontra sem condições de uso.



Img. 82 – Cemitério externo, localizado após a fachada posterior da ruína. Fonte: Luzia Cardoso, 2011.

4.4.3. A CAPELA VELÓRIO

A capela velório (Imgs. 83 e 84), de planta quadrangular, com área em torno de 30,00m² é uma edificação simples e modesta. Construída em alvenaria de tijolos cerâmicos, é composta por um cômodo para as solenidades funerais, de um pequeno banheiro, localizado na sua lateral esquerda e por um pequeno espaço para acomodação das ferramentas de apoio, com acesso pela parte frontal. Edificação onde predomina o cheio, não possui janelas, apenas os vãos abertos para as portas de acesso aos referidos cômodos e pequenos ornamentos vazados, em formato de pequenas cruzeiras, que se fazem presentes na parte superior de todas as fachadas, o que contribui para reforçar, um pouco, parte da luminosidade interna.



Imgs 83 e. 84 – Capela velório, localizada junto ao cemitério, após a fachada posterior da ruína. Fonte: Luzia Cardoso, 2011.

Possui o teto aparente, sem forro interno, cobertura de telhas cerâmicas, em duas águas e sem o sistema de captação de águas pluviais. A fachada principal possui uma

escada de dois degraus, que ocupa quase toda a sua extensão, e os acessos ao pequeno cômodo sanitário e ao cômodo reservado às ferramentas são feitos através de uma pequena rampa, que circunda as laterais esquerda e frontal.

4.5. O SENTIMENTO DAS RUÍNAS

Caminhar no interior da ruína da *Igreja Queimada* é tarefa preocupante que provoca uma angústia melancólica e simultâneos desejos de juntar os fragmentos nela encontrados. O resultado da tragédia, hoje observado, revela no primeiro momento, a preocupação do colonizador secular interessado na elevação máxima das riquezas possíveis, canalizadas em direção à vida espiritual do povo. O que teria acontecido durante estes quase dois séculos para a formação desta paisagem isolada em que pedras lavradas em formatos variados enfrentaram bravamente o tempo, a natureza e os homens? Colunas, vergas, ombreiras, conversadeiras, quem sabe? É difícil hoje identificar, em rápidas olhadas pelos maciços que teimam em ficar de pé, o desenrolar de toda esta trajetória, enlaçada no cenário apresentado.

Permanece aí resistente o efeito ruínas, restos fortes e pesados, remetidos ao passado muitas vezes desconhecido, de difícil compreensão e identificação no contexto geral. As paredes resistem sustentadas por pedras de várias origens, assentadas em aparelhos de cantaria ou rejuntes de argamassas de barro ou de pedras pequenas. Lavadas pelo tempo, resistem pela dureza e peso próprios, comprimindo-se ao chão. Delas não há memórias vivas possíveis entre os moradores de passado tão distante, resta apenas o peso e a solidez das pedras, como pálidas presenças de grandiosidades e dignidades esquecidas.

A ruína, marcada pela sofisticação da cantaria e pela textura do seu esqueleto ainda bem delineado, apresenta-se como um monumento de valor digno de atenção. Assim representada, a ruína parece estabelecer relações positivas do ponto de vista da integração com o desenho urbano e a população local, talvez pelo fato do arruamento abraçar o perímetro do que restou, ou pela presença de moradias, ou talvez porque a comunidade tenha estabelecido outras relações, dando-lhe o difícil papel de ser a

guardiã dos habitantes em busca do aconchego da vida eterna. Esta relação entre o objeto transformado em jóia intocável de característica monumental exalta a percepção do olhar, mas está longe da realidade local, que parece mais interessada na utilização do cemitério sobrevivente, que continua com seu uso ao longo dos séculos, evidenciando a importância do campo santo na ligação e constituição das cidades brasileiras.

Localizada em um espaço com características de uma praça, ela entremeia aos indivíduos que por ela passam, que convivem com sua naturalidade e aparente compreensão utilitária, contribuindo assim, mesmo que inconscientemente para a valorização de seu significado histórico, para o distrito e para o sentido de patrimônio histórico. Esta condição espacial e funcional de praça é ampliada ao colocar o observador em condição de integração com o passado, reconhecido em diálogo formal com impressões estéticas do momento vivido, acolhendo no mesmo cenário os significados diferentes como a suntuosidade e o declínio, a imponência e a derrota. Neste caso, como em quase todos, fica evidente a dificuldade de proteger a ruína da ação do tempo e da natureza juntos. Cerca de duzentos anos nos separam do monumento que, antes de atingir o auge do seu esplendor, é tragado pelas chamas. Não é pouco, para o tempo dos homens e da natureza. Entre a construção e o arrasamento, as pedras lavradas hoje existentes já não são mais testemunhos da vontade humana aqui registrada, um sinal da superioridade do espírito sobre a natureza, mas sim uma espécie de vingança da natureza pela violência que o espírito lhe estabeleceu.

O filósofo alemão Georg Simmel (1919) reconhece nas ruínas o momento catastrófico em que o elo de equilíbrio entre a natureza e o espírito do edifício arquitetônico se desfaz, inclinando-se para a natureza, prevalecendo assim a força da essência dos materiais.

Esse singular equilíbrio entre a matéria mecânica pesada, que se opõe, passiva à pressão e a espiritualidade formada, que puxa para cima e se quebra no instante em que a construção fica em ruínas, mostra que as forças meramente naturais começam a se apoderar da obra humana. Neste ponto, a relação entre natureza e espírito, representada pela ruína, desloca-se a favor da natureza, expressando a vitória da essência dos materiais sobre a vontade imposta por um projeto de arquitetura, colocando assim a ruína na sombra da nostalgia. Então, a decadência parece ser uma vingança da própria

natureza, impondo uma dose de melancolia ao ambiente, servindo de pano à atmosfera de paz que circunda a ruína. E nesse “retorno à essência”, a ruína vai se inscrevendo na paisagem, integrando-se a ela. Toma assim um colorido nos tons que a cerca, adquirido através da interação das forças naturais, do frio e do calor, do seco e do molhado, dos atritos e ataques externos e das decomposições internas, tudo isso resultando em uma união harmônica entre construção e natureza. Esta mistura de melancolia e de paz imposta pela ruína, deixa estampada a sua vontade de viver, vontade esta que as circunstâncias da vida podaram, há quase 200 anos.

4.6. A PRESERVAÇÃO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS: BREVE HISTÓRICO

O estudo dos monumentos históricos dentro das sociedades é essencial para o entendimento da formação e andamento das memórias, pois, ao entendermos mais sobre tais memórias, passamos também a compreender o posicionamento destas sociedades frente às influências e fenômenos sociológicos que as mesmas viveram ao longo do tempo, o que se torna de grande importância para o próprio entendimento das cidades e das suas configurações espaciais.

Entre a memória e a preservação de espaços que se tornam de algum modo representativos para as sociedades a que pertence, o patrimônio em ruínas é, por si só, contraditório, já que reúnem num único bem a destruição e a preservação. Ao olharmos um fragmento de ruína percebemos o encanto dos restos que, embora sejam resquícios, contam com algo a dizer e a representar. O que foram e o que são no presente despertam toda uma poética que exalta os sentidos, tornando o conceito de ruínas como algo complexo e digno de análise.

Segundo Benjamin (1984) a idéia de ruína pode ser caracterizada como alegoria enquanto produzida pelo fragmentado, pelo incompleto da edificação que não mais existe. A ruína está sujeita a receber impressões variadas, cujos vestígios relembram o que a mesma representou um dia e, no entanto já não mais representa.

São estes mesmos vestígios que torna a ruína bela, fascinante e intrigante, porque “*A beleza que dura é um objeto do saber. Podemos questionar se a beleza que dura ainda merece esse nome; o que é certo é que nada existe de belo que não tenha em seu interior algo que mereça ser sabido.*”⁴²

O conhecimento na ruína se faz justamente pelos fragmentos que, apesar de mutilados, conta com seu peso de representação. Não é mais apenas algo que sucumbiu com o tempo, mas um meio de se obter conhecimento de um passado que se intenta examinar ou mesmo relembrar. Além de documento, as ruínas são representações do que foram, do que passaram, de sua construção até o momento presente, e do que são. E, assim sendo, apresentam toda esta poeticidade em torno de si e de suas variadas interpretações, porque, pela ausência de maiores referências, pode-se induzir à construção de uma série de narrativas.

Teoricamente, no imaginário social o desejo mais fácil de ser percebido é o da perenidade dos monumentos, que em nada são eternos. As ruínas, por si só, conotam a conservação, como ressalva Brandi (2008). Entretanto, sua manutenção na sociedade implica também a conservação de seu aspecto característico que é o despedaçado.

E nos fragmentos que as mantêm, as ruínas aparecem como espaços dignos de rememoração, razão pela qual este trabalho tem também a idéia de analisar o que há de peculiar na visão e no próprio pensamento, em torno da preservação do patrimônio histórico-cultural, de alguns teóricos engajados na história do restauro de monumentos.

Estes teóricos apresentam argumentos diferenciados, tanto contra, como a favor da restauração ou qualquer outra ação interventiva no monumento. Mas, apesar da ampla discussão destes teóricos, monumentos até hoje ainda são restaurados segundo entendimentos diferentes e divergentes, contando ainda com a própria discordância de atitudes sobre o benefício ou não da restauração.

⁴² BENJAMIN, Walter. *Alegoria e drama barroco*, p. 204.

Dentre os teóricos que abordam o tema da restauração, Viollet-le-Duc (1814-1879) defende um caminho ideal não concernente à história e estrutura original do monumento ao considerar que, *“Restaurar um edifício quer dizer reintegrá-lo em um estado completo, que pode não ter existido nunca em um dado tempo.”*⁴³ Uma remodelação do antigo que pode vir a tornar-se uma nova construção pensada pelo arquiteto do presente num esforço por um modelo melhor que o anterior a fim de embelezar, tornar mais eficiente e mesmo fortalecer estruturalmente a obra. Em seu escrito sobre o verbete “Restauração”, Le-Duc critica o fanatismo com que se passa a tratar o passado, onde o novo por vezes é visto como a quebra das tradições. Com relação à ação do arquiteto, diz que:

*“Deve agir como o cirurgião habilidoso e experimentado, que somente intervém em um órgão após ter adquirido o conhecimento completo de sua função e depois de ter previsto as conseqüências imediatas ou futuras de sua operação. Se for aleatório, mais vale que se abstenha. Mais vale deixar morrer o doente do que o matar.”*⁴⁴

Pensa ele que para o sucesso de uma restauração seja necessária a execução de um relatório detalhado sobre o bem, estudo este feito previamente para só depois poder atuar no mesmo.

*“... é necessário, antes de começar, tudo buscar, tudo examinar, reunir os menores fragmentos tendo o cuidado de constatar o ponto onde foram descobertos, e somente iniciar a obra quando todos estes remanescentes tiverem encontrado logicamente sua destinação e seu lugar, como os pedaços de um jogo de paciência.”*⁴⁵

E se, caso o monumento possa ser embelezado e a adição de novos elementos vá promover maior eficiência estrutural numa restauração, assim deve-se proceder, renunciar ao primitivo e executar as mudanças. Com relação à ruína, Viollet-le-Duc trata da sua restauração como uma forma de evitá-la e, no caso de uma edificação que estiver neste estado ou mesmo com a tendência de assim ficar, ele admite aí a reconstrução tendo entretanto para isto todo o cuidado, para que o monumento não seja falseado.

⁴³ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. p. 29.

⁴⁴ ————. *Restauração*. p. 68.

⁴⁵ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. p. 69-70.

John Ruskin (1819-1900), que é contrário a qualquer tipo de intervenção no monumento, defende que o mesmo deve seguir seu rumo natural, sem maiores preocupações em ações para conter um possível arruinamento. De posição considerada reacionária quanto à conservação de monumentos históricos, afirma ser a trajetória das ruínas como uma história na qual intervenções humanas não seriam necessárias, sendo preferível a estas a própria morte do bem; restauração *“Significa a destruição mais completa que pode sofrer um edifício, destruição da qual não se poderá salvar a menor parte, destruição acompanhada por uma falsa descrição do edifício destruído...É impossível, assim como ressuscitar os mortos, a restauração daquilo que foi grande ou belo em arquitetura.”*⁴⁶

Para Ruskin a estética e execução da obra relacionam-se fortemente com a moralidade, em que o aspecto tremido advindo do artesanal é a própria presença da mão humana. As ações de preservação como um todo, algumas vezes tornam-se polêmicas, ao entendermos que um bem, com uma temporalidade determinada, é vivo enquanto vive, mas irá se extinguindo em seu trajeto existencial, e no caso da ruína, subentende-se que seja já um caminhar pelo próprio fim do monumento e nada nos resta a fazer senão contemplar o que ele entende ser o momento de esplendor da sua forma, quando esta se mescla com a natureza, nela se incorporando.

Defende a autenticidade dos monumentos, o seu valor como documento e as marcas do tempo, ao enfatizar que o antigo não deve ser descartado nem restaurado, mas sim salvaguardado. A autenticidade deve ser estabelecida segundo um testemunho fiel entre o antigo e o novo.

⁴⁶ RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*. p.79.

Camilo Boito (1836-1914) considera a restauração como o exemplo mais claro e sensível de uma modificação que por si própria permite a continuidade do monumento, seja transformando-se numa nova construção através do método de Viollet-le-Duc, ou por meio de uma restauração que respeite a representatividade e historicidade do bem, como defendido por Brandi. Coloca que “... *nenhum campo é tão difícil operar e tão fácil refletir quanto naquilo que se refere à restauração dos monumentos arquitetônicos.*”⁴⁷, assim como é uma das facetas mais polêmicas das ações preservacionistas e, por isso, passível de debate também sobre a própria preservação da memória e suas implicações em meio à sociedade.

Em se tratando da necessidade de medidas conservativas e de manutenção, propõe que as eventuais intervenções sejam claras e conhecidas por todos. Para isto elabora critérios de intervenções em monumentos, denominando assim o restauro crítico, que são dispostos em princípios a serem observados em um trabalho de restauração: ênfase no valor documental do monumento; evitar acréscimos e renovações; valer da distinguibilidade dos complementos; consolidar apenas o necessário; respeito às diversas fases do monumento, como testemunhas da sua evolução e acréscimo ao longo da história; utilizar de documentação do antes, durante e depois da intervenção, apontar a data e as obras realizadas no restauro e a divulgação e colocação de placa com a memória da restauração do monumento. Defende ainda a manutenção da pátina, da poesia, do tempo e das condições de estado arruinado em que se apresenta, sendo o seu princípio norteador o da menor intervenção possível.

Gustavo Giovannoni (1873-1947) marcou o restauro da primeira metade do séc. XX, baseado nos postulados de Boito ao manifestar-se contra os acréscimos a que chama de restauro de inovação. Caso os acréscimos fossem absolutamente necessários, estes deveriam ser identificados e datados, e executados através da utilização de novos materiais que se adaptassem em harmonia com os originais, podendo ser removidas as partes sem valor que, com a sua remoção, não afetassem o edifício. Defende o recurso de técnicas modernas em intervenções de consolidação, reparação e reforço do edifício, de modo a aumentar a resistência da construção.

⁴⁷ BOITO, Camillo. *Os Restauradores*. p. 53.

Max Dvorák (1874-1921) afirma que “... a proteção de monumentos não se deve voltar apenas aos estilos do passado, mas contemplar também suas características locais e históricas, as quais não estamos autorizados a corrigir segundo as regras que nos aprouverem, pois essas correções geralmente destroem aquilo que confere um valor insubstituível até mesmo aos mais modestos monumentos”⁴⁸, assim como é um erro acreditarmos que as ações feitas em nome da ‘fidelidade de estilo’ possam devolver aos monumentos a sua forma primitiva, pois nada substituirá o que foi perdido no tempo, além de depreciar o seu destino artístico e histórico.

Considera que a preservação dos monumentos deva fazer parte das obrigações de todas as pessoas educadas e inteligentes, pois a sua destruição provoca prejuízos em suas heranças espiritual, cultural e mesmo de ideal.

Considera ainda que os perigos ameaçadores do patrimônio artístico tenham a sua origem na ignorância, nas idéias errôneas quanto ao progresso e suas demandas, na cobiça, na fraude e na busca inoportuna por renovação e embelezamento. Relata que as reformas e reconstruções de monumentos antigos devem ser evitadas pelo fato de destruírem testemunhos valiosos de épocas passadas e por modificarem a aparência e a forma dos mesmos. Resume os princípios gerais da preservação de monumentos basicamente em dois postulados: a) “na medida do possível, conservar os monumentos em suas funções e ambientes originais; b) da mesma forma, conservar sua forma e aspecto inalterados.”⁴⁹

Com relação às ruínas, defende que deveriam ficar inalteradas as marcas que denunciam a sua passagem no tempo e que toda ruína reconstituída passa a ser uma mera e medíocre obra arquitetônica. As medidas tomadas para a sua restauração devem evitar ao máximo causar danos na sua estrutura antiga, levando sempre em consideração o efeito da mesma no seu entorno.

⁴⁸ (DVORAK, Max. *Catecismo da Preservação de Monumentos* p.94.

⁴⁹ ————— *Catecismo da Preservação de Monumentos* p.109.

Cesare Brandi (1906 - 1988), em seu livro intitulado “Teoria da Restauração”, discute os parâmetros em torno do processo de restauração e os estudos prévios que devem ser vistos. Segundo Brandi, a restauração tem como finalidade o restabelecimento material do suporte da obra de arte, uma vez que a função do mesmo é sua representatividade e isto não pode ser desprezado na restauração porque pode chegar a comprometer a obra de arte.

Também na restauração, o que se deve ter como foco é a obra de arte em si, que guiará todas as ações de preservação, uma vez que, por menor que seja a ação que a restauração exija, implicará sempre numa mudança para a história da obra, e por isso estas ações devem ser minuciosamente analisadas para só depois serem executadas. A obra de arte precisa ser vista em sua unidade, onde cada parte represente um componente essencial do todo.

Deve então ser vista qualitativamente e conforme o inteiro, onde o aspecto da imagem não deve ser mexido e o único elemento em que se pode intervir um pouco é em sua estrutura e, mesmo assim, para efeito de medidas conservativas, sendo então imprescindível uma análise sobre o tempo e o espaço da obra para a restauração. Por considerar a restauração não ser um elemento ou fase do processo artístico, e sim como algo a parte não comum à obra de arte, este deve ser precedido de análises e pesquisas para só então assim agir, considerando as instâncias estética e histórica do monumento.

Em se tratando de uma ruína, a instância que prevalece é a histórica, pelo que foi e pelo que hoje representa. Tratada como testemunho do tempo, a ruína apresenta-se incompleta em seu aspecto físico, mas representativa em sua historicidade. Brandi (2008) considera a visão da ruína enquanto resquício, com pedidos para si por ações de conservação. *Ruína “... será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes.”*⁵⁰

Enquanto considerada resquícios e testemunho mutilado do monumento, a ruína pede por si própria, ações de conservação que, no entanto são restritas apenas a ações de consolidação e conservação do contexto do monumento, uma vez que a preservação desta também implica na priorização de sua instância histórica.

⁵⁰ BRANDI, Cesari. *Teoria da Restauração*. p. 65.

O Tratado de Constituição da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) de 1945 determina ter por objetivo, dentre outros, o de zelar pela conservação e proteção dos monumentos de interesse histórico.

Na Carta de Atenas de 1931 foram publicadas resoluções internacionais no sentido de considerar universais certas regras de proteção e salvaguarda de monumentos históricos, as quais, ainda hoje, embora tenham sofrido aprimoramentos, a essência de seus valores continua sendo um importante ponto de referencia para qualquer estudo ou reunião sobre o patrimônio, local ou internacional.

Também não podemos perder de vista a contribuição no Brasil dos Modernistas, dentre eles Mário de Andrade, que a partir da Semana de Arte Moderna (1922), discutiram sobre a importância da riqueza artística que foi produzida no fim do séc. XVIII, ações estas que contribuíram para a reflexão sobre a preservação do patrimônio histórico nacional.

Surge em 1937 o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), responsável pela área cultural. Os órgãos de preservação, tais como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), são responsáveis pela gestão de grande parte dos bens patrimoniais históricos. Através da ação de Gustavo Capanema, surge o princípio do tombamento de bens históricos integrantes do patrimônio nacional (Decreto Lei 25/1937).

Nesta recapitulação entre os pensadores da restauração podemos, por exemplo, citar três diferentes direcionamentos possíveis do tratamento das ruínas, que vão desde: a) a ausência de ações, b) a sua recomposição e c) a restauração do monumento, intervenção esta limitada apenas à consolidação das estruturas e à manutenção do seu aspecto. Com este tratamento é preciso um cuidado particular a cada etapa para que não se subscreva seu valor ou mesmo consuma o uso do espaço.

Para além da visão negativa da ruína, enquanto pensar na obra perdida, ela também evoca aquilo que se mantém, que se recusa a ser esquecido, mesmo que sob fragmentos. E nesta referência à própria memória, que vive no limite entre intervenção e esquecimento, as ruínas se fazem necessárias em si, por representarem o passado. As sociedades precisam do passado para referenciar enquanto grupos sociais e, neste raciocínio, precisam das ruínas.

5. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DA RUÍNA DA IGREJA QUEIMADA

5.1. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA RUÍNA

De acordo com as observações, feitas *in loco*, das reais condições de conservação da edificação da *Igreja Queimada*, considerando os sistemas construtivos, os materiais empregados na sua edificação, o lastimável sinistro ocorrido, a sua vetustez e o enorme espaço de tempo em que a mesma se encontra em situação de ausência total de qualquer manifesto de preservação, podemos mesmo assim, com toda consciência, considerar que o seu estado de conservação esteja na escala de muito precário a ruinoso, embora o termo “ruína” já faça, há tempos, parte da sua denominação. As análises visuais nos mostram claramente o grau considerável do seu estado de degradação.

De modo geral, em todo o conjunto da ruína se faz notar: a perda e ausência de argamassa de revestimento; a infestação de vegetais em vários estágios e espécies; lesões; trincas; acomodações de maciços; desmoronamento; vandalismo; invasão de insetos; sujidade; crostas negras; desaprumos; pedras soltas; orifícios; furto de material; alteração e fendilhamento em blocos de pedras; instabilidade de alguns arcos de compressão sobre vãos de portas e janelas; ruptura das ligações das ombreiras com as alvenarias externas; um número considerável de pombos, ocupando praticamente todos os orifícios existentes; excrementos e restos de pombos; exposição contínua das partes superiores da edificação à insolação, ao vento e à ação da chuva; cemitério ativo em seu interior, dentre outras degradações.

Se considerarmos que a argamassa de assentamento que sustenta os blocos de pedras de seus maciços tenha sido retirada devido ao intemperismo ao longo do tempo decorrido, poderemos concluir que as tensões nas superfícies aumentaram, o que vem ocasionado danos na alvenaria e facilitando outros fatores como formação de painéis de formigueiros, a germinação de vegetais, penetração de raízes, maior escoamento de água e também provável rotação do maciço em alguns pontos.

Outras causas a serem consideradas, relativas às possíveis patologias detectadas nos alicerces e fundações, seriam provenientes da resistência do terreno, da acomodação do maciço ao longo do tempo ou mesmo da possível perda da estabilidade por efeito da água que escoar acima no nível de embasamento, descalçando o maciço na sua parte inferior, enfraquecendo os alicerces por facilitarem o escoamento da argamassa e do intemperismo. Também pela ação humana, provenientes das escavações mais próximas às laterais para abertura de covas e mesmo à procura de objetos valiosos, da presença de

vegetação de porte, algumas com diâmetros consideráveis e da ação de formigas. Com relação às paredes e arcos, as causas poderiam ser provenientes de deformações, já estabilizadas, de lesões, da vibração devido ao tráfego intenso, de desaprumos por efeito da perda da argamassa de assentamento e pela presença de vegetações.

Nas paredes ficam mais evidentes: as disjunções esferoidais; a degeneração dos materiais devido à alteração das rochas em alguns pontos; o enfraquecimento da alvenaria por causa da perda do material de assentamento, que faz com que as rochas se acomodem nos espaços vazios; a degradação das pedras nos respaldos das volutas, da cornija e das cimalthas e torres, onde se pode notar um verdadeiro jardim suspenso, composto na sua maioria por cactáceas já com diâmetros consideráveis, ocasionando reflexos nos maciços; os danos externos relativos ao sistema construtivo empregado; a não observância da horizontalidade do plano de estratificação das rochas e a qualidade de algumas delas; a ação humana; a vegetação de porte; a ação das águas pluviais; o excesso de temperatura ocasionado pelo incêndio, bem como das variações climáticas, dos temporais e do vento; a alteração das rochas, lixiviação, porosidade, ação de organismos, bactérias, líquens, musgos, dejetos animais, raízes, oxidação e a resistência mecânica das rochas.

As causas principais decorrem tanto do sistema construtivo e dos materiais empregados, bem como do ataque lento e contínuo dos agentes externos, das ações mecânicas, biológicas e químico-físicas, da ação humana e da completa ausência de ações de preservação.

A deterioração ativa está em progresso e as medidas de intervenção se tornam necessárias.

5.1.1. LEVANTAMENTO DE DANOS

Passando então às partes componentes da edificação, podemos citar para cada uma separadamente, tanto para o interior quanto para o exterior dos maciços da ruína, os principais sintomas observados:

- a) *Fachada principal* – a frontaria apresenta orifícios com a ausência de elementos de pedra em alguns pontos; ausência de revestimentos; oxidação em parte do

componente rochoso; vandalismo; pichação; decomposição de parte do frontão triangular confeccionado com blocos de tijolos de adobe, encontrando os mesmos totalmente descobertos; desaprumo na parte superior da porta principal, presença de vegetação de pequeno e médio porte no cimo das torres e nas suas laterais; sujidade; grafitismo; presença, excrementos e restos de pombos; líquens; lesão na verga da portada; precariedade das grades de ferro instaladas para barrar acesso de animais no interior da ruína; crostas negras; perda de parte do ornato nos portais e na verga da porta; instabilidade do arco de compressão sobre o vão da porta, com disseminação de fissuras;

- b) *Lateral direita (lado da epístola)* – desnivelamento e desmoronamento de parte do seu maciço ao longo da fachada; grafitismo; presença de vegetação de pequeno e médio porte no cimo da torre e próximo à fachada posterior, que já se encontra incorporada na alvenaria da conversadeira; sujidade; líquens; deslocamento de ombreira; ausência da verga alteada em uma das conversadeiras; ausência do arco de compressão nas conversadeiras; presença de pavimentação em lajes de pedras encobrindo parte do embasamento da lateral; fissura com perda de material em parte da peça de cantaria que compõe o embasamento de uma das colunas próximo à porta lateral; presença de trinca vertical ao longo da altura do maciço próximo à porta lateral; deslizamento, fendilhamento e perda de parte do ornato no embasamento da coluna da torre; instabilidade de alguns arcos de compressão sobre vãos de portas e janelas, com disseminação de fissuras; ruptura das ligações das ombreiras com a alvenaria externa; excrementos e restos de pombos;
- c) *Lateral esquerda (lado do evangelho)* – presença de vegetação de pequeno e médio porte no cimo da torre; sujidade; deslocamento e perda de ombreira; sujidade; vegetação superior; orifícios; excrementos e restos de pombos; líquens; ausência da verga alteada e dos arcos de compressão nas conversadeiras; ausência de parte da ornamentação do embasamento de uma coluna por motivo de furto e por vandalismo; queda de reboco; presença de trinca vertical (fendilhamento) ao longo da altura do maciço próximo à porta lateral; presença de restos de material de desmoronamento da fachada da lateral direita servindo como bloqueio de acesso nas duas portas; grafitismo; instabilidade de alguns

- arcos de compressão sobre vãos de portas e janelas, com disseminação de fissuras; ruptura das ligações das ombreiras com a alvenaria externa;
- d) *Fachada posterior* – presença de vegetação de pequeno porte no cimo do maciço; líquens; sujidade; crosta negra; ausência de reboco nas adjacências do local destinado à capela-mor; orifícios; perda da camada pictórica e pintura mural no embasamento da capela-mor; introdução de um tanque com torneira e encanamentos indevidos na parte central da fachada, na sua face externa;
- e) *Torres sineiras* – presença de vegetação de pequeno e médio porte no cimo da torre; expansão de raízes nas paredes internas; presença, restos e excesso de excremento de pombos no solo; restos de materiais de ornamentação de túmulos; alteração de consistência na camada de revestimento existente na parte inferior das torres; vandalismo; grafitismo; presença de abelhas; orifícios; ausência de cobertura;
- f) *Interior da ruína* – presença de vegetação de pequeno, presença de covas, restos de material utilizados na confecção dos túmulos, resíduos de peças do embasamento do altar-mor; restos de pombos; elevação do nível do piso;
- g) *Topo das alvenarias* – encontram-se totalmente à mercê das águas, da ação erosiva dos ventos, dos gases sulfurosos, da incorporação de vegetais de pequeno e médio porte, da ação química de dejetos de aves e sem capeamento, comprometendo a estabilidade dos maciços.

5.1.2. PROPOSTA E DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO

As intervenções do projeto se desdobrarão primeiramente na diagnose exaustiva das causas da deterioração e um tratamento adequado, através de limpezas sucessivas, acrescida da infiltração de consolidantes que penetram na pedra, melhorando e aumentando a coesão do material que se encontra alterado na sua essência, dando maior resistência aos processos de deterioração e possível estabilização.

O objetivo é estagnar ou atrasar a deterioração ao procurar eliminar as causas, dificultar a evolução dos processos de intemperismo e reduzir os seus efeitos, aumentando a resistência dos objetos de modo a deixá-los sobreviver autenticamente o máximo possível, fazendo com que a ruína, ao recompor e reintegrar a consistência física dos seus elementos, conserve as condições de ambiência necessárias à sua valorização, respeitando-se as contribuições de todas as épocas sem, contudo anular o caráter de original da obra, a sua aura, evitando ao máximo as perdas históricas, formais, simbólicas e memoriais.

Buscar através dos métodos de limpeza evitar o desenvolvimento de organismos que utilizam substâncias orgânicas e inorgânicas como nutrientes, além de remover agentes difusores biológicos tais como os corpúsculos reprodutivos de bactérias e fungos, algas, líquens, ovos de insetos, sementes de plantas e plantas formadas, dentre outros.

A utilização de materiais e técnicas modernas deve limitar-se ao estritamente necessário, dando preferência em manter os sistemas construtivos originais. No caso em que as lesões exigir a aplicação de técnicas novas, serão utilizados, quando necessários, o emprego de resinas, de estruturas metálicas, neste caso dando preferência ao aço, e ao vidro temperado, pelas suas características - pedra fundida e transformada e pedra moída-, e por identificarem facilmente a época em que forem empregadas. Caso se faça uso do aço, este deverá estar protegido contra a corrosão e para cantarias serão utilizadas resinas sintéticas (colas, resinas e epóxi) para consolidação das mesmas.

Em se tratando do maciço desmoronado, obter a sua recomposição, até o limite possível e atingível pela reserva das pedras remanescentes disponíveis, lançando mão da técnica “*pose e compose*” na reconstituição do mesmo (*anastilose*), tornando-o uma unidade estabilizada, mantendo parte da sua silhueta e volume, mas não uma cópia, dando assim subsídios ao famoso mote *com`era dov`era* (como era, onde estava). Na

verdade, porém, não será reconstruído exatamente *com`era*, pois poderão ser utilizadas técnicas modernas para assegurar a sua estabilidade.

5.1.2.1 CONDU TAS A SEREM SEGUIDAS

- . Intervenção na capela velório e confecção de um ossário no interior do cemitério, conforme Cadernos de Especificações e Serviços específicos, em anexo;
- . Contratação de pessoal qualificado para execução dos serviços seguintes:
 - . Projeto arquitetônico de alteração espacial da capela velório (reforma), juntamente com inclusão do ossário e área de serviços;
 - . Remoção e traslado das ossadas localizadas no interior da ruína para o ossário permanente, construído nas dependências do cemitério;
 - . Realização de avaliação de prospecções e escavações para verificar a estabilidade do edifício e a presença de eventuais materiais de valor histórico/arqueológico;
 - . Determinar as características das rochas (tipo, porosidade, capilaridade resistência, alteração e desgaste, com os devidos ensaios laboratoriais);
 - . Determinar as características das argamassas de assentamento e revestimento;
 - . Realizar prospecção e restauro para recompor a pintura mural;
 - . Projeto paisagístico no entorno da fachada principal, da lateral direita e da área delimitadora do cemitério, junto à capela-mor;
 - . Projetos de instalação elétrica e de Sistema de Prevenção de Descargas Atmosféricas (PSDA);
 - . Projeto de sinalização da ruína.
- . Recolhimento dos pombos com a transferência dos mesmos para um pomal provisório em localidade distante da ruína;

- . Limpeza emergencial do sítio, com extermínio parcial das vespas e abelhas para possibilitar o acesso aos serviços necessários;
- . Remoção de material excedente no interior da ruína para verificação das condições de estabilidade da edificação, seu estado de degradação em determinados trechos e possível pesquisa arqueológica, feita por pessoal qualificado;
- . Tratamento de espécies invasoras com a poda, o corte e pulverização devida nas vegetações incorporadas à alvenaria da ruína, utilizando de métodos que incluam a esterilização da microflora, exterminação de larvas e insetos e erradicação das plantas;
- . Remoção de espécies daninhas, de pequeno porte, encontradas nas alvenarias e nas cimalthas, e que produziram ao longo do tempo trincas e rachaduras em várias posições das mesmas. De modo geral, a retirada de troncos, raízes e sementes em todo o conjunto dos panos dos maciços;
- . Remoção do calçamento que soterra o embasamento da edificação, localizado na parte externa da lateral direita e na parte posterior, bem como a do tanque situado nos fundos da ruína;
- . Escavação adjacente aos maciços, na parte interna da edificação, com o objetivo de se chegar a algum resquício do piso original, e do seu nivelamento;
- . Coleta, armazenamento e catalogação de materiais passíveis de reaproveitamento para posterior reutilização visando minimização de custos, bem como para a compatibilização entre materiais;
- . Retirada da argamassa existente no interior das torres sineiras, seguida do devido tratamento contra sais, obedecendo ao tempo necessário de evaporação e secagem para posterior reintegração das mesmas, utilizando argamassa com agregado mais fino;
- . Limpeza de todo o maciço da ruína através do uso da água em vapor, que consiste na aplicação de uma nevoa fina de água (vaporização) e o uso de escova de cerdas macias para facilitar a remoção manual das sujidades;
- . Introdução de argamassa a base de cal como ligante, juntamente com blocos de rocha nos orifícios destinados ao apoio dos andaimes, tomando o cuidado de não encobri-los na sua totalidade, deixando vestígios dos mesmos;

- . Raspagem e nivelamento do solo em todo o interior da ruína, no prolongamento de toda a lateral direita e no átrio, para drenagem com a construção de um canal aberto, com o devido caimento e recoberto por grelha de aço para escoamento das águas de chuva.
- . Reforçar as ações das cargas verticais no maciço desmoronado da lateral direita, devido à ocorrência de desaprumo e queda, lançando mão da técnica “*pose e compose*” (*anastilose*) na reconstituição do mesmo;
- . Preenchimento das cavidades existentes em todo o maciço, através da injeção de argamassa a base de cal como ligante em estado mais pastosa, com aditivo de pozolana artificial;
- . Preenchimento dos volumes faltantes dos tijolos de adobe sobre as portas laterais, próximas à torre sineira e na composição do frontão triangular, no qual será feito o capeamento, utilizando argamassa pigmentada a base de cal.
- . Recomposição e capeamento de todo o topo da alvenaria da ruína, utilizando argamassa a base de cal, com consistência mais pastosa e com traço rico em agregado grosso, aplicadas em camadas e intercaladas com fragmentos de telhas, tijolos ou mesmo pequenas pedras, para impedir a penetração da água, evitando que a mesma carregue a argamassa, o *opus incertum*, do interior dos maciços;
- . Limpeza e consolidação nas cantarias, além da reconstituição das perdas ocorridas;
- . Recuperação, tratamento contra ferrugem e colocação das duas grades de ferro nas conversadeiras adjacentes à fachada posterior, restaurando e recompondo o par;
- . Tratamento contra ferrugem e pintura nos elementos metálicos existentes, bem como a confecção de novos elementos de vedação, em aço, para todos os vãos abertos da ruína;
- . Proposta de construção de um telhado em duas águas, com suporte e estrutura em aço estrutural e cobertura com vidro temperado, recompondo os indícios da suposta capela, com o objetivo de proteção à pintura parietal existente e possível utilização para alguma prática religiosa;
- . Limpeza e higienização das pedras, tratamento e prevenção de líquens, algas e vegetação em geral;

- . Revestimento em lajeado nas partes externas e na área elevada da capela-mor. O interior da ruína será revestido com seixo rolado e capistrana, na sua parte central e demais áreas de acesso;
- . Colocação de dois pares de bancos, em estrutura metálica (aço) e granito, distribuídos simetricamente no interior da nave, ao longo das suas laterais;
- . Acessibilidade - A ruína não possui grandes barreiras para a acessibilidade dos portadores de deficiência física. Os portões existentes nas laterais estão em nível próximo ao calçamento, o que permite a adaptação com facilidade de um sistema de acessibilidade.
- . Avaliação da necessidade de tratamentos periódicos, tendo em conta a resistência das espécies invasoras, e o planejamento de manutenção rotineira para evitar nova colonização, considerando que controles periódicos e a constante manutenção são os principais fatores para evitar o ataque biológico.

6. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DA CAPELA VELÓRIO

6.1. ANÁLISE DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO – LEVANTAMENTO DE DANOS

Os principais danos observados na capela velório são provenientes do vandalismo, do intemperismo, da falta de manutenção e principalmente do abandono. Como consequência do abandono, tem-se a retirada do material de acabamento das instalações hidráulica e elétrica, retirada de parede próxima à porta do sanitário e destruição quase que total de duas portas. Todo o entorno apresenta acúmulo de resíduos de frutos de um abacateiro, pertencente a um quintal vizinho, cujas galhas avançam sobre os domínios da Igreja, deixando uma boa parte do seu pavimento constantemente repleta de frutos e folhas apodrecidos. A cobertura apresenta-se em estado precário de conservação. Além do excesso de folhas e frutos secos do abacateiro, pode ser observada a perda parcial de algumas telhas na lateral direita e algumas falhas de cobertura, devido ao deslizamento de algumas capas, ocasionando o apodrecimento de caibros e ripas.

Infiltrações provenientes da ausência de telhas e da movimentação do telhado acarretaram degradação às paredes, gerando acúmulo de umidade, perdas pontuais da camada pictórica e fissuras horizontais, na parte superior da alvenaria.

As telhas localizadas na lateral direita apresentam cor escura e com acúmulo de sujidades, proporcionando o estrangulamento dos canais de escoamento das águas (bicas), principalmente nos pontos mais baixos, junto aos beirais.

A ausência do forro em toda a edificação deixa à vista a instalação inadequada da caixa d'água, que se encontra apoiada no cruzamento das paredes que fazem a delimitação entre os cômodos frontais (sanitário e depósito). Na área destinada ao culto do velório encontram-se armazenadas, de forma inadequada, peças de material litúrgico utilizadas nas práticas da Semana Santa e o mobiliário de suporte aos usuários, tais como bancos e cadeiras, não se encontram disponíveis no local. Há acúmulo de lixo no interior dos cômodos. Falta a instalação de encanamento para drenagem da água pluvial em todas as laterais, agravando mais na lateral direita, que se encontra cheia de resíduos de vasilhames plásticos, dentre outros resíduos, na qual a circulação foi

fechada por um muro, havendo apenas uma pequena abertura para escoamento das águas que ali circulam.

As alvenarias encontram-se em estado regular de conservação, apresentando vestígios de umidade e bolor nas partes inferiores, nas laterais e na sua parte frontal. Pichações em camada superficial estão presentes em quase todo o revestimento da alvenaria da edificação. Foram removidas algumas folhas das portas do banheiro e do cômodo de serviço. A pintura das esquadrias das portas apresenta-se ressecada, em processo de escamação e com pichações. A pintura interna das alvenarias está totalmente deteriorada, com a presença de sujidades e manchas de umidade causadas pela ausência de telha do lado direito da fachada principal.

Os cômodos possuem o piso em cimento liso na cor vermelha, apresentando um estado regular de conservação, com pequenos trechos manchados devido ao acúmulo do lixo, impregnado pelo tempo.

As instalações elétricas observadas são completamente inadequadas. Não há iluminação elétrica na parte exterior, nem interruptores, nem tomadas, e grande parte da escassa fiação existente já foi retirada por indivíduos mal intencionados. O quadro de medição da energia elétrica da capela encontra-se instalado nos domínios da edificação vizinha, lateral ao frontispício da Igreja, pelo lado direito, o que acarreta em ter que percorrer grande distância de fiação até os domínios da capela, encontrando-se atualmente instalada ao longo do muro. O embutimento dos eletrodutos foi feito somente na espessura do revestimento (na parte superior do muro) o que provocou o desprendimento da fiação em alguns trechos.

As instalações hidráulicas não estão em condições de uso devido à precariedade e ausência de componentes, estando em funcionamento, e em condições precárias, somente o tanque instalado na parte central da fachada posterior.

Não há instalação de sistema de prevenção e combate a incêndio.

6.1.1. PROPOSTA E DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO

As intervenções propostas no projeto se desdobrarão em ações na sua estrutura física, buscando a sua conservação, ao preveni-la de possíveis descaracterizações ou demolições. Busca na sua restauração corrigir deformidades, reconstruir partes inadequadas e a sua revitalização ao reintegrá-la às suas funções, compatíveis com as suas características.

Caso haja necessidade de efetuar reforços na fundação, procurar se valer das opções de consolidação e estabilização, utilizando das técnicas de recalque, embrechamento, reforço em concreto e/ou injeção de pasta de cimento.

Embora tais intervenções se fazem urgentes pelo fato de ser um mobiliário de suma importância para toda a comunidade, a construção do ossário será a chave mestra e essencial para o andamento do projeto de estabilização e consolidação da ruína da *Igreja Queimada*, uma vez que deixará livre o seu interior, área de intervenção da mesma.

6.1.2. CONDUTAS A SEREM SEGUIDAS

- . Diagnóstico de profissional habilitado para possíveis danos estruturais e elaboração de projeto específico caso os testes e prospecções na fundação assim o exigirem;
- . Proposta de confecção de um ossário nas imediações do cemitério, composto de gavetas horizontais e sobrepostas para depósito dos restos mortais (ossadas) a serem retirados do interior da ruína, de um pequeno cômodo adjacente para guarda das ferramentas de apoio e de um novo tanque, em alvenaria de tijolos, todos com cobertura em telhas cerâmicas;
- . Proposta de alteração no projeto arquitetônico da capela, a ser elaborado por profissionais qualificados, substituindo os cômodos até então utilizados como

sanitário e depósito de ferramentas, por uma copa com uma pequena bancada e pia e a instalação de novas dependências sanitárias (feminino e masculino);

. Inspeção da estrutura e cobertura do telhado, com remoção, tratamento e substituição de elementos degradados e um pequeno avanço no beiral da lateral direita, sem contudo alterar a sua forma original, com o objetivo de proteção ao material litúrgico (cruz) que passará a ser armazenado, em ganchos apropriados para tal na parede sob o beiral;

. Substituição total das instalações elétricas e hidro-sanitárias lançando também mão de novos projetos;

. Colocação do sistema de captação de águas pluviais, utilizando de calhas e conduites em PVC;

. Reconstituição de partes deterioradas da argamassa, externa e interna com impermeabilização dos rebocos das áreas molhadas, adicionando à argamassa aditivos hidrófugos;

. Colocação de forro de madeira no interior da capela;

. Remoção de entulho e limpeza do terreno;

. Colocação de um banco de alvenaria na lateral direita, junto ao muro divisório, próximo à fachada principal;

. Substituição das portas de madeira comprometidas;

. Vedação com tela metálica fina nos vãos (vazios) existentes nas fachadas;

. Substituição do piso de cimento do interior da capela por cerâmica apropriada para fluxo intenso;

. Raspagem e pintura das paredes internas e externas, das esquadrias e molduras, das portas e das janelas.

. Iluminação externa à capela.

7. REFERÊNCIAS E FONTES DE PESQUISA

ALMEIDA, Frederico Faria Neves. **Conservação de cantarias: manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

ALMEIDA, Lúcia Machado de. **Passeio a Ouro Preto**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

ÁVILA, Affonso. **Barroco Mineiro – Glossário de Arquitetura e Ornamentação**. Brasil: Fundação João Pinheiro, 1980.

BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938. Publicações do SPHAN, nº2.

BARBOSA, W. de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BENJAMIN, Walter. **Alegoria e drama barroco**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BOHRER, Alex Fernandes. **Antônio Pereira. Breve Histórico**. Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Secretaria Municipal de Patrimônio.

_____. **Ouro Preto: um novo olhar**. São Paulo: Scortecci Editora, 2011.

BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração**. Trad: Beatriz Mugaya Kuhl. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

DAMASCENO, Sueli. **Igrejas Mineiras; (Glossário de Bens Móveis)**. Instituto de Artes e Cultura. UFOP, 1897.

DIAS, Paola de Macedo Gomes, MASCARENHAS, Alexandre. **Cadernos Ofícios: Obras de Conservação**. -Ouro Preto, FAOP, 2008, 7v.

DONADIO, Fábio. **Cadernos Ofícios: Pintura**. -Ouro Preto, FAOP, 2008, 6v.

DORR, John Van N. **Physiographic, Stratigraphic, and Structural Development of the Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brazil**, 1963.

DVORAK, Max. **Catecismo da Preservação de Monumentos**. Trad: Valéria Alves Esteves Lima. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FATHY, Hassan. **Construindo com o povo: arquitetura para os pobres**. Trad: Maria Clotilde Santoro. Rio de Janeiro: Salamandra, Ed. Universidade São Paulo, 1980.

FERRAZ, Eugênio. **A Restauração da Casa dos Contos de Ouro Preto**. 2. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

GUIMARÃES, Lucas. **Ouro Preto de Bolso**. Belo Horizonte: Nossa Cidade, 1970.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1975.

IPHAN/MONUMENTA/BID. **Caderno de Encargos; Manual de acompanhamento e fiscalização de obras**. Ouro Preto, 2001.

IPHAN/MONUMENTA/UNESCO/Minc. **Manual de conservação de cantarias**. Grupo Tarefa Programa Monumenta - Ouro Preto, 2000.

IPHAN/MONUMENTA/BID. **Manual de conservação preventiva para edificações**. Unidade Executora do Projeto - Ouro Preto, 2000.

KANAN, Maria Isabel. **Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos a base de cal**. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta. 2008. Cadernos Técnicos; 8.

LEAL, Fernando Machado. **Restauração e Conservação de Monumentos Brasileiros**. UFPE, 1977.

LEITE, Antonio Lobo. **Memórias de Habitante da Jacuba**. São Paulo: LER, 2008.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Vila Rica de Ouro Preto**. S.1: s.n., 1957.

MENDES, Nancy Maria. **O Barroco Mineiro em Textos**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

NAJJAR, Rosana. **Arqueologia histórica: manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

NOLASCO, Ney Ribeiro. **Cadernos Ofícios: Alvenaria**. -Ouro Preto, FAOP, 2008, 3v.

OLIVEIRA, Ronald Polito de. **Visitas Pastorais de Dom Frei José Da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais/IEPHA, 1998.

OZZORI, Manoel. **Almanack Administrativo, Marcantil, Industrial, Científico e Litterario do Município de Ouro Preto**. Ouro Preto: Typografia d'A ORDEM, anno 1, 1980. Apresentação de Maria Francelina Ibrahim Drummond. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1990.

PAULA, Geraldo Donizetti de/ROZENWAJM, Uziel K. **Cadernos Ofícios: Alvenaria**. -Ouro Preto, FAOP, 2008, 4v.

PEREIRA, Antônio. **Aspectos Folclóricos III: Histórias de Antônio Pereira**. Mariana: UFOP/ICHS, 1993.

RIBEIRO, Eliane Maria Fernandes. **Bocaiúva: Espaços Desiguais**. Verano Editora, 2006, v.1.

RUAS, Eponina. **Conhecendo Ouro Preto; Plano de Visitação e Mapa da Cidade**. Belo Horizonte: 1952.

SALES, Fritz Teixeira de. **Vila Rica do Pilar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

SALES, Herberto. **Cascalho**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 6. ed, 1975.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Gráfica Editora Sion, Difusão Pan-Americana do Livro, 2ªed, vol.2.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

VASCONCELLOS, Diogo de. **A Arte em Ouro Preto**. Edições da Academia Brasileira de Letras, 1934.

_____. **História Antiga das Minas Gerais (1703-1720)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

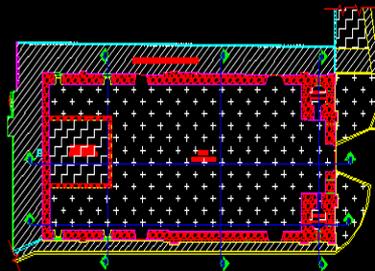
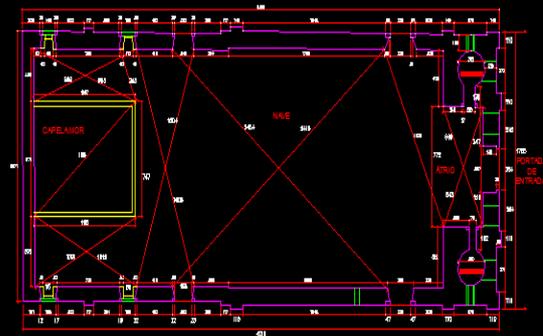
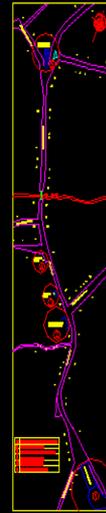
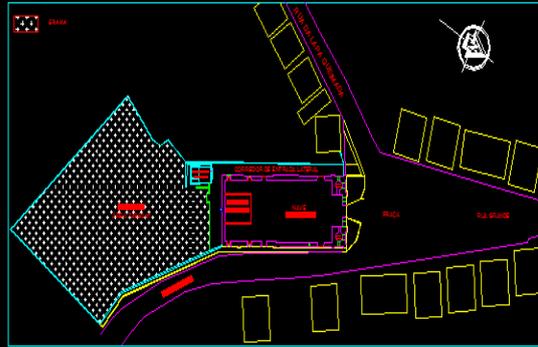
_____. **História Média das Minas Gerais**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.

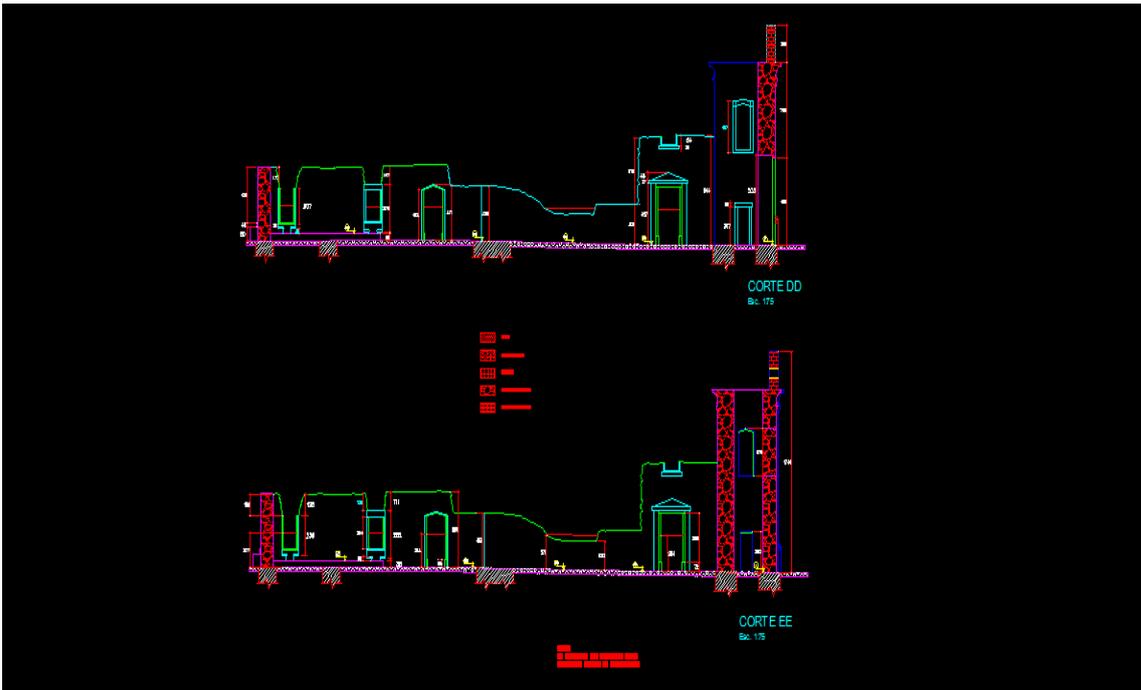
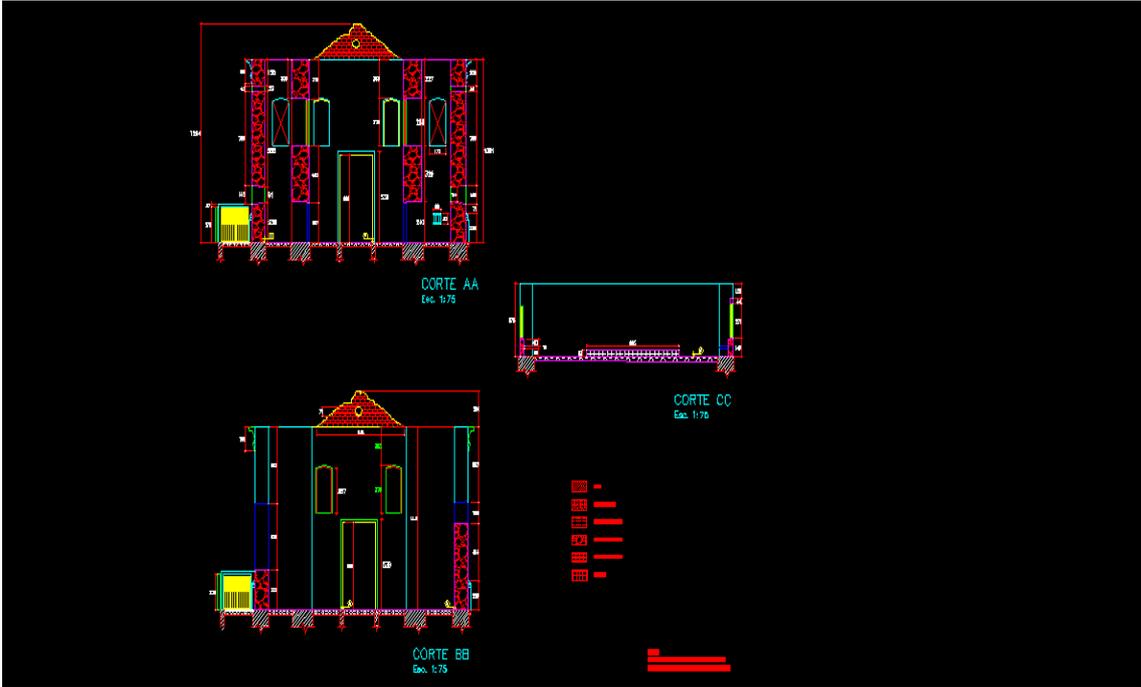
VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1979.

_____. **Vila Rica, Formação e Desenvolvimento – Residências**. Belo Horizonte: Editora Perspectiva, 1977.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

ANEXO – CADERNOS DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES







FACHADA FRONTAL
Esc. 1/50



FACHADA POSTERIOR
Esc. 1/50



FACHADA LATERAL DIREITA
Esc. 1/75



FACHADA LATERAL ESQUERDA
Esc. 1/75

INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS
CAMPUS OURO PRETO
Tecnologia em Conservação e Restauro

LUZIA CARDOSO

PROPOSTA DE RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA
IGREJA QUEIMADA DE ANTÔNIO PEREIRA
OURO PRETO-MG

CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES

OURO PRETO
FEVEREIRO DE 2012

LUZIA CARDOSO

**PROPOSTA DE RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA
IGREJA QUEIMADA DE ANTÔNIO PEREIRA
OURO PRETO-MG**

CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES

Trabalho apresentado ao Instituto Federal
Minas Gerais – Campus Ouro Preto para
avaliação na disciplina de Trabalho de
Conclusão de Curso.

Orientador: Rodrigo Augusto Meniconi

**OURO PRETO
FEVEREIRO DE 2012**

“As obras de arte antiga devem possuir para nós uma importância muito superior àquela determinada por seu valor material. Ainda maior, no entanto, muito maior do que simples antiguidades, padrões estilísticos ou fontes históricas. Elas precisam ser interpretadas e sustentadas como uma parte viva e integrada às nossas existências, ao nosso dever, à nossa pátria, à nossa cultura nacional, às nossas aquisições e prerrogativas espirituais e éticas, assim como os tesouros do desenvolvimento lingüístico e literário, do qual são a contrapartida.”
Catecismo da Preservação de Monumentos – Max Dvorák - pg.107)

SUMÁRIO

1. DISPOSIÇÕES GERAIS	07
1.1. - ESTUDOS E PROJETOS	07
1.2. - CONTRATO E ESPECÍFICO	07
1.3. - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	08
1.4. - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO	09
1.5. - SEGURANÇA DO TRABALHO E VIGILÂNCIA	12
2. - ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS E GENERALIDADES	15
2.1. – AGLOMERANTES	15
2.2. – AGREGADOS	16
2.3. – ADITIVOS DE NATUREZA POZOLÂNICA ORGÂNICA	16
2.4. – ÁGUA	16
2.5. – ARGAMASSAS	17
2.6. – PEDRA	17
2.7. GRANITO NATURAL	18
2.8. - RESINAS EPÓXICAS	19
2.9. – TIJOLOS	19
2.10. – METÁLICO/AÇO	19
2.11. - ESQUADRIAS / FERRAGENS	21
2.12. - MATERIAIS PARA PINTURAS E TRATAMENTOS	22
2.13. - VIDRO TEMPERADO	22
3 - PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO	23
3.1. - SERVIÇOS TÉCNICOS E PROFISSIONAIS	23
3.2. - SERVIÇOS PRELIMINARES	24
3.3. - APROVAÇÕES, LICENÇAS E ALVARÁS	24
3.4. - LIMPEZA E PREPARO DO LOCAL	24
3.5. - CARGA / TRANSPORTE / DESCARGA DO ENTULHO	24
3.6. - CANTEIRO DE OBRA: MONTAGEM E DESMONTAGEM	25

3.7. – LOCAÇÕES	27
3.8. - MOVIMENTO DE TERRA NO INTERIOR DA RUÍNA	28
3.9. - PROTEÇÃO DE ELEMENTOS ARTÍSTICOS	29
3.10. - PROSPECÇÕES EM ELEMENTOS ARTÍSTICOS	29
3.11. - PROSPECÇÕES ARQUITETÔNICAS / ESTRUTURAIS	29
3.12. - ANDAIMES, ESCORAMENTOS	30
3.12. - ANDAIMES, ESCORAMENTOS	31
3.14. - DEMOLIÇÕES / REMOÇÕES	32
3.15. - CARGAS / TRANSPORTE E DESCARGA	33
3.16. - CONSOLIDAÇÕES / ESTABILIZAÇÕES	33
3.17. – CANTARIA	36
3.18. – ADOBES	37
3.19. - APLICAÇÃO DE RESINAS ADESIVAS	37
3.20. – GRADES / FERRO FUNDIDO	39
3.21. – PORTÃO	39
3.22. – FERRAGEM	40
4. – PISOS	40
4.1. - BASES/ESTRUTURA	41
4.2. – ACABAMENTOS	41
5. - INSTALAÇÕES PREDIAIS	42
5.1. - HIDRO-SANITÁRIAS	42
5.2.- ÁGUA	43
5.3. - ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS	43
5.4. - FORÇA E LUZ	44
6. - SERVIÇOS DIVERSOS	45
6.1. - COMUNICAÇÃO VISUAL	45
6.2. - ERRADICAÇÃO DA VEGETAÇÃO	45
6.3. - CONTROLE TECNOLÓGICO/INSTRUMENTAL – ESTRUTURAL	46
6.4. - AGENCIAMENTO/PAISAGISMO	46

6.5. - JARDINS E EQUIPAMENTOS	48
6.6. – ADMINISTRAÇÃO	49
6.7. – MATERIAIS	49
6.8. - CONSUMOS/LIGAÇÕES DEFINITIVAS/TRANSPORTES	50
6.9. - ENTREGA DA OBRA	50
6.10. - ELEMENTOS ARTÍSTICOS	51
6.11. – SINALIZAÇÃO	51
7. - NORMAS E PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES	52
8. – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. - ESTUDOS E PROJETOS

A Contratada, que assume a condição de integral responsável pela qualidade e segurança dos serviços, deve analisar e deliberar da conveniência de obter, à sua custa, estudos complementares de sondagens, testes, ensaios e pesquisas de caracterização do subsolo que julgar necessários. Os procedimentos deverão ser guiados pelos códigos e posturas oficiais relativos à localidade onde será executada a obra, bem como pelas normas atinentes da ABNT.

Os projetos, especificações e demais disposições fornecidas pelo Contratante e que integram o contrato deverão ter estrita e total observância na execução dos serviços e obra. Compete à Contratada elaborar, de acordo com as necessidades da obra ou a pedido da Fiscalização, os desenhos de detalhes de execução, os quais serão previamente apreciados e, se for o caso, aprovados pelo Contratante ou Fiscalização.

Durante a execução da obra, poderá o Contratante apresentar desenhos complementares, os quais deverão ser devidamente autenticados pela Contratada.

As alterações de projetos, que durante a execução da obra se mostrarem necessárias, deverão ser devidamente justificadas e processadas de acordo com as disposições contratuais concernentes. Compete à Contratada, durante a execução, registrar e atualizar todos os projetos e, ao final da obra, entregar à Contratante um jogo completo de desenhos e detalhes de como construído.

1.2. - CONTRATO E ESPECÍFICO

Deverão estar consolidadas no contrato e nos documentos que o integrarão as condições e disposições relativas ao objeto, responsabilidade e garantia, valor e forma de pagamentos, regime de execução, prazos e cronogramas, orientação geral e fiscalização, paralisação da obra, pedido de prorrogação de prazos, diário da obra, multa, impugnações de serviços, alteração de projetos, placa da obra, recebimentos provisório e definitivo e outras disposições.

O Específico conterà as especificações detalhadas dos serviços peculiares a cada obra e poderá conter, eventualmente, especificações de materiais, equipamentos e procedimentos de execução complementares ao estabelecido neste.

Caso haja divergências entre os documentos contratuais fica estabelecido que:

- Se divergência entre o Caderno Geral e o Caderno Específico, prevalecerá esse último;
- Se divergência entre os Cadernos de Encargos e os desenhos do projeto de arquitetura, prevalecerão os Cadernos de Encargos;
- Se divergência entre os Cadernos de Encargos e os desenhos dos projetos complementares, estrutural e de instalações, prevalecerão esses últimos;
- Se divergência entre as cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, a Fiscalização, sob consulta prévia, definirá a dimensão correta;
- Se divergência entre desenhos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala;
- Se divergência entre desenhos ou documentos de datas diferentes, prevalecerão os mais recentes; e,
- Em casos de dúvidas quanto à interpretação de projetos, desenhos, normas, especificações, procedimentos ou qualquer outra disposição contratual, deverá ser consultado o Contratante.

De qualquer decisão da Fiscalização relativa a assuntos não previstos no contrato e seus anexos, haverá recursos às instâncias superiores da Contratante, para as quais deverá apelar a Contratada todas as vezes que se julgar prejudicada.

1.3. - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Fornecer à Contratada todos os projetos, desenhos, normas, especificações e procedimentos necessários à execução dos serviços a que se refere o contrato.

Permitir à Contratada a instalação do canteiro de obra e obras provisórias para uso de seus empregados e representantes em local indicado no projeto ou, quando omissos estes, a critério da Fiscalização.

Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas pelo contrato.

Designar representante para acompanhamento e fiscalização das obras.

Responder às solicitações da Contratada no Diário de Obra, para deliberações relativas ao início, desenvolvimento e aprovações de etapas e frentes de serviços.

1.4. - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Observar as práticas de boa execução, interpretando as formas e dimensões indicadas nos projetos e desenhos com fidelidade e empregar somente material com a qualidade especificada.

Providenciar para que os materiais estejam a tempo na obra, para fazer cumprir os prazos parciais e totais fixados nos cronogramas anexos ao contrato.

Manter na obra o número suficiente de funcionários e equipamentos para cumprimento dos prazos parcial e total.

Supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratadas, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

Garantir o apoio necessário à administração dos serviços, principalmente para que sejam recolhidos dentro do prazo os impostos e taxas de contribuições previdenciárias.

Efetuar o pagamento de todos os impostos e taxas incidentes ou que venham a incidir durante a execução, até a conclusão dos serviços sob sua responsabilidade. Cumprir a legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se pelo pagamento de quaisquer contribuições da previdência social e legislação trabalhista, inclusive das subcontratadas.

Efetuar, periodicamente ou quando solicitada pela Fiscalização, a atualização dos cronogramas e previsões de desembolso, de modo a manter o Contratante perfeitamente informado sobre o andamento dos serviços.

Instalar canteiro de obra compatível com o porte da edificação a ser preservada (intervenção), bem como efetuar pontualmente o pagamento de todos os encargos decorrentes da instalação e manutenção desse canteiro.

Executar os serviços dentro da melhor técnica, obedecendo rigorosamente às instruções do Contratante no que diz respeito ao atendimento dos projetos, das especificações, dos desenhos, do cronograma e das normas da ABNT.

Fornecer, quando solicitados e sem ônus para o Contratante, protótipos de materiais e equipamentos para a análise e aprovação da Fiscalização, como também orçamentos referentes a serviços extracontratuais.

Fornecer ao Contratante, quando previsto no contrato, a implantação de sistema de controle e apropriação de custos da obra, planilhas com dados técnicos por ele indicados e admitir, no decorrer da obra, a presença de técnicos credenciados para esta apropriação, facilitando a tarefa dos mesmos.

Requerer e obter junto ao INSS a documentação necessária ao licenciamento de execução nos termos da legislação vigente e, junto ao CREA, a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), bem como apresentar, quando concluídos os serviços, os documentos comprobatórios de quitação e recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço), seu e das subcontratadas, sob pena de exercer o Contratante o direito de retenção das importâncias ainda devidas, até a expedição dos aludidos documentos.

Comunicar à Fiscalização qualquer erro, desvio ou omissão referente ao estipulado nos desenhos ou especificações, ou em qualquer documento que faça parte integrante do contrato.

Retirar do canteiro de obra todo o pessoal, máquinas, equipamentos, instalações provisórias e entulhos dentro de prazo estipulado no contrato. No caso do não cumprimento desse prazo, os serviços poderão ser providenciados pelo Contratante, cabendo à Contratada o pagamento das respectivas despesas.

Acatar as decisões, as instruções e observações que emanarem do Contratante e da Fiscalização, refazendo qualquer trabalho não aceito.

Corrigir, às suas expensas, quaisquer vícios ou defeitos na execução dos serviços ou obra, objeto do contrato, bem como se responsabilizar integralmente por danos causados ao Contratante e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissão.

Adotar todas as precauções e cuidados no sentido de garantir a estabilidade de prédios vizinhos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentações e outros bens de propriedade do Contratante ou de terceiros e, ainda, a segurança de operários e transeuntes durante a execução da obra.

Obedecer e fazer observar as leis, regulamentos, posturas federais, estaduais e municipais aplicáveis, responsabilizando-se integralmente pelas conseqüências de suas próprias transgressões e de seus representantes, inclusive de suas subcontratadas e seus respectivos representantes.

Todos os encargos derivados das Leis Sociais e Trabalhistas em vigor correrão por conta da Contratada, que providenciará o seu recolhimento. A apresentação dos comprovantes dos recolhimentos será indispensável ao pagamento das parcelas mensais, bem como à devolução das retenções, conforme estabelecer o contrato.

Providenciar os seguros exigidos por lei, inclusive contra acidentes de trabalho e de responsabilidade civil contra danos causados a terceiros, correndo por sua conta e risco a responsabilidade por quaisquer riscos e prejuízos ocorridos.

A Contratada não poderá subcontratar parcialmente as obras contratadas sem obter prévio consentimento por escrito do Contratante. Na hipótese de ser autorizada a realizar a subcontratação, a Contratada diligenciará junto a esta no sentido de serem rigorosamente cumpridas as obrigações contratuais, especialmente quanto à fiel e perfeita execução dos serviços subcontratados, ficando solidariamente responsável, perante o Contratante, pelas obrigações assumidas pela subcontratada.

A Contratada não poderá, sob nenhum pretexto, subempreitar totalmente os serviços contratados.

Fica reservado ao Contratante o direito de empreitar, a seu critério, outros trabalhos relacionados com os serviços confiados à Contratada. A Contratada deverá coordenar adequadamente os seus serviços, como os serviços subcontratados.

Providenciar o fornecimento de água e energia elétrica para a execução dos serviços, correndo por sua conta quaisquer ônus relativos a este fornecimento, bem como as despesas com o respectivo consumo, durante o prazo contratual.

Proceder à limpeza periódica da obra, com a remoção do entulho resultante, tanto do interior da obra, como do canteiro de serviço.

Levar imediatamente ao conhecimento do Contratante e da Fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato para adoção imediata das medidas cabíveis.

1.5. - SEGURANÇA DO TRABALHO E VIGILÂNCIA

Comunicar de imediato ao Contratante ou à Fiscalização qualquer achado de interesse histórico, científico ou econômico, em especial de natureza arqueológica que ocorra durante a vigência do contrato.

Manter o Diário de Obra em condições de fácil acesso pela Fiscalização.

Providenciar as ligações definitivas de água e energia elétrica e, se necessária e viável, a ligação telefônica, assumindo todos os ônus decorrentes destas providências.

Antes do início dos serviços a Contratada deverá apresentar à Fiscalização o responsável pela execução dos serviços a realizar, ocasião em que serão fixadas as precauções específicas ligadas à natureza dos trabalhos.

Serão realizadas inspeções periódicas no canteiro de obra da Contratada, a fim de verificar o cumprimento das determinações legais, o estado de conservação dos dispositivos protetores do pessoal e das máquinas, bem como para fiscalizar a observância dos regulamentos e normas de caráter geral.

A Contratada deve acatar as recomendações decorrentes das inspeções e sanar as irregularidades apontadas, bem como fazer a comunicação, da maneira mais detalhada possível, e por escrito, de todo tipo de acidente ocorrido.

A Contratada fornecerá aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual de caráter rotineiro tais como: capacete de segurança, protetores faciais, óculos de segurança contra impactos, luvas e mangas de proteção, botas de borracha, calçados de couro, cintos de segurança, respiradores contra pó e outros equipamentos necessários à segurança em geral.

É de responsabilidade da Contratada manter em estado de higiene todas as instalações do canteiro de obras, devendo permanecer limpas, isentas de lixo, detritos em geral e de forma satisfatória ao uso.

Caberá à Contratada manter no canteiro de obras todos os medicamentos básicos para o atendimento de primeiros socorros.

A Contratada deverá manter no canteiro de obras os equipamentos de proteção contra incêndio, na forma da legislação em vigor.

Caberá à Contratada obedecer a todas as normas legais que se relacionam com os trabalhos que executa e respeitar as disposições legais trabalhistas da Engenharia de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

Caberá à Contratada manter no canteiro de obra vigias que controlem a entrada e saída de todos os materiais, máquinas, equipamentos e pessoas, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências da obra.

Das especificações a seguir, alguns itens possuem determinadas descrições propensas a serem utilizadas. Porém isto dependerá dos critérios de restauração a serem utilizados, das técnicas construtivas existentes na edificação (levantadas no cadastro arquitetônico e descobertas posteriormente) e possíveis alterações e/ou complementações nas especificações dos serviços, decorrentes de realidades não apontadas em projeto.

2. - ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS E GENERALIDADES

Todos os materiais a serem empregados nas obras deverão ser novos e comprovadamente de primeira qualidade, devendo ainda satisfazer rigorosamente as especificações do Projeto. Eventualmente, em se tratando de obras de restauro, poderão ser indicados materiais reutilizados da própria obra ou de outra procedência.

Se eventualmente, condições ou circunstâncias indicarem a substituição de algum material especificado, a troca só poderá ser efetivada com a aprovação por escrito da Fiscalização e ouvido o autor do projeto.

Toda substituição, quando aceita, será regida pelo critério de analogia ou similaridade. Em caso de equivalência, a substituição se dará sem compensação financeira para as partes e, em caso de semelhança, a substituição se dará com a correspondente compensação financeira para uma das partes.

2.1. – AGLOMERANTES

Materiais empregados na composição de argamassas e pastas que têm a propriedade de dar coesão às partículas de areia, endurecer com o passar do tempo e dar durabilidade. Os aglomerantes deverão ser o cimento e a cal.

Cimentos - Deverá ser de fabricação recente, em embalagem original, ser armazenado em local coberto, livre de umidade e obedecer à EB-1.

Cal – A cal deverá ser a hidratada a seco na forma de pó, que apresente o selo de qualidade da ABPC (Associação Brasileira dos Produtores de Cal) ou a cal hidratada em forma de pasta.

O processo de carbonatação da cal deve ser feito com água limpa e potável, respeitando o tempo mínimo exigido para a completa reação da carbonatação. Após o processo de carbonatação e peneiramento, a cal deve ser guardada em recipiente adequado e constantemente coberta por camada de água. Se usar cal virgem, respeitar tempo de hidratação e maturação da pasta de cal (de 3 semanas a 3 meses no mínimo).

Dependendo da aplicação, o aspecto da argamassa a base de cal deverá oscilar entre pastoso a mais leitoso.

2.2. – AGREGADOS

Materiais inertes que compõem as argamassas e rebocos. Deverão obedecer no que couber, às especificações das EB-4, MB-6, MB-7, MB-9 e MB-10.

Areia - Agregado miúdo que deverá ser sílico-quartzoso, grãos inertes e resistentes, limpa e isenta de impurezas e matéria orgânica. As propriedades da areia influem na trabalhabilidade, resistência, durabilidade, cor e outras propriedades da argamassa.

Brita - Agregado graúdo, proveniente do britamento de rochas estáveis, de diâmetro mínimo igual ou superior a 4,8mm.

Pedregulho - Agregado graúdo, natural de rio, com diâmetro mínimo igual ou superior 4,8mm e inferiores a 76 mm.

2.3. – ADITIVOS DE NATUREZA POZOLÂNICA ORGÂNICA

Argamassas que apresentam propriedades pozolânicas, ou seja, capacidade de reagir com o hidróxido de cálcio na temperatura ambiente e em presença da água, formando compostos que possuem propriedades hidráulicas. Utilizar pozolanas artificiais tais como pó de telha, de tijolo ou mesmo fragmentos de antigos rebocos.

2.4. – ÁGUA

A água destinada à preparação de argamassas, concretos, etc, deverá ser potável, limpa, pura e estar em temperatura adequada, obedecendo ao disposto na NB-1 e PB-19.

Água de cal - A água de cal é o líquido transparente que aparece na superfície da pasta de cal depois desta ser hidratada em pasta. Ajuda a consolidar a microestrutura dos materiais desagregados.

Pode ser utilizada para a consolidação de superfícies de reboco, no preparo de argamassas, pigmentos e tintas, em suportes, antes da aplicação das argamassas, em

qualquer trabalho com cal e também como substituto da água. Para obter uma consolidação eficiente, devem ser aplicadas muitas demãos, de preferência com pulverizador.

2.5. – ARGAMASSAS

Em toda argamassa que contenha cimento, no preparo deverão ser misturados a seco, a areia e o cimento até a coloração uniforme e, em seguida, deverá ser adicionada a água em quantidade adequada até ser conseguida a consistência desejada. Deverá ser aplicada imediatamente após adição dos aglomerantes devendo, portanto, ser preparada em quantidades compatíveis com o tempo de aplicação.

2.6. – PEDRA

Deve resistir aos esforços estáticos ou dinâmicos a que vai ser submetida respectivamente ao peso de paredes e pisos e daqueles transmitidos pelo vento e vibrações. É importante verificar as condições de extração, de talhe nas formas e as dimensões desejadas.

Pedra-de-mão seca - Constituída por pedra-de-mão aparelhada, extraída de rochas. É geralmente utilizada como componente para vedação vertical de paredes internas e externas e muros de contenção.

Em construção de alvenaria, deve ser assentada segundo seu leito de pedreira: as juntas horizontais (leito e sobre leito) devem ficar perfeitamente desempenadas e os paramentos devem ser perfeitamente aprumados e distorcidos.

Pedras argamassadas - Alvenaria constituída por argamassa de ligação que preenche os vazios e distribui os esforços e pedras-de-mão extraídas de rochas eruptivas com resistência mínima à compressão de 500kgf/cm^2 , dimensões mínimas de 30 cm x 23 cm x 10cm, limpas, isentas de fendas ou outras imperfeições.

Para sua confecção, devem ser observados os seguintes critérios:

- devem ser assentadas com argamassa de cal e areia no traço entre 1:2,5 a 1:3;
- as pedras maiores devem ser selecionadas para a base da alvenaria;

- as pedras devem ser molhadas em abundância antes de seu assentamento;
- a utilização de calços ou cunhas nos paramentos somente deve ser feita com autorização da Fiscalização;
- No interior da alvenaria, é admitido o emprego de pequenos fragmentos de pedra envolvidos em argamassa, não podendo estes servirem de calço para os blocos maiores, que devem ficar naturalmente equilibrados;
- Nas alvenarias de espessura inferior a 90 cm, os blocos maiores devem atravessar toda sua espessura (perpianho);
- Quando se levanta a alvenaria, deve-se tomar cuidado com o faceamento e a alternância das juntas, embora em fiadas irregulares, pois é fatal o emprego de pedras menores que a espessura da alvenaria, devendo-se, de trechos em trechos, travar-se com pedras que atravessem toda a largura.

A solidez destas paredes depende essencialmente da pedra empregada e da habilidade do pedreiro no travejar, razão pela qual a Fiscalização deverá estar atenta.

Para a reconstituição de uma alvenaria de pedra, deve-se empregar técnica que resulte em aparência final similar àquela existente.

Pedra de cantaria – Devem ser cortadas e aparelhadas segundo um projeto, levando em consideração que também é de suma importância verificar as condições de extração e de talhe nas formas e dimensões desejadas.

2.7. GRANITO NATURAL

As placas de granito devem ser resistentes, compactas, de espessura uniforme não inferior a 3 cm, isentas de fendas, trincas, empenamentos ou outras imperfeições como rachaduras, emendas, retoques visíveis de massa e veios capazes de comprometer seu aspecto, durabilidade e resistência.

As faces devem ser planas com acabamento polido na face superior e as arestas devem ser perfeitamente arredondadas com acabamento liso. Devem ser niveladas e fixadas por

meio de ferragens especiais em latão cromado e aparafusadas aos suportes com parafusos cromados.

2.8. - RESINAS EPÓXICAS

Produtos derivados do petróleo bruto, tornando-se sólidos pela poliadição de endurecedores ou catalisadores. Serão utilizadas para colagem de pedra e injeção em fissuras. Deverão ser utilizadas na composição de cantarias e na colocação das grades que comporão os vãos.

2.9. – TIJOLOS

Adobe – Deverá ser confeccionado de barro cru, feito a partir de argila de boa qualidade e amassados com adição de água. Deverão secar ao sol por período superior a quinze dias sem serem expostos à chuva e a sua estocagem deverá ser em local abrigado da chuva.

2.10. – METÁLICO/AÇO

Ferro fundido - Elemento metálico de liga dura, não maleável, à base de ferro, tendo em sua composição de 2% a 4,5% de carbono e 0,5% a 3% de silício, fundido em moldes ou forjado no formato do produto final desejado.

Aço estrutural - Elemento metálico maleável, dúctil, magnético, do qual são produzidos derivados como o aço. São perfilados e destinados à execução de estruturas, classificados em PA-37 e PA-45 e cujos ensaios de tração e dobramento satisfaçam respectivamente à MB-4 e MB-5. As estruturas metálicas deverão resistir à ação dos esforços a que serão submetidas e devem ser executadas atendendo ao projeto e especificações, geralmente em função da durabilidade e resistência.

As estruturas metálicas podem ser executadas no canteiro e transportadas por meio de guias ao seu posicionamento definitivo. Sua fixação deve se dar conforme indicado em projeto, devendo ser observadas as normas da ABNT atinentes ao caso.

Devem ser observadas as especificações de projeto quanto às tolerâncias, ao tipo de aço empregado na fabricação, espessuras das chapas e perfis e tipo de eletrodo para solda, não devendo ser utilizados aços do tipo comercial (SAE 1008 a 1012) em estruturas de responsabilidade. Os serviços de fabricação e montagem das estruturas devem ser executados por pessoal especializado.

Quando da fabricação dos perfis, devem ser adotados para o dobramento das chapas os raios de curvatura compatíveis com o tipo de aço utilizado, de forma a evitar o aparecimento de microfissuras. Todas as conexões de oficina devem ser soldadas, não sendo permitida a execução de nenhuma solda de campo, exceto com autorização expressa da Contratante.

Caso uma soldagem não seja aceita pela Fiscalização, os serviços devem ser novamente executados depois de removidas todas as soldas rejeitadas.

Após processo de soldagem, devem ser removidos todos os respingos de solda, objetivando a proteção contra corrosão da estrutura.

O recebimento da estrutura metálica deve ser feito inicialmente na oficina, após ter sido verificado se todos os estágios da fabricação (soldagem, aperto de parafusos, alinhamento, usinagem, correção de distorções e outros) atendem ao projeto e às especificações. Em seguida se dará a verificação de todos os estágios da montagem, incluindo a pintura de acabamento da estrutura.

A estrutura deve ser pré-montada e verificadas todas as dimensões e ligações previstas no projeto, a fim de evitar dificuldades na montagem final. Após a entrega no local da obra, a estrutura deve ser armazenada sobre dormentes de madeira. O manuseio e o empilhamento devem ser feitos cuidadosamente, de forma a se evitar dobramentos, danos na pintura, flambagens, distorções ou esforços excessivos nas peças.

Por ocasião da montagem da estrutura, devem estar providenciadas as fundações para fixação das colunas de aço.

2.11. - ESQUADRIAS / FERRAGENS

Conjunto de peças utilizadas para fechamento de um vão. Os limites dos vãos podem ser guarnecidos com peças de pedra e, mais modernamente, com ferro ou mesmo plástico. Quando em pedra receberão peças de ferro chumbadas, que vão receber as grades.

Ferragem - As ferragens para esquadrias deverão ser precisas no funcionamento, e seu acabamento, perfeito. Quando necessário o uso de modelos antigos que não se encontram no mercado, estes deverão ser executadas por ferreiro artesão que conheça as técnicas antigas de fabricação. Os perfis e bitolas deverão ser respeitados de acordo com a peça que sirva de modelo.

As peças a serem recuperadas deverão estar em condições de resistir aos esforços de tração, torção e compressão nas partes que sofrerem estas solicitações, tal que a sua recuperação dê garantia de longa vida à mesma. No aproveitamento de ferragens deverá ser removida a ferrugem, examinada a resistência de trincas e outros defeitos que possam comprometer sua resistência e o bom funcionamento.

A recuperação deverá ser feita com técnica apropriada, através de solda. As soldagens e emendas deverão manter o acabamento e aparência das peças originais. A colocação de ferragens será feita obedecendo ao modo de fixação empregado na edificação.

As ferragens, quando recomendado, serão pintadas a óleo, em duas demãos, antes de sua colocação. Após a colocação ainda deverão ser previstos retoques.

As peças a serem pintadas deverão estar limpas, isentas de óleos ou sujidades e sem sinal de ferrugem que possam comprometer a eficácia da pintura.

Na pintura de esquadrias, para evitar escorrimento ou contaminações de tinta em ferragens não destinadas à pintura, estas serão convenientemente protegidas, devendo ser envolvidas por plástico ou papel. Os salpicos de tinta sobre as mesmas deverão ser removidos ainda frescos, com removedores adequados.

2.12. - MATERIAIS PARA PINTURAS E TRATAMENTOS

Cal – Ver item 2.1.

Para uso em pintura deverá estar livre de sílica, silicatos, óxidos de ferro e a ela deverá ser adicionado alumen ou óleo de linhaça.

Óleo de linhaça - Líquido de cor amarelo-âmbar, extraído da semente do linho. Encontrado comercialmente em vários tipos: cru, refinado, cozido e desodorizado. Na confecção de tintas usam-se comumente os tipos cru e cozido.

Secantes - Usados para acelerar a secagem das tintas. Podem ser líquidos, utilizados para as tintas claras, ou sólidos, utilizados para as tintas escuras. O único secante aprovado universalmente é o cobalto, que deve ser usado em pequenas quantidades.

Tintas - Suspensão fluida de material corante (pigmento) de finíssima granulação, em um líquido aglutinante capaz de convertê-la em película sólida, quando uma delgada demão é aplicada a uma superfície. Os aglutinantes que deverão ser utilizados são as resinas, que deverão ser naturais, tais como terebentina, mastique, laca ou copais.

Pigmentos - Pós finamente granulados, brancos, coloridos, ou metálicos com grau variável de opacidade.

2.13. - VIDRO TEMPERADO

Deve ser composto por folhas fixas, fixadas à estrutura por meio de ferragens especiais, nas dimensões máximas de 80 cm x 95 cm para espessura igual a 6 mm; 220 cm x 130 cm para espessura igual a 8 mm ou 290 cm x 190cm para espessura igual a 10 mm.

As chapas de vidro não devem apresentar defeitos como ondulações, manchas, bolhas, riscos, lascas, incrustações na superfície ou no interior, irisação, superfícies irregulares, não uniformidade de cor, deformações ou dimensões incompatíveis.

Os vãos devem ser medidos antes do corte das chapas de vidro, que devem ser entregues nas dimensões determinadas, não podendo ser cortadas ou furadas, nem receber qualquer outro beneficiamento na obra.

As chapas devem ser armazenadas ou transportadas sobre cavaletes, formando pilhas de no máximo 20 cm e serem apoiadas com inclinação de 6% a 8% em relação ao plano vertical.

A marcação temporária de segurança deve ser feita com tinta PVA látex, de fácil remoção, não sendo indicada a marcação com tinta à base de cal que pode produzir marcas permanentes no vidro.

A ferragem a ser empregada deve ser inoxidável ou protegida contra a oxidação, a fim de evitar pontos de ferrugem que possam vir a provocar a quebra do vidro.

3 - PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO

Sempre que necessário, a Contratada deve apresentar documentos que comprovem a qualidade dos materiais empregados.

3.1. - SERVIÇOS TÉCNICOS E PROFISSIONAIS

Os levantamentos preliminares, quando não forem fornecidos pelo Contratante, deverão ser feitos pela Contratada, de acordo com as normas da ABNT. No caso de obras de restauração, deverá ser levado em consideração que nem sempre as paredes têm esquadro perfeito. Assim sendo, além das medidas convencionais, deverão ser tiradas as metragens das diagonais dos cômodos para que se tenha um desenho mais preciso.

Os projetos de fundações e estruturas, de arquitetura e urbanismo, de instalações elétricas e eletrônicas, de instalações mecânicas e de paisagismo deverão obedecer às normas da ABNT e seguirem as recomendações de Manuais do IPHAN.

Os projetos de fundações e estruturas deverão obedecer às normas da ABNT e deverão ser devidamente aprovados junto ao Corpo de Bombeiros.

Os projetos de detalhamento de mobiliário deverão ser criteriosamente especificados e deverão ser aprovados pela Fiscalização do IPHAN.

3.2. - SERVIÇOS PRELIMINARES

Os serviços contratados devem ser executados rigorosamente de acordo com os desenhos e memoriais constituintes do projeto executivo.

Cabe à Contratada elaborar, de acordo com as necessidades da obra, ou atendendo solicitação do Contratante, desenhos de detalhes de execução, para exame e autenticação por este. Todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos, necessários à completa execução dos serviços, devem ser fornecidos pela Contratada, exceto quando expressamente definido em contrário.

Sendo de inteira responsabilidade da Contratada a resistência e estabilidade dos trabalhos que executar, a ela compete julgar a conveniência de obter, à sua custa, mais informações do subsolo (sondagens complementares, testes de absorção, ensaios de caracterização do terreno, poços de exploração, análise de agressividade de águas subterrâneas, entre outras) que sejam necessárias.

Os ensaios e pesquisas para caracterização do subsolo devem ser norteados pelos códigos e posturas dos órgãos oficiais competentes, que jurisdicionem a localidade onde será executada a obra, bem como pelas normas da ABNT atinentes ao assunto.

3.3. - APROVAÇÕES, LICENÇAS E ALVARÁS

A Contratada, de acordo com as disposições contratuais e seus anexos, deverá providenciar junto aos Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, Autarquias e Concessionárias todas as aprovações, registros, licenças e alvarás atinentes à execução da obra.

3.4. - LIMPEZA E PREPARO DO LOCAL

A limpeza consiste na remoção de vegetação (inclusive raízes e tocos de árvores), detritos e outros elementos encontrados, deixando o terreno completamente livre, para permitir a execução da obra. Nas obras de recuperação, reforma ou adaptações são aplicados os itens cabíveis, de acordo com cada projeto específico.

As pedras soltas encontradas, bem como as que estão sendo usadas como barreiras nas duas portas da fachada da lateral esquerda devem ser limpas, selecionadas por tamanho e armazenadas em local protegido da terra para posterior utilização. Mesmo procedimento deve ser dado na remoção dos lajeados de pedra que compõem os pisos da lateral direita e da parte posterior, defronte à capela velório.

A Contratada deverá providenciar, sob sua responsabilidade, a obtenção de licença para remoção de árvores, caso seja necessário. Somente deverão ser removidas as árvores prejudicadas pela implantação da obra ou indicadas em projeto. A implantação do canteiro deve ser estudada de forma a evitar a remoção desnecessária de árvores de porte. Os serviços de roçado, de capina, destocamento e remoção de troncos, raízes e entulhos deverão ser executados manual e cuidadosamente, após aplicação de herbicidas adequados. A queima deve ser evitada, devendo todo o material ser retirado e transportado para locais determinados.

A limpeza deve ser de tal ordem que deixe a área em condições de se iniciar os serviços de movimento de terra ou locação da obra. Deve ser procedida a manutenção periódica da limpeza, incluindo a remoção de detritos e entulhos da própria obra, até a entrega definitiva dos serviços.

3.5. - CARGA / TRANSPORTE / DESCARGA DO ENTULHO

A Contratada ficará responsável pela carga, transporte e descarga do material de refugo para locais previamente determinados pela Fiscalização.

3.6. - CANTEIRO DE OBRA: MONTAGEM E DESMONTAGEM

O Canteiro de Obras e suas instalações serão executados conforme indicado no projeto e especificações, observando as posturas municipais e as normas de higiene, segurança e medicina do trabalho.

No local indicado no projeto ou quando este for omissivo, a critério da Fiscalização, além da placa da Contratada que deverá atender às exigências do CREA e da Municipalidade, serão colocadas as placas do Contratante, a expensas da Contratada, de acordo com os desenhos e especificações integrantes do projeto.

O Canteiro de Obras deverá dispor de todas as acomodações para os técnicos, inclusive a Fiscalização, pessoal de apoio, operários, guarda de materiais, equipamentos, máquinas e ferramentas necessárias e compatíveis à execução da obra, de acordo com suas características e vulto.

Compete à Contratada fornecer todo o ferramental, maquinaria, equipamentos e aparelhamentos, adequados à perfeita execução da obra contratada, assim como a manutenção e conservação do canteiro e suas instalações até a conclusão dos serviços.

Os projetos e especificações estabelecerão as condições de usos de muros e partes da edificação objeto do contrato, como instalações provisórias do canteiro e os cuidados necessários à sua utilização.

Ao término da obra, a Contratada deverá remover todas as instalações e partes provisórias do canteiro, executando os acertos, recomposições e limpeza do local.

O almoxarifado deverá ser executado em local de fácil acesso ao caminhão de entrega, devendo ter área de descarregamento do material e localizar-se estrategicamente junto da obra, de tal modo que o avanço desta não impeça o abastecimento de materiais. Deverá estar afastado dos limites do terreno pelo menos dois metros, mantidos como faixa livre, para evitar saídas não controladas de material.

Independentemente do número de trabalhadores e da existência ou não de cozinha, em todo Canteiro de Obras deve haver local exclusivo para o aquecimento de refeições, dotado de equipamento adequado e seguro. É proibido preparar, aquecer e comer refeições fora dos locais estabelecidos neste item.

É obrigatório o fornecimento de água potável, filtrada e fresca, para os trabalhadores por meio de bebedouro de jato inclinado (ou outro dispositivo equivalente), sendo proibido o uso de copos coletivos.

A instalação sanitária deve ser constituída de lavatório, vaso sanitário e mictório, na proporção de um conjunto para cada grupo de 20 trabalhadores ou fração, e deve ser mantida em perfeito estado de conservação e higiene, desprovida de odores, especialmente durante as jornadas de trabalho.

É obrigatória a colocação de tapume ou barreiras sempre que se executarem atividades de construção, de forma a impedir o acesso de pessoas estranhas aos serviços e garantir a segurança patrimonial. O tapume deve ser construído e fixado de forma resistente, e ter altura mínima de 2,20 m em relação ao nível do terreno.

Deve ser mantido pela Contratada perfeito e ininterrupto serviço de vigilância no local dos trabalhos.

A Contratada deve providenciar seguro de responsabilidade civil (Contratada) e contra fogo (obra), além de outros que se façam necessários em função das condições existentes.

3.7. – LOCAÇÕES

Deverão ser aplicados os itens cabíveis de acordo com cada projeto específico. Além disso, devem ser verificadas as Normas de Segurança do Trabalho nas atividades de construção civil e alinhamento, de acordo com as posturas municipais em vigor e tomadas as providências cabíveis, caso sejam verificadas divergências como projeto.

A locação da obra deve ser executada com instrumentos, devendo esta ficar registrada em banquetas de madeira, no perímetro do terreno e/ou em torno da obra.

Depois de realizada a Contratada deve comunicar à Fiscalização para que possam ser efetuadas as verificações necessárias.

Os serviços necessários à correção das falhas decorrentes de erros na locação da obra devem ser executados por conta do Construtor, independentemente da aplicação de outras sanções previstas em contrato.

3.8. - MOVIMENTO DE TERRA NO INTERIOR DA RUÍNA

Escavações - O processo a ser adotado nas escavações do interior da ruína deve ser escolhido levando-se em conta a natureza do terreno, a disposição e as recomendações da Igreja em relação à abertura das covas e os volumes a serem removidos, tendo sempre o máximo cuidado em abrir uma cova por vez para que não ocorra a possibilidade de mistura de material a ser selecionado.

Durante todo o procedimento deve haver a presença de um responsável pela manutenção do cemitério para executar os processos de cata, seleção e coleta de possíveis materiais de cunho arqueológico, bem como das ossadas a serem transferidas para o ossário, a embalagem das mesmas com identificação, o armazenamento das ossadas excedentes para futura incineração, o traslado das embalagens identificadas para o ossário e o armazenamento, em recipiente e local seguro, dos prováveis achados arqueológicos.

Quando necessário, os locais escavados devem ser escorados com cortinas com contrafortes ou estacas pranchas;

Aterro das covas - Deve ser executado com material homogêneo e escolhido, de preferência areia ou terra sem detritos vegetais, devendo ser as camadas molhadas e apiloadas, de forma a evitar fendas, trincas ou desníveis futuros.

As despesas com os transportes decorrentes da execução dos serviços de escavação e aterro são de responsabilidade do Contratante.

Drenagem do terreno – A drenagem do terreno pode ser feita através de valetas de seção retangular, largura mínima de 30 cm, com enchimento parcial de brita de granulometria decrescente de baixo para cima, formando vazios ou de condutos furados ou não, com juntas descontínuas. Os condutos devem ficar inteiramente envolvidos pela brita, tendo uma camada inferior de 5 cm e superior de 10cm. A velocidade de escoamento deve variar entre o mínimo de 0,20m/s e o máximo de 1,00m/s.

3.9. - PROTEÇÃO DE ELEMENTOS ARTÍSTICOS

A proteção especial de bens móveis e integrados que não serão removidos do local da obra deverá ser executada de acordo com o projeto e especificações. A proteção complementar julgada necessária pela Contratada, antes de suas execuções, deverá ser apreciada e aprovada pela Fiscalização.

Do mesmo modo, deverão ser protegidos por gradeados de madeira ou outros dispositivos de desempenho equivalente, os elementos de cantaria ou outros materiais que serão preservados, tais como portadas, ombreiras, janelas conversadeiras, cimalthas, pisos e outros bens arquitetônicos notáveis. Estas proteções provisórias deverão permitir o livre trânsito e os trabalhos que serão desenvolvidos no local.

3.10. - PROSPECÇÕES EM ELEMENTOS ARTÍSTICOS

Recomenda-se a contratação de pessoal qualificado para a prospecção estratigráfica de pintura da parede interna da fachada posterior.

3.11. - PROSPECÇÕES ARQUITETÔNICAS / ESTRUTURAIS

Serão executadas as prospecções complementares de natureza arquitetônica ou estrutural indicadas no projeto e especificações, como também as que se fizerem necessárias durante a execução da obra.

Prospecção arquitetônica - Basicamente, estas prospecções se limitarão na abertura de covas, remoções de aterros, entulhos, tendo por objetivo vistoriar, fotografar, identificar e documentar dimensões, formas, cores, materiais, sistemas construtivos, vestígios e demais marcas e sinais da “vida pregressa” da edificação que está sendo prospectada.

Os dados e informações obtidos nas prospecções serão analisados e interpretados, possibilitando as deduções de hipóteses de diagnóstico, alternativas de soluções e escolha mais adequada.

Prospecções arqueológicas - Serão executadas durante a abertura das covas para a retirada e traslado das ossadas, conforme estipulado no item 3.8, observando o disposto na Lei nº 3.924, de 26/07/61, e na Portaria nº 07, de 01/12/88, do IPHAN.

3.12. - ANDAIMES, ESCORAMENTOS

Montagem e desmontagem de andaimes - O dimensionamento dos andaimes, sua estrutura de sustentação e fixação deverão ser feitos por profissional legalmente habilitado. Os andaimes têm de ser dimensionados e construídos de modo a suportar com segurança as cargas de trabalho a que estarão sujeitos e evitar agredir a estrutura física da edificação histórica.

O piso de trabalho dos andaimes deve ter forração completa, não escorregadia, ser nivelado e fixado de modo seguro e resistente. Deverão ser tomadas precauções especiais quando da montagem, desmontagem e movimentação de andaimes próximos às redes elétricas.

Os andaimes têm de dispor de sistema de guarda-corpo (de 90 cm a 1,2 m) e rodapé (de 20 cm), inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, com exceção do lado da face de trabalho.

As plataformas de trabalho terão, no mínimo, 1,2m de largura. Nunca se poderá deixar que pregos ou parafusos fiquem salientes em andaimes de madeira.

Não será permitido, sobre as plataformas de andaime, o acúmulo de restos, fragmentos, ferramentas ou outros materiais que possam oferecer algum perigo ou incômodo aos operários.

As faces externas serão recobertas com telas plásticas de proteção. Quando não previstos no projeto e especificações, a Contratada elaborará os projetos e detalhes para aprovação da Fiscalização.

Montagem e desmontagem dos escoramentos - Os escoramentos de madeira serrada são uma ação provisória de apoio às estruturas ou elementos que apresentam riscos de

desabamento ou desagregação. Cuidados especiais devem ser tomados, principalmente quando os escoramentos entram em contato com elementos artísticos.

Deverá ser executado escoramento em madeira nos locais que estejam sofrendo algum tipo de intervenção que implique em desestabilização da estrutura, a fim de se garantir a estabilidade e segurança quando da execução dos serviços de recuperação da edificação.

O escoramento deverá ser em madeira com dimensões e resistência apropriadas, com apresentação prévia de projeto de montagem, para aprovação da Fiscalização.

3.13. - EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

Todos os equipamentos deverão ser testados antes de serem usados pela primeira vez. Os motores e equipamentos sensíveis à ação do tempo e à projeção de fragmentos precisam ser protegidos. As serras circulares necessitam ter coifa para proteção do disco e cutelo divisor.

As ferramentas têm de ser apropriadas ao uso a que se destinam, sendo proibido o emprego das defeituosas, danificadas ou improvisadas, que serão substituídas pelo responsável pela obra. Os trabalhadores precisam ser treinados e instruídos para a utilização segura das ferramentas. É proibido o porte de ferramentas manuais em bolsos ou locais inapropriados. Elas só poderão ser portadas em caixas, sacolas, bolsas ou cintos apropriados. As ferramentas manuais que possuam gume ou ponta precisam ser protegidas com bainha de couro ou outro material de resistência e durabilidade equivalente, quando não estiverem sendo utilizadas. As ferramentas não poderão ser depositadas sobre passagens, escadas, andaimes e outros locais de circulação ou de trabalho.

3.14. - DEMOLIÇÕES / REMOÇÕES

Os serviços de remoções e demolições serão executados de acordo com o projeto e especificações, prescrições das normas técnicas da ABNT, posturas e regulamentações municipais aplicáveis.

Antes do início dos serviços, a Contratada deve fazer um exame e levantamento detalhado das situações e condições da edificação. Deverão ser considerados aspectos importantes, tais como: a natureza da estrutura, o sistema construtivo, os métodos utilizados na construção, o estado de conservação e de estabilidade, o risco de desabamentos, a necessidade de escoramentos ou travamentos e a proteção ou retirada de elementos artísticos ou decorativos. Serão consideradas, também, as condições das edificações e logradouros vizinhos, redes, tubulações e equipamentos de serviços públicos e respectivas normas e determinações dos órgãos e concessionárias de serviços públicos competentes.

A Contratada deverá elaborar e fornecer, antes do início dos serviços, para apreciação e aprovação da Fiscalização, o plano detalhado descrevendo as diversas fases das remoções e demolições previstas no projeto e especificações complementares que considerar necessárias. Este plano estabelecerá os procedimentos a serem adotados na execução dos serviços, na recuperação, limpeza, armazenamento, transporte e guarda dos materiais ou bens reutilizáveis ou que apresentem interesse histórico, científico ou econômico.

Os materiais, instalações, peças e outros bens, incluindo os artísticos ou decorativos, após suas remoções, serão transportados até os locais indicados no projeto e especificações ou, quando omissos estes, de acordo com as orientações da Fiscalização. Estes materiais receberão os tratamentos indicados no projeto e especificações, para seus futuros usos ou reutilizações, conforme especificado no item 3.4.

As demolições necessárias devem ser feitas de acordo com as recomendações técnicas existentes, considerando-se as medidas de segurança e tomando-se os devidos cuidados de forma a evitar danos a terceiros. Além disso, deverá ser providenciada a contratação de seguro de responsabilidade civil.

3.15. - CARGAS / TRANSPORTE E DESCARGA

O Canteiro de Obras tem de se apresentar organizado, limpo e desimpedido, notadamente nas vias de circulação, passagens e escadarias. O entulho e quaisquer sobras de material devem ser regularmente coletados e removidos. Por ocasião de sua remoção, cuidados especiais devem ser tomados, de forma a evitar poeira excessiva e eventuais riscos.

Não é permitido manter lixo ou entulho acumulado ou exposto em locais inadequados do Canteiro de Obras. A Contratada deverá se responsabilizar pela carga, transporte e descarga de entulho para locais devidamente indicados pela Fiscalização.

3.16. - CONSOLIDAÇÕES / ESTABILIZAÇÕES

A consolidação se dará com a adição ou aplicação de materiais adesivos à estrutura dos muros da ruína para assegurar a sua durabilidade ou integridade estrutural.

O restabelecimento da estabilidade se dará através do reforço estrutural e da supressão das causas que poderão levar a estrutura do monumento ao colapso.

Limpeza e consolidação - A limpeza, a conservação e manutenção das superfícies remanescentes de argamassas e revestimentos à base de cal são sempre aconselháveis e todo esforço deve ser realizado para sua preservação, evitando a sua substituição. Revestimentos à base de cal devem ser limpos a seco geralmente com escovas. No caso de eflorescências, é aconselhável usar aspiradores de pó para retirar todo o material contaminado e depositado na superfície das alvenarias.

A superfície pétreia é geralmente colonizada pelas bactérias, seguida de algas e líquens, depois os musgos, que retêm água que servem para a colonização de plantas maiores. Sua limpeza deve ser feita com a remoção de todas as substâncias que efetivamente causam o processo de deterioração, ou que contribuem para isso.

O método mecânico mais comum é a remoção do organismo, que deve ser lento e aplicado com cuidado, a fim de que não ocasione novas perdas. Para a retirada de raízes no substrato e remoção mecânica de líquens, para facilitar, poderá ser feito com a aplicação de substâncias alcalinas (p.e. amônia a 5%), seguida com o uso complementar de um biocida.

Quando não há informação quanto às reações químicas indesejáveis com o uso dos produtos químicos, testes devem ser realizados antes de utilizá-los.

Reconstituição total de áreas com reboco no interior das torres - Deve ser retirado e descartado o reboco contaminado ou deteriorado existente no interior das torres, seguido pela limpeza da superfície, com o aprofundamento das fugas. Fazer a aplicação de emboço de regularização, com o preenchimento de vazios. A seguir proceder com as camadas de reboco e a aplicação de pintura no reboco novo (não curado).

Argamassa - Em geral, a consistência das argamassas compostas de cal e areia deve ser pastosa, bastante plástica, apresentar boa trabalhabilidade, boa aderência e quase nada de água deve ser acrescentado, pois a pasta de cal já contém, muitas vezes, a quantidade de água suficiente para a correta consistência. Quando forem de acabamento, bastante ricas em cal e areia de textura fina, devem ser mais fluidas e aplicadas com desempenadeira de metal. Podem ser alisadas ou “queimadas” com colher.

Argamassas para reintegrar partes de alvenarias e juntas - Essas argamassas devem ter consistência pastosa e plástica e geralmente apresentam traço de 1:2,5 a 1:3 de cal e areia. Nessas argamassas, a cor e a textura da areia são parâmetros importantes, já que são aparentes e devem se harmonizar esteticamente com as alvenarias, além, é claro, de apresentarem qualidades de comportamento que favoreçam bom desempenho de resistência às ações das intempéries.

O uso de areia artificial obtido de pedras da mesma qualidade das existentes na alvenaria pode ser uma alternativa, mas deve-se ter cuidado porque muitas vezes, dependendo da pedra, o material triturado poderá apresentar partículas muito finas, o que torna a argamassa mais fraca. Pigmento mineral pode ser utilizado, mas deve-se ter cuidado para que, ao aplicar a argamassa, não escorra e manche a parede.

Argamassas para reintegração de núcleos e blocos de alvenarias - Argamassa para reintegrar e preencher vazios internos das alvenarias deve ter traço mais rico em cal e aditivo hidráulico para facilitar a pega dentro do núcleo da alvenaria. O agregado deve ser mais fino, e a consistência, mais fluida, para facilitar a sua aplicação e penetração nos vazios internos da alvenaria.

As misturas à base de solos finos (terra de textura fina) e cal como aditivo (estabilizante) também são recomendadas para recuperação e reintegração de núcleos e partes de alvenarias de pedra e tijolo, bem como adobes. Garante a solidez do conjunto e normalização das transmissões verticais de cargas. A argamassa não deverá ser demasiadamente fluída, pois poderá deixar vazio onde a eventual ação de água por infiltração causará danos à construção ou fatal desagregação. A homogeneidade do todo pode ser complementada pelo emprego de grampos, gatos e ferrolhos.

Argamassas para capeamentos de alvenarias em ruínas - Argamassas para proteger topos de alvenarias em edifícios e ruínas devem ter geralmente consistência pastosa, traço rico em agregado grosso e devem ser aplicadas em camadas e misturadas com pedaços e cacos de tijolo ou pedras pequenas, de forma a constituir uma boa espessura de proteção e sacrifício, preservando as alvenarias das infiltrações e desgastes. A textura final do acabamento dependerá do bem em intervenção.

Socalque - Técnica utilizada geralmente em fundações para preenchimento de buracos. Consiste no reforço da fundação por meio da compressão mecânica de materiais de preenchimento (terra, pedras, areia, entre outros).

Embrechamento com ou sem escarificação - Técnica utilizada para o preenchimento de buracos, fendas ou trincas surgidas nos diferentes tipos de alvenarias utilizadas nas fundações. Consiste na introdução de pequenas pedras e argamassa adequada, por meio de pressão, de forma que as fendas, trincas ou buracos fiquem totalmente preenchidos.

Nos trechos das fundações sob a terra, o trabalho será executado por etapas, em trincheiras abertas não mais do que 1,50m de cada vez e de cada lado.

Injeção de pasta de argamassa a base de cal - Inicialmente, procede-se a lavagem da alvenaria com água, de forma a carregar as sujidades internas para fora. Com isso é feita uma limpeza e umidificação do interior a ser consolidado. Inicia-se, então, o

grauteamento ou a injeção da argamassa em estado mais fluido, que deve ter traço mais rico em cal, geralmente em torno de 1:1 a 1:1,5 (cal:areia), com agregado mais fino e acréscimo de aditivos hidráulicos para facilitar a pega e melhorar a penetração nos vazios. Podem também ser utilizadas misturas à base de solo fino (terra) e a cal como estabilizante.

A injeção de argamassa deve ser feita de baixo para cima, nas faces internas e externas, de forma alternada, até que toda a alvenaria esteja consolidada.

Para a reconstituição de uma alvenaria de pedra, deve-se empregar técnica que resulte em aparência final similar àquela existente.

3.17. – CANTARIA

Trata-se de alvenaria cujas pedras têm forma geométrica e posição definida no conjunto, obedecendo, cada uma, a estereotomia. A pedra aparelhada deve, sempre que possível, permanecer em seu estado natural. Em sua limpeza, deverão ser evitados produtos químicos, utilizando-se jatos de água e detergentes neutros.

Não sendo isto suficiente, será ouvida a Fiscalização, já que outros procedimentos devem ser orientados por restaurador especializado. No caso de recomposições com resinas deve-se dar prioridade às recomposições com o mesmo material e, se possível, obter o mesmo tipo de pedra, disponibilidade de mão-de-obra (canteiros) e fazer o engaste de novas partes nos trechos deteriorados. Para o reparo de objeto em pedra, resinas poliéster são mais usadas e estão disponíveis em pastas e líquidos com uma gama variada de viscosidade. Um ponto muito importante quando se escolhe uma resina para conservação de monumentos é saber se ela foi suficientemente testada. Quando não há informação quanto às reações químicas indesejáveis com o uso dos produtos, testes devem ser realizados antes de utilizá-los.

A cantaria geralmente é assentada com argamassa de traço 1:3 (cal:areia). A pedra deve ser colocada experimentalmente a seco, utilizando-se pequenos calços de madeira colocados na espessura da junta para ajuste. Em seguida, a pedra é retirada, colocada argamassa no leito e feito seu assentamento definitivo. São retirados, então, os calços e

preenchidas as juntas verticais. A pedra ainda pode ser colocada a seco e calçada, sendo então preenchida a junta horizontal com argamassa fluída, com ajuda de colher de formato especial. A movimentação de pedras pequenas é feita manualmente e a das grandes, por meio de roldanas, talhas, guinchos, pinças e outros instrumentos.

Complementando a argamassa de assentamento, ou sem ela em certos casos, pode fixar-se as cantarias entre si ou a outras alvenarias, por meio de peças especiais, tais como grampos e cavilhas de formas diversas, feitas de pedra, ferro, latão ou aço. Estes implementos são fixados às pedras por meio de resinas adesivas específicas ou chumbo derretido, devidamente encaixado.

3.18. – ADOBES

Seu assentamento é feito normalmente sobre alicerces de pedra, que afloram em torno de 0,20 a 0,50 metros, evitando-se o contato direto com o solo. A argamassa é do mesmo barro utilizado na fabricação dos adobes.

3.19. - APLICAÇÃO DE RESINAS ADESIVAS

A reconstituição das perdas ocorridas na cantaria se dará, em alguns casos, com a aplicação de próteses de pedra com as mesmas características físicas da pedra original. As colas e resinas que serão aplicadas deverão ter como requisitos a boa adesão, elasticidade e rigidez, baixa retração e durabilidade. As resinas adesivas serão utilizadas na junção e recomposição de elementos pétreos e devem ser utilizadas com cuidados e recomendações do fabricante, devendo ser devidamente entoadas para uma perfeita integração de cor e textura com o material original.

A consolidação só se justifica quando algum elemento decorativo for impossível de ser refeito, mesmo assim, só quando as dimensões não forem muito grandes e o suporte ainda possuir condições razoáveis.

O conjunto de peças de uma esquadria externa de pedra é composto dos elementos que se segue:

Vergas - São escorregadas para o local de assente, sobre dormentes previamente preparados, já com os rasgos dos grampos (ou gatos) de fixação prontos. No local, e alinhadas, procede-se o chumbamento dos grampos, com chumbo derretido ou resina adesiva, e a fixação de toda a parte superior, com argamassa a base de cal e pedaços de pedra ou tijolo.

Ombreiras - Devem possuir os locais para colocação dos grampos de fixação, com os devidos rasgos para o chumbamento. Nos assentamentos das vergas sobre as ombreiras e destas sobre parapeitos e soleiras, é comum o capeamento do local com finas folhas de chumbo, para se evitar danos às faces de encontro.

Nas alvenarias, deve ser deixado espaço suficiente para permitir os encaixes e nivelamentos.

Peitoris - Os procedimentos de fixação são semelhantes aos anteriores, devendo os peitoris estarem já com suas respectivas calhas e furos para saída de águas de chuva. Atenção especial deve ser dada ao nivelamento e alinhamento entre todos os peitoris.

Soleiras - Definidas as cotas de nível de cada soleira, levando-se em conta a espessura das pedras por assentar, preparam-se os apoios com argamassa forte e iniciam-se os assentamentos, levando-se em conta os alinhamentos de paredes e ombreiras.

Guarda-corpo de janelas rasgadas - Janelas rasgadas são aquelas abertas em paredes maciças de grande espessura, de modo que as esquadrias ficam colocadas na face externa das paredes, com seus quadros de menor espessura que estas. A modalidade apresentada na ruína é a que possui a parede rasgada apenas por dentro, mantendo-se cheia por baixo do peitoril.

3.20. – GRADES / FERRO FUNDIDO

Elementos de barras de ferro fundido fixados em requadros fixos, formando motivos ornamentais, chumbados em vãos com ou sem janelas, destinados à proteção e segurança contra intrusão de animais.

Devem ser rigorosamente obedecidos os espaçamentos e dimensões determinados em projeto. Os requadros devem ser executados com o emprego de perfis de aço, do tipo barra chata. Os elementos de ferro fundido devem ser fixados aos requadros por meio de solda.

A fixação à alvenaria deve ser feita por meio de grapas de ferro fundido bipartido, chumbadas com resina epóxi adesiva e cobertas com argamassa de cal e areia na proporção de 1:2,5. As grapas devem estar distantes entre si obedecendo aos espaçamentos dos orifícios presentes.

Os requadros devem ser rigorosamente esquadriados com os ângulos ou linhas de emenda, soldados e esmerilhados ou limados, sem rebarbas e saliências de solda.

O acabamento consiste em uma demão de zarcão epóxi de alta resistência, após decapagem com escova de aço ou processo químico, e três demãos de tinta metálica.

3.21. – PORTÃO

Barras de aço - Componente destinado ao fechamento dos acessos de pessoas ou animais, composto de grades de barras de aço de seção circular, quadrada ou retangular, montadas em quadro estrutural vertical. Suas dimensões são variadas e as seções dimensionadas de acordo com os tamanhos dos vãos.

As dimensões e espaçamentos determinados em projeto devem ser rigorosamente obedecidas. Se o portão for montado em muros de alvenaria, a estes devem ser chumbados os gonzos com resina epóxi adesiva.

Os quadros devem ser esquadriados, com os ângulos ou linhas de emenda soldados e esmerilhados ou limados, sem rebarbas e saliências de solda. Os furos dos rebites ou

parafusos devem ser feitos com broca, não sendo permitido o uso de furadores tipo punção.

O acabamento é constituído por uma demão de zarcão de alta resistência, após decapagem com escova de aço ou processo químico e 3 demãos de tinta metálica.

Deve ser armazenado em local seco e limpo, vertical ou horizontalmente, mediante apoios e separadores de madeira.

3.22. – FERRAGEM

Dobradiças - Devem ser executadas em ferro batido ou forjado. Antecipadamente, é feito um molde em papelão, que serve de base para um segundo molde em chapa fina, sobre o qual se executa a peça definitiva.

4. – PISOS

A aplicação de materiais de constituição e revestimento de pisos deve estar de acordo com as determinações do projeto arquitetônico. Na falta deles, toda intervenção deverá ser feita com detalhes e especificações elaborados pela Contratada e previamente aprovados pela Contratante.

A execução dos pisos somente deve ser executada após a conclusão dos serviços de estabilização e consolidação, da instalação da estrutura metálica para montagem do telhado sobre a área do altar-mor bem como de todas as canalizações, que devem ficar embutidas, e após a realização dos correspondentes testes hidrostáticos.

Quando os pisos forem executados diretamente sobre o solo, este deve ser drenado e apiloado, formando uma infra-estrutura de resistência uniforme, e se necessário, deve ser substituída a camada superficial do solo.

Executar os contrapisos de forma a se obter superfícies contínuas, planas, sem falhas e perfeitamente niveladas.

Os pisos devem ser executados com declividade mínima de 0,5%, em direção aos ralos ou portas externas, sendo que a declividade deve ser obtida no contrapiso ou no próprio piso.

No caso de pisos de materiais diferentes, em ambientes contíguos e de nível, a soleira deve ser do mesmo material do piso que ficar do lado interno da porta.

Nas pavimentações externas devem ser executados no contrapiso os caimentos e abaulamentos necessários ao escoamento das águas pluviais.

A areia a ser utilizada deverá ser limpa, isenta de argila, substâncias orgânicas ou terrosas.

4.1. - BASES/ESTRUTURA

Brita rolada e areia - Podem ser utilizadas sob o contrapiso, devendo ser bem apiloadas, livres de sujeiras e facilitar o nivelamento.

4.2. – ACABAMENTOS

Pedras / lajeadas - Lajes de pedra, geralmente do tipo laminar, assentadas sobre colchão de areia ou saibro, de 0,08 a 0,10m de espessura. Deve-se procurar dispor as faces planas para cima e reduzir, ao mínimo, a espessura das juntas. Cuidado especial deve ser adotado quanto à limpeza, durante e após o assentamento já que muitas pedras, caso atingidas por cimento, dificilmente ficarão limpas a contento.

A distribuição das peças no assentamento deve ser feita de forma tal que não resultem elementos isolados cuja textura ou coloração dê a impressão de manchas ou defeitos. A variação de cor ou textura deve ser aproveitada de forma a se obter superfícies uniformemente mescladas em seu conjunto, sem elementos discrepantes.

Para assentamento de pedra em áreas externas, é preciso adotar os seguintes procedimentos:

- deve ser lançado lastro de concreto se o piso for executado direto sobre o solo;
- executar na área a receber a pedra massa mista de cimento, cal hidratada e areia no traço (1:0,5:5), com 5 cm de espessura;
- iniciar a aplicação das pedras, após a cura total da camada de base, assentando peça por peça, devidamente molhada, com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 até o preenchimento da área, mantendo a declividade mínima de 0,5% para escoamento de água;
- o trânsito sobre a pavimentação somente deve ser permitido depois de terem decorridos cinco dias do assentamento do piso, que não deve apresentar peças soltas nem empoçamento de água.

Seixo rolado – Canjicado/ pé-de-moleque - O piso com seixo rolado ou canjicado, deverá ser feito com seixos rolados de rio, assentados sobre argamassa de cimento e areia no traço 1:3 e apiloados, podendo ou não seu assentamento formar desenhos geométricos, observar o assentamento das capistranas no interior da ruína.

5. - INSTALAÇÕES PREDIAIS

5.1. - HIDRO-SANITÁRIAS

Conjunto de tubulações, equipamentos, reservatórios e dispositivos destinados à condução dos fluidos entre pontos distribuídos em ambientes deliberadamente próximos ou contíguos, tendo em vista a redução de investimentos, a simplificação da operação e o acesso para manutenção preventiva e corretiva. As tubulações deverão estar presentes nos locais definidos no projeto de instalações hidráulicas, devendo obedecer a esses projetos e suas especificações.

5.2.- ÁGUA

Água pluvial - Conjunto de materiais, componentes e equipamentos, que formam o sistema de captação e escoamento de águas pluviais.

Generalidades - O objetivo das técnicas empregadas é essencialmente o de assegurar o afastamento disciplinado das águas pluviais, por meio de condutores horizontais e grelhas, de modo a impedir as ações e os efeitos nocivos das águas pluviais.

Os condutores horizontais podem ser os canais, canaletas ou tubulações que devem funcionar em regime de escoamento livre, com declividade dos condutos de, no mínimo, 0,5% e lâmina de altura igual a, no máximo, $\frac{2}{3}$ do diâmetro interno do tubo ou da altura da seção do canal ou canaleta.

Os condutores de seção circular podem ser em cerâmica vidrada (manilha), ferro fundido, PVC rígido tipo esgoto ou concreto vibrado (para diâmetros acima de 30cm). Os condutores tipo canaleta ou canais devem ser executados, de preferência, em concreto ou alvenaria revestida.

5.3. - ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS

Conjunto de componentes distribuídos, de modo a atender às necessidades específicas da edificação, referente à utilização de energia elétrica, possibilitando o funcionamento de aterramento e proteção contra descargas atmosféricas, energia, sinalização e sonorização. Devem ser solicitadas informações preliminares à concessionária local para a elaboração do projeto de instalações elétricas.

Todas as instalações devem ser executadas de forma que os condutores, condutos e equipamentos fiquem cuidadosamente arrumados em posição e firmemente fixados às estruturas de suporte e aos respectivos pertences, formando conjunto com condições tecnicamente satisfatórias e de boa aparência.

As partes vivas expostas dos circuitos e do equipamento elétrico devem ser protegidas de contatos acidentais.

As partes dos equipamentos elétricos que possam produzir centelhas ou faíscas devem ter separação incombustível de proteção, quando não forem efetivamente separadas de qualquer material combustível.

Os condutos, caixas, dutos, bandejas e molduras devem ser instalados de forma a constituírem um conjunto rígido e de boa aparência, sem que possam produzir danos aos condutores elétricos neles contidos.

5.4. - FORÇA E LUZ

Conjunto de componentes distribuídos de modo a conduzir energia aos pontos de consumo especificados para a edificação:

O sistema de condução de energia deve obedecer às disponibilidades e características da energia elétrica no local da edificação, bem como todos os regulamentos, requisitos e padrões exigidos em projeto complementar.

As instalações somente podem ser executadas com materiais, critérios e equipamentos examinados e aprovados pela Fiscalização.

Os serviços referentes à entrada e medição de energia devem ser refeitos e entregues completos, ligados definitivamente à rede pública, em perfeito funcionamento e com a aprovação da concessionária local.

As instalações devem ser entregues em perfeitas condições de funcionamento e ligadas à rede local.

Iluminação e tomadas - São usadas em instalações elétricas internas e externas, conforme definido em projeto complementar de instalações elétricas.

O sistema de iluminação geral deve proporcionar nível de iluminamento uniforme e adequado ao tipo de ocupação do local, considerando as tarefas visuais previstas.

Os tipos de lâmpada e luminária a serem instalados devem obedecer rigorosamente às determinações do projeto de instalações elétricas.

A iluminação externa deve atender às necessidades de iluminação de pátios, vias de acesso, considerando o projeto urbanístico, de paisagismo e de comunicação visual.

Pára-raios - A localização e disposição dos sistemas de aterramento devem obedecer ao disposto no projeto complementar de eletricidade. Nenhum ponto da edificação pode ficar fora do campo de proteção do pára-raios.

Os captosres metálicos devem ser maciços, de aço inoxidável ou de cobre e ser pontiagudos. Devem possuir comprimento mínimo de 250 mm e diâmetro mínimo de 13 mm e devem ser atarraxados aos mastros com luvas metálicas.

Ligação definitiva de luz e força - A ligação do sistema de eletricidade da edificação com a rede da concessionária local deve ser executada na entrada de energia elétrica da edificação.

6. - SERVIÇOS DIVERSOS

6.1. - COMUNICAÇÃO VISUAL

Quadros / Painéis / Placas / Faixas – Para estes serviços devem ser feitos anteprojetos, por profissionais habilitados para tais funções e ser aprovado pela Fiscalização. As molduras também devem ser previamente aprovadas.

Os textos, as impressões e as fotos devem ser de ótima qualidade, de modo a não comprometerem o resultado final do trabalho.

6.2. - ERRADICAÇÃO DA VEGETAÇÃO

Cortes e remoções - Ver item 3.4.

Aplicação de produtos químicos - Onde houver necessidade, deve ser aplicado produto químico para erradicação de insetos, pragas e similares, operação que deve ser feita por profissional habilitado e seguindo as normas de utilização dos mesmos.

6.3. - CONTROLE TECNOLÓGICO/INSTRUMENTAL – ESTRUTURAL

Ensaios - Todos os materiais empregados devem ter sua fabricação garantida, o que se caracteriza pelo atestado de qualidade emitido por entidade reconhecida; os testes devem ser realizados de conformidade com as normas da ABNT.

Os equipamentos e componentes fornecidos e instalados devem ser originários de fabricantes idôneos e devem ser acompanhados dos respectivos termos de garantia de qualidade. Os serviços executados na obra devem ser testados em presença da Fiscalização para sua liberação.

Testes - Nas obras de recuperação, reforma e adaptação são aplicados os itens cabíveis, de acordo com projeto específico.

Os serviços de instalações hidráulicas devem ser verificados quanto à qualidade das montagens, alinhamentos, caminhamentos, disposição e proteção dos tubos e pontos de consumo; devem ser realizados os testes hidrostáticos, para verificação da estanqueidade das tubulações antes do fechamento das paredes onde estas sejam embutidas.

Os serviços executados na obra devem ser testados em presença da Fiscalização para sua liberação.

6.4. - AGENCIAMENTO/PAISAGISMO

Preparação e limpeza da área/locações

Ver item 3.4.

Calçadas / Pedras, pé-de-moleque, e outras.

Ver item 4.

Concreto/Cimentado/Lajeado/Gramado

Executar a pavimentação somente após a conclusão de todas as canalizações que devam ficar embutidas.

O solo deve ser drenado e bem apiloado de forma a constituir uma infra-estrutura de resistência uniforme. Nas partes em que se aparentar muito mole, o solo deve ser removido e substituído por material mais resistente.

Na execução da pavimentação com acabamento cimentado, devem ser observados o nivelamento do piso de terra, o umedecimento da superfície, a colocação de guias removíveis que criarão juntas de dilatação e o espalhamento da camada de concreto, no traço 1:3:6, em volume, de cimento, areia e pedra britada e com juntas coincidentes.

A espessura da camada de concreto deverá ser, no mínimo, de 6 cm e dependerá da sobrecarga que irá suportar e terá de ser feita com caimento no sentido dos locais previsto para escoamento das águas e não inferior a 0,5%. O acabamento será obtido pelo sarrafeamento, desempenho e moderado alisamento do concreto quando ele estiver ainda em estado plástico.

Como o afloramento da argamassa deverá ser insuficiente para o bom acabamento do piso, a ela será adicionada, por polvilhamento, mais quantidade (porém seca), no traço 1:3, de cimento e areia peneirada, sem água, antes de terminada a pega do concreto.

Quando não for possível fazer em uma só operação a concretagem da base e o acabamento da superfície do concreto, essa mesma superfície precisa ser limpa e lavada para receber a aplicação posterior de argamassa, no traço 1:3 de cimento e areia no dia imediatamente seguinte, quando a argamassa terá de ser espalhada e batida levemente de forma a provocar o aparecimento de água na superfície. Em seguida, se fará o polvilhamento de cimento puro, dando o acabamento especificado em projeto.

Atenção especial deve ser dada ao acabamento, em placas de lajes, sobre a área elevada do altar-mor, onde será montado, obedecendo ao proposto projeto complementar, o telhado de estrutura metálica em aço e vidro temperado.

Gramado – Recobrimento com placas de grama rasteira, no formato 25cmX50cm, nos locais especificados em projeto.

6.5. - JARDINS E EQUIPAMENTOS

As áreas externas à ruína, inseridas no adro, na lateral direita (cercada pelo muro) e na elevação que delimita o cemitério, são objetos de intervenções paisagísticas, de acordo com as especificações descritas nos itens correspondentes. Deve-se obedecer rigorosamente ao projeto de ajardinamento, que deve contemplar obrigatoriamente:

- utilização da flora existente na região, dando destaque para as bromélias, outras espécies nativas e plantas úteis que sejam capazes de suportar as condições locais de insolação, temperatura, pluviosidade e umidade relativa e, ainda, de resistir a ventos, poeiras e outros agentes agressivos;
- A escolha das espécies deve ser feita considerando os riscos destrutivos das raízes e a colonização de microorganismos;
- descrição da composição do solo, a definição do sistema de drenagem no caso de ser necessária, em função das características do solo, a quantidade ainda que aproximada de cada espécie a plantar, bem como as respectivas localizações e a definição do porte das mudas.

Toda a área a ser ajardinada deve ser recoberta por terra vegetal misturada com adubo orgânico, no traço (3:1), devendo este ser de (5:1), no caso de emprego de adubo de granja.

6.6. – ADMINISTRAÇÃO

Arquiteto/engenheiro - A direção geral de uma obra deverá ficar a cargo de um engenheiro ou arquiteto devidamente registrado no CREA, que deverá visitar a obra regularmente, respondendo tecnicamente pelo andamento da mesma.

Auxiliar/estagiário - O auxiliar / estagiário deverá acompanhar o andamento da obra, registrando graficamente as alterações ocorridas ao longo da obra, organizando planilhas, entre outras funções.

Mestre - A Contratada deverá manter permanentemente na obra um mestre de obras com experiência anterior em serviços de complexidade técnica e administrativa igual ou superior ao objeto da contratação.

Almoxarifado/apontador - A Contratada deverá manter permanentemente na obra um almoxarife / apontador com experiência anterior em serviços de complexidade técnica e administrativa igual ou superior ao objeto da contratação.

Vigia - Ficará a cargo da Contratada a contratação de um vigia para a obra, que deverá permanecer no local no período noturno, nos feriados e nos finais de semana e nos dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente na obra.

Técnico em restauração - A Contratada deverá possuir em seu quadro técnico, um técnico em obras de restauração com experiência anterior em serviços de complexidade técnica e administrativa igual ou superior ao objeto da contratação, que irá acompanhar permanentemente a execução dos serviços.

6.7. – MATERIAIS

A Contratada deverá manter na obra um escritório equipado com material básico para o bom andamento dos serviços.

A Contratada deverá manter na obra um estojo de pronto-socorro para pequenas emergências entretanto, qualquer acidente acima de nível médio deverá ser encaminhado ao pronto-socorro mais próximo.

A Contratada deverá manter na obra equipamento de segurança, atendendo as normas da ABNT.

Limpeza - Deve-se remover todo o entulho do terreno; limpar e varrer os acessos.

Retirar todos os detritos ou respaldos de argamassa endurecida das superfícies, sobretudo das cantarias e alvenarias de pedra.

Limpar e lavar, cuidadosamente, todas as cantarias, alvenarias de pedra, pavimentações, revestimentos, cimentados e outras instalações, de modo a não serem danificadas outras partes da obra.

Para a limpeza de modo geral utilizar água e sabão neutro, devendo ser restrito o uso de detergentes, solventes e removedores químicos.

6.8. - CONSUMOS/LIGAÇÕES DEFINITIVAS/TRANSPORTES

Todas as despesas relativas ao consumo de água, esgoto, força, luz, limpeza e telefonia gastas durante a obra, bem como todas as despesas relativas às ligações definitivas e limpezas finais, quando concluída a mesma, serão de responsabilidade da Contratada.

Todas as despesas relativas ao transporte de pessoal, mão-de-obra, materiais e fretes especiais durante a obra serão de responsabilidade da Contratada.

6.9. - ENTREGA DA OBRA

Ao final da obra, a Contratada deverá entregar ao Contratante o desenho final da forma construída, formatado dentro dos padrões do IPHAN.

A conclusão definitiva dos serviços deve ser oficializada mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo. A emissão do Termo de Recebimento Definitivo somente pode ser feita depois de decorridos 60 dias do recebimento provisório e obedecidas as seguintes condições:

- devem ter sido atendidas todas as reclamações do proprietário, referentes a defeitos ou imperfeições verificados nos serviços executados;
- devem ter sido solucionadas todas as reclamações eventualmente feitas quanto a falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviço empregados na edificação;
- deve ser apresentada Certidão Negativa de Débito (CND) fornecida pelo INSS.

O Termo de Recebimento Definitivo deve conter formal declaração de que o prazo de cinco anos mencionado no Artigo 1.245 do Código Civil, abaixo transcrito, referente à responsabilidade do construtor, será contado a partir da data deste termo:

“Art. 1.245 – Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá durante cinco anos pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, exceto quanto a este, se, não o achado firme, preveniu em tempo o dono da obra”.

6.10. - ELEMENTOS ARTÍSTICOS

Os serviços de execução de restauração da pintura mural, localizada na fachada posterior, somente deverão ser executados após aprovação dos projetos pelo IPHAN.

6.11. - SINALIZAÇÃO

Proposta de projeto de sinalização com a instalação de placas indicativas em pontos da rodovia MG-129 informando ao viajante a existência da ruína. No interior do distrito, colocação de placas de rua que apontem as direções dos atrativos turísticos do distrito.

7. - NORMAS E PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES

A execução dos serviços e etapas da obra deve atender também, no que couber para cada caso, as seguintes normas e procedimentos complementares:

1. Normas e métodos da Associação Brasileira de Normas Técnicas, entre outras;
2. Normas e métodos do Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre.
4. Legislação, Portarias, Normas, Posturas e Regulamentos das Instituições e Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais relativos à preservação do patrimônio cultural edificado e do meio ambiente, à higiene, segurança e medicina do trabalho, à proteção, detecção e combate a incêndio, às instalações prediais de água, águas pluviais, energia elétrica, telefonia, segurança e controle e à acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência física.
5. Manual de Acompanhamento e Fiscalização de Obras - IPHAN
6. Manual de Roteiros para Elaboração de Projetos Básico e Executivo - IPHAN

8. – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Frederico Faria Neves. **Conservação de cantarias: manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

ALMEIDA, Lúcia Machado de. **Passeio a Ouro Preto**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

ÁVILA, Affonso. **Barroco Mineiro – Glossário de Arquitetura e Ornamentação**. Brasil: Fundação João Pinheiro, 1980.

BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938. Publicações do SPHAN, nº2.

BARBOSA, W. de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BENJAMIN, Walter. **Alegoria e drama barroco**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BOHRER, Alex Fernandes. **Antônio Pereira. Breve Histórico**. Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Secretaria Municipal de Patrimônio.

_____. **Ouro Preto: um novo olhar**. São Paulo: Scortecci Editora, 2011.

BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração**. Trad: Beatriz Mugaya Kuhl. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

DAMASCENO, Sueli. **Igrejas Mineiras; (Glossário de Bens Móveis)**. Instituto de Artes e Cultura. UFOP, 1897.

DIAS, Paola de Macedo Gomes, MASCARENHAS, Alexandre. **Cadernos Ofícios: Obras de Conservação**. -Ouro Preto, FAOP, 2008, 7v.

DONADIO, Fábio. **Cadernos Ofícios: Pintura**. -Ouro Preto, FAOP, 2008, 6v.

DORR, John Van N. **Physiographic, Stratigraphic, and Structural Development of the Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brazil**, 1963.

DVORAK, Max. **Catecismo da Preservação de Monumentos**. Trad: Valéria Alves Esteves Lima. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FATHY, Hassan. **Construindo com o povo: arquitetura para os pobres**. Trad: Maria Clotilde Santoro. Rio de Janeiro: Salamandra, Ed. Universidade São Paulo, 1980.

FERRAZ, Eugênio. **A Restauração da Casa dos Contos de Ouro Preto**. 2. ed. Belo Horizonte:C/Arte, 2007.

GUIMARÃES, Lucas. **Ouro Preto de Bolso**. Belo Horizonte: Nossa Cidade, 1970.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1975.

IPHAN/MONUMENTA/BID. **Caderno de Encargos; Manual de acompanhamento e fiscalização de obras**. Ouro Preto, 2001.

IPHAN/MONUMENTA/UNESCO/Minc. **Manual de conservação de cantarias**. Grupo Tarefa Programa Monumenta - Ouro Preto, 2000.

IPHAN/MONUMENTA/BID. **Manual de conservação preventiva para edificações**. Unidade Executora do Projeto - Ouro Preto, 2000.

KANAN, Maria Isabel. **Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal**. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta. 2008. Cadernos Técnicos; 8.

LEAL, Fernando Machado. **Restauração e Conservação de Monumentos Brasileiros**. UFPE, 1977.

LEITE, Antonio Lobo. **Memórias de Habitante da Jacuba**. São Paulo: LER, 2008.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Vila Rica de Ouro Preto**. S.1: s.n., 1957.

MENDES, Nancy Maria. **O Barroco Mineiro em Textos**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

NAJJAR, Rosana. **Arqueologia histórica: manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

NOLASCO, Ney Ribeiro. **Cadernos Ofícios: Alvenaria**. -Ouro Preto, FAOP, 2008, 3v.

OLIVEIRA, Ronald Polito de. **Visitas Pastorais de Dom Frei José Da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais/IEPHA, 1998.

OZZORI, Manoel. **Almanack Administrativo, Marcantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto**. Ouro Preto: Typografia d'A ORDEM, anno 1, 1980. Apresentação de Maria Francelina Ibrahim Drummond. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1990.

PAULA, Geraldo Donizetti de/ROZENWAJM, Uziel K. **Cadernos Ofícios: Alvenaria**. -Ouro Preto, FAOP, 2008, 4v.

PEREIRA, Antônio. **Aspectos Folclóricos III: Histórias de Antônio Pereira**. Mariana: UFOP/ICHS, 1993.

RIBEIRO, Eliane Maria Fernandes. **Bocaiúva: Espaços Desiguais**. Verano Editora, 2006, v.1.

RUAS, Eponina. **Conhecendo Ouro Preto; Plano de Visitação e Mapa da Cidade**. Belo Horizonte: 1952.

SALES, Fritz Teixeira de. **Vila Rica do Pilar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

SALES, Herberto. **Cascalho**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 6. ed, 1975.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Gráfica Editora Sion, Difusão Pan-Americana do Livro, 2ªed, vol.2.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

VASCONCELLOS, Diogo de. **A Arte em Ouro Preto**. Edições da Academia Brasileira de Letras, 1934.

_____. **História Antiga das Minas Gerais (1703-1720)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

_____. **História Média das Minas Gerais**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1979.

_____. **Vila Rica, Formação e Desenvolvimento – Residências**. Belo Horizonte: Editora Perspectiva, 1977.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

**INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS
CAMPUS OURO PRETO
Tecnologia em Conservação e Restauro**

Luzia Cardoso

**CAPELA VELÓRIO DA IGREJA QUEIMADA
PROPOSTA DE RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA
OURO PRETO-MG**

CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES

**OURO PRETO
FEVEREIRO DE 2012**

Luzia Cardoso

**CAPELA VELÓRIO DA IGREJA QUEIMADA
PROPOSTA DE RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA**

OURO PRETO-MG

CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES

Trabalho apresentado ao Instituto Federal Minas Gerais – Campus Ouro Preto para avaliação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Rodrigo Augusto Meniconi

**OURO PRETO
FEVEREIRO DE 2012**

“As obras de arte antiga devem possuir para nós uma importância muito superior àquela determinada por seu valor material. Ainda maior, no entanto, muito maior do que simples antiguidades, padrões estilísticos ou fontes históricas. Elas precisam ser interpretadas e sustentadas como uma parte viva e integrada às nossas existências, ao nosso dever, à nossa pátria, à nossa cultura nacional, às nossas aquisições e prerrogativas espirituais e éticas, assim como os tesouros do desenvolvimento lingüístico e literário, do qual são a contrapartida.”
Catecismo da Preservação de Monumentos – Max Dvorák - pg.107)

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES GERAIS	06
1. PROJETOS	06
2. ENCARGOS DO CONTRATANTE	06
3. ENCARGOS DA CONTRATADA	07
4. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	13
5. SERVIÇOS PRELIMINARES	13
5.1. LIMPEZA E PREPARO DO LOCAL DA OBRA	13
5.2. CANTEIRO DE OBRA - MONTAGEM E DESMONTAGEM	13
5.3. CONSTRUÇÃO DO OSSÁRIO, ÁREA DE SERVIÇO E ALTERAÇÃO ESPACIAL DA CAPELA VELÓRIO (PROPOSTA)	15
6. ANDAIMES E ESCORAMENTOS	15
7. DEMOLIÇÕES / REMOÇÕES	16
7.1. FUNDAÇÃO	16
7.2. ESTRUTURA PORTANTE	16
7.3. COBERTURA: MADEIRAMENTO	17
7.4. COBERTURA: ENTELHAMENTO	17
7.5. REVESTIMENTO / PISO	18
7.6. VÃOS	18
7.7. INSTALAÇÕES PREDIAIS	18
8. PAREDES ESTRUTURAIS, DE VEDAÇÃO E MUROS	19
8.1. ALVENARIAS ESTRUTURAIS / VEDAÇÃO	19
9. VÃOS: QUADROS E FECHAMENTOS	19
9.1. VERGAS, OMBREIRAS, PEITORIS E SOLEIRAS	19
9.2. FECHAMENTOS COM FERRAGENS / MADEIRA / VIDROS	21
10. COBERTURAS E BEIRAIS	23
10.1. ESTRUTURA DE MADEIRA	23
10.2. ENTELHAMENTO E ACESSÓRIOS	24
11. PISOS	26
11.1. BASES/ESTRUTURA	26
11.2. ACABAMENTOS	27
12. REVESTIMENTO DE PAREDES / TETOS	27

12.1. PAREDES	27
13. FORROS	28
13.1. ESTRUTURA	28
13.2. COMPLEMENTOS	29
14. TRATAMENTOS E PINTURAS	29
14.1. IMUNIZAÇÕES/PROTEÇÕES	29
14.2. IMPERMEABILIZAÇÃO / TRATAMENTO	30
14.3 PINTURAS	30
15. SERVIÇOS DIVERSOS	33
16. AGENCIAMENTO/PAISAGISMO	33
17. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. PROJETOS

- 1.1. Todos os serviços a serem realizados deverão obedecer, estrita e integralmente aos projetos, a fim de que sejam respeitados os objetivos e conceitos de arquitetura, sejam eles os aspectos funcionais, estéticos, técnicos, econômicos, decorativos ou quaisquer outros, concebidos em projeto, para que a obra executada seja uma concretização fiel do mesmo.
- 1.2. Os projetos, normas e especificações técnicas poderão sofrer alterações a critério do Contratante, que comunicará à Contratada com a necessária antecedência, por escrito, através de instruções e por intermédio da Fiscalização.
- 1.3. Poderão ocorrer alterações nas especificações dos serviços, decorrentes de realidades não levantadas em projeto. Quando for verificada uma situação não prevista em projeto, seja ela de ordem material, técnica construtiva ou acabamento, tal fato deverá ser registrado em Diário de Obra e prontamente comunicado ao Contratante, que fornecerá a especificação para o caso.
- 1.4. As informações contidas no projeto e especificações são concordantes. Caso haja alguma incompatibilidade, os detalhes de projeto terão prioridade sobre as especificações de execução.

2. ENCARGOS DO CONTRATANTE

- 2.1. Fornecer à Contratada todos os projetos, desenhos, normas, especificações e procedimentos necessários à execução dos serviços a que se refere o contrato.

- 2.2. Permitir à Contratada a instalação do “Canteiro de Obra”, obras provisórias, para uso de seus empregados e prepostos em local indicado no projeto ou, quando omissos estes, a critério da Fiscalização.
- 2.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas pelo contrato.
- 2.4. Designar representante para acompanhamento e Fiscalização das obras.
- 2.5. Responder às solicitações da Contratada no “Diário de Obra” para deliberações relativas ao início, desenvolvimento e aprovações de etapas e frentes de serviços.

3. ENCARGOS DA CONTRATADA

- 3.1. Observar as práticas de boa execução, interpretando as formas e dimensões indicadas nos projetos e desenhos com fidelidade, empregando somente material com a qualidade especificada.
- 3.2. Todo elemento removido para posterior aproveitamento deverá ser acondicionado de forma adequada, evitando-se agravar o processo de deterioração. Os elementos removidos e não aproveitáveis deverão ser listados, com indicação de quantidades e informado ao Contratante.
- 3.3. Providenciar para que os materiais estejam a tempo na obra para fazer cumprir os prazos parciais e totais fixados nos cronogramas anexos ao contrato.
- 3.4. Manter na obra o número de funcionários e equipamentos suficientes para cumprir os prazos, parcial e total, fixados nos cronogramas anexos ao contrato.
- 3.5. Supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratadas, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.
- 3.6. Garantir o apoio necessário à administração dos serviços, principalmente para que sejam recolhidos, dentro do prazo, os impostos e taxas de contribuições previdenciárias.
- 3.7. Efetuar o pagamento de todos os impostos e taxas incidentes ou que venham a incidir durante a execução, até a conclusão dos serviços sob sua responsabilidade. Cumprir a

legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se pelo pagamento de quaisquer contribuições da previdência social e legislação trabalhista, inclusive das subcontratadas.

- 3.8. Efetuar periodicamente, ou quando solicitadas pela Fiscalização, atualização dos cronogramas e previsões de desembolso, de modo a manter o Contratante perfeitamente informado sobre o andamento dos serviços.
- 3.9. Instalar “canteiro de obra” compatível com o porte da edificação a ser preservada (intervenção), bem como efetuar pontualmente o pagamento de todos os encargos decorrentes da instalação e manutenção desse canteiro.
- 3.10. Executar os serviços dentro da melhor técnica, obedecendo rigorosamente às instruções do Contratante no que diz respeito ao atendimento dos projetos, das especificações, dos desenhos do cronograma e das normas da ABNT.
- 3.11. Fornecer, quando solicitados e sem ônus para o Contratante, protótipos de materiais e equipamentos para a análise e aprovação da Fiscalização, como também orçamentos referentes a serviços extracontratuais.
- 3.12. Fornecer ao Contratante, quando previsto no contrato, a implantação de sistema de controle e apropriação de custos da obra, planilhas com dados técnicos por ele indicados e admitir, no decorrer da obra, a presença de técnicos credenciados para esta apropriação, facilitando a tarefa dos mesmos.
- 3.13. Acatar as decisões do Contratante e da Fiscalização.
- 3.14. Requerer e obter, junto ao INSS a documentação necessária ao licenciamento de execução nos termos da legislação vigente e, junto ao CREA, a “Anotação de Responsabilidade Técnica” – ART, bem como apresentar, quando concluídos os serviços, os documentos comprobatórios de quitação e recolhimento do FGTS, seu e das subcontratadas, sob pena de exercer o Contratante o direito de retenção das importâncias ainda devidas, até a expedição dos aludidos documentos.
- 3.15. Comunicar à Fiscalização qualquer erro, desvio ou omissão, referente ao estipulado nos desenhos ou especificações, ou em qualquer documento que faça parte integrante do contrato.

- 3.16. Retirar do canteiro de obra todo o pessoal, máquinas, equipamentos, instalações provisórias e entulhos dentro de prazo estipulado no contrato. No caso do não cumprimento desse prazo, os serviços poderão ser providenciados pelo Contratante, cabendo à Contratada o pagamento das respectivas despesas.
- 3.17. Acatar as instruções e observações que emanarem do Contratante ou da Fiscalização, refazendo qualquer trabalho não aceito.
- 3.18. Corrigir as suas expensas quaisquer vícios ou defeitos na execução dos serviços ou obra, objeto do contrato, bem como se responsabilizar integralmente por danos causados ao Contratante e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissão.
- 3.19. Adotar todas as precauções e cuidados no sentido de garantir a estabilidade de prédios vizinhos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentações e outros bens de propriedade do Contratante ou de terceiros e, ainda a segurança de operários e transeuntes, durante a execução da obra.
- 3.20. Obedecer e fazer observar as leis, regulamentos, posturas federais, estaduais e municipais aplicáveis, responsabilizando-se integralmente pelas conseqüências de suas próprias transgressões e de seus prepostos, inclusive de suas subcontratadas e respectivos prepostos.
- 3.21. Todos os encargos derivados das Leis Sociais e Trabalhistas em vigor correrão por conta da Contratada, que providenciará o seu fiel recolhimento. A apresentação dos comprovantes dos recolhimentos será indispensável ao pagamento das parcelas mensais, bem como à devolução das retenções, conforme estabelecer o contrato.
- 3.22. Providenciar os seguros exigidos por Lei, inclusive contra acidentes de trabalho, de responsabilidade civil contra danos causados a terceiros, correndo por sua conta e risco a responsabilidade por quaisquer riscos e danos ocorridos, conforme capítulo específico do contrato.
- 3.23. A Contratada não poderá subcontratar parcialmente as obras Contratadas, sem obter prévio consentimento por escrito do Contratante. Na hipótese de ser autorizada a realizar a subcontratação, a Contratada diligenciará junto a esta no sentido de serem rigorosamente cumpridas as obrigações contratuais, especialmente quanto à fiel e perfeita execução dos serviços subcontratados, ficando solidariamente responsável, perante o Contratante, pelas obrigações assumidas pela subcontratada.

- 3.24. A Contratada não poderá, sob nenhum pretexto, subempreitar totalmente os serviços contratados.
- 3.25. Todos os encargos derivados das Leis Sociais e Trabalhistas em vigor correrão por conta das subcontratadas, sendo porém da responsabilidade da Contratada, perante o Contratante, o fiel recolhimento destas taxas. A apresentação dos comprovantes dos recolhimentos será indispensável ao pagamento das parcelas mensais, bem como à devolução das retenções.
- 3.26. Fica reservado ao Contratante o direito de empreitar, a seu critério, outros trabalhos relacionados com os serviços adjudicados à Contratada. A Contratada deverá coordenar adequadamente os seus serviços como os serviços subcontratados.
- 3.27. Providenciar o fornecimento de água e energia elétrica para a execução dos serviços, correndo por sua conta quaisquer ônus relativos a este fornecimento, bem como as despesas com o respectivo consumo, durante o prazo contratual.
- 3.28. Proceder à limpeza periódica da obra, com a remoção do entulho resultante, tanto do interior como canteiro de serviço.
- 3.29. Levar imediatamente ao conhecimento do Contratante e da Fiscalização, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato, para adoção imediata das medidas cabíveis.
- 3.30. Comunicar de imediato ao Contratante ou à Fiscalização qualquer achado de interesse histórico, científico ou econômico, em especial de natureza arqueológica, que ocorra durante a vigência do contrato. Manter no "canteiro da obra", em condições de fácil acesso pela Fiscalização, o "Diário de Obra" conforme modelo fornecido pelo Contratante. Providenciar as ligações definitivas de água e energia elétrica e, se necessária e viável, a ligação telefônica, assumindo todos os ônus decorrentes destas providências.
- 3.31. Antes do início dos serviços, a Contratada deverá apresentar à Fiscalização o responsável pela execução dos serviços a realizar, ocasião em que serão fixadas as precauções específicas ligadas à natureza dos trabalhos.
- 3.32. Serão realizadas inspeções periódicas no canteiro de obra da Contratada, a fim de verificar o cumprimento das determinações legais, o estado de conservação dos dispositivos protetores

do pessoal e das máquinas, bem como para fiscalizar a observância dos regulamentos e normas de caráter geral.

- 3.33. À Contratada compete acatar as recomendações decorrentes das inspeções, e sanar as irregularidades apontadas.
- 3.34. Caberá à Contratada fazer a comunicação, da maneira mais detalhada possível, por escrito, de todo tipo de acidente, inclusive princípios de incêndio.
- 3.35. A Contratada fornecerá aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual de caráter rotineiro, tais como: capacete de segurança, protetores faciais, óculos de segurança contra impactos, óculos de segurança contra radiações, óculos de segurança contra respingos, luvas e mangas de proteção, botas de borracha, calçados de couro, cintos de segurança, respiradores contra pó e outros.
- 3.36. É de responsabilidade da Contratada manter em estado de higiene todas as instalações do canteiro de obras, devendo permanecer limpas, isentas de lixo, detritos em geral e de forma satisfatória ao uso.
- 3.37. Caberá à Contratada manter no canteiro de obras todos os medicamentos básicos para o atendimento de primeiros socorros.
- 3.38. A Contratada deverá manter no canteiro de obras os equipamentos de proteção contra incêndio, na forma da legislação em vigor.
- 3.39. Caberá à Contratada obedecer todas as normas legais que se relacionam com os trabalhos que executa, e respeitar as disposições legais trabalhistas da Engenharia de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.
- 3.40. Caberá a Contratada manter, no canteiro de obra, vigias que controlem a entrada e saída de todos os materiais, máquinas, equipamentos e pessoas, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências da obra.

Das especificações a seguir, alguns itens possuem determinadas descrições propensas a serem utilizadas. Porém isto dependerá dos critérios de restauração (reforma) a serem utilizados, das técnicas construtivas existentes na edificação (levantadas no cadastro arquitetônico e descobertas posteriormente) e possíveis alterações e/ou complementações nas especificações dos serviços, decorrentes de realidades não apontadas em projeto.

4. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

As instalações prediais necessárias à edificação, tanto a serem reformadas quanto instaladas conforme relação abaixo, serão objeto de contratação de projetos complementares específicos.

- Instalações elétricas.
- Instalações do sistema eletrônico de segurança e combate a incêndio.
- Instalações do sistema de proteção de descarga atmosférica (SPDA).

Embora não especificado neste projeto é recomendado, tendo em vista a beleza cênica da ruína, a elaboração de um projeto de iluminação externa da edificação.

5. SERVIÇOS PRELIMINARES

5.1. LIMPEZA E PREPARO DO LOCAL DA OBRA

5.1.1. O local a ser executada a obra deverá passar por capina com a retirada dos resíduos, deixando completamente livre os caminhos necessários ao transporte dentro do canteiro de obras. A limpeza da obra deverá ser permanente, mantendo-se o canteiro limpo e em ordem, isento de detritos e materiais imprestáveis, provenientes da execução da obra, sempre que seu volume justifique.

5.2. CANTEIRO DE OBRA - MONTAGEM E DESMONTAGEM

5.2.1. A Contratada deverá apresentar um estudo para a implantação do canteiro de obras, com indicação de escritório, almoxarifado, sanitário de obra, tapumes, depósito de materiais e depósito a céu aberto para tijolos, areia, etc. Este estudo deverá ser aprovado pelo Contratante.

5.2.2. O escritório, almoxarifado, depósito e sanitário poderão ser construídos em chapas de compensado resinado 10 mm e pontaletes 7 x 7 cm, assoalhadas com tábuas de pinho de segunda e barrotes de pinho 3 x 3 cm, sobre camada de concreto pobre 1:10 (cimento e cascalho), com cobertura de telhas de cimento amianto 6mm, parafusadas em caibros de pinho 7 x 7 cm.

Todos os barracões de obra serão pintados, interna e externamente, a duas demãos de látex.

5.2.3. A Contratada providenciará as instalações provisórias de água, esgoto, luz e força, ficando encarregada de pagar este consumo no prazo da obra.

5.2.4. Os tapumes serão:

- 1) Em chapa de compensado 6mm obedecendo às exigências municipais e do Contratante.
- 2) Em tela tapume de plástico laranja de 1,20 m de altura.

Os tapumes em chapa de compensado serão feitos em Madeirit fenólico de 1,10 x 2,20 m, ou similar, pregadas em montantes de pinho 6 x 6 cm, com travessas de pinho 3 x 3 cm, uma em cada quadro.

Serão pintados a látex, uma demão, externamente.

Os tapumes em tela de plástico serão feitos com a fixação desta em montantes de pinho de 3 x 3 cm, fixados no solo a cada 1,00 m.

5.2.5. As placas de obra, em chapa galvanizada, deverão ser colocadas em locais que permitam boa visibilidade. O Contratante fornecerá os modelos das placas, que conterão sua identificação. As placas serão em chapa galvanizada nº 26, estruturada em quadro de madeira, feito em sarrafo de pinho 2,5 x 7,0 cm. No centro do quadro, contraventando-o, será utilizado sarrafo de 2,5 x 5,0 cm.

A placa da Contratada não poderá ter dimensões superiores à do Contratante, deverá seguir o modelo fornecido por este e atender às disposições do CREA/MG.

5.3. **CONSTRUÇÃO DO OSSÁRIO, ÁREA DE SERVIÇO E ALTERAÇÃO ESPACIAL DA CAPELA VELÓRIO (PROPOSTA)**

A contratada deve tomar todas as providências necessárias para a construção e reformas dos serviços referentes ao ossário e à capela velório, sob orientação do autor do referido projeto e aprovação da Fiscalização.

6. **ANDAIMES E ESCORAMENTOS**

6.1. Os andaimes, metálicos ou em madeira, não poderão apoiar-se nas paredes. Em sua montagem e desmontagem serão tomados os cuidados necessários à proteção dos elementos construtivos e decorativos da edificação. Os andaimes montados dentro da edificação deverão ser calçados com chapa de madeira e espuma, de forma a distribuir a pressão concentrada em seus pés, evitando-se danificar os pisos originais da edificação.

6.2. Os andaimes metálicos, a menos com autorização do Contratante, não poderão ser adquiridos com recursos da obra.

A Contratada deverá fazer programação do uso de andaimes, apresentando ao Contratante os períodos, quantitativos e rodízios dos mesmos.

Para evitar superestimativas de quantidades de andaimes, deverão ser estudadas as metragens necessárias para cobrir os trabalhos da obra, considerando o rodízio.

Os andaimes metálicos, para formação de torres de uso diverso, não deverão ter espaçamento maior que 2,00m, em torres com até 10,00m de altura. Torres com mais de 10,00m de altura deverão ser armadas de forma contínua.

Os andaimes fachadeiros terão montagem contínua.

Exceto situações que justifiquem outra solução, não deverá ser usada a formação de torres em fachadeiros, evitando-se a utilização desnecessária de maiores quantidades de peças de andaimes.

6.3. Os andaimes de madeira deverão usar paus roliços em sua sustentação e tábuas de pinho novas de segunda qualidade em seu piso.

A adoção de andaimes de madeira seguirá apenas os casos específicos em que a utilização do andaime metálico não é recomendada ou viável por razões diversas como: dimensões dos locais, diferenças de níveis atípicas, etc.

- 6.4. Se for necessário escoramento, de madeira ou metálico, este deverá ser feito de modo a não danificar os elementos construtivos da edificação. Deverá ser executado dentro da melhor técnica e considerando as relações de forças próprias da estrutura a ser escorada.

O escoramento em madeira deverá ser executado em pau roliço, não sendo permitido o uso de madeira velha. A Contratada deverá apresentar croqui, contendo detalhe dos escoramentos, antes da sua execução.

- 6.5. Serão atendidas pela Contratada todas as exigências da Municipalidade quanto à proteção da obra, inclusive, se for o caso, o telamento total ou parcial das fachadas, a construção de bandejas protetoras e a adoção de outras medidas preventivas contra acidentes.

7. DEMOLIÇÕES / REMOÇÕES

- 7.1. **FUNDAÇÃO** - A remoção de elementos das fundações, caso se faça necessária, deverá ser feita tomando-se as precauções devidas, quanto à necessidade de escoramento e calços. As peças a serem retiradas deverão ser analisadas quanto à possibilidade de seu aproveitamento.

O aproveitamento de pedras, tijolos de barro ou peças de madeira na recomposição da fundação estará condicionado à deteriorabilidade destes elementos, podendo ser reaproveitados somente aqueles que apresentarem integridade física.

- 7.2. **ESTRUTURA PORTANTE** - A remoção de peças da estrutura portante, se for o caso, deverá ser feita com os escoramentos necessários a cada caso.

Os escoramentos deverão ser feitos considerando as relações de forças existentes e de modo a não sobrecarregar qualquer elemento estrutural.

Havendo possibilidade de aproveitamento de peças retiradas, estas deverão ser acondicionadas em local apropriado, fora do contado com o solo, em espaço ventilado, para posterior tratamento e reaplicação.

Os encaixes das peças deverão ser alvo de maiores cuidados, evitando-se quebras, trincas ou perdas na remoção.

7.3. COBERTURA: MADEIRAMENTO

A retirada das peças da estrutura da cobertura deverá ser precedida de avaliação quanto à necessidade de escoramentos, e dependendo do caso, numeradas ou mapeadas. Todas elas serão devidamente prospectadas, com fins de definição de permanência ou retiradas. As peças retiradas deverão ser empilhadas e reavaliadas para emprego em outros serviços.

Os materiais não aproveitáveis deverão ser listados com indicações de metragens e informados ao Contratante. Na remoção de peças de madeira ou metálica, deverão ser tomadas medidas apropriadas de proteção contra danos à edificação.

Dentre estas medidas deverão ser providenciados: apoios, anteparos, telas, escoras, entre outros dispositivos necessários à segurança. Estas medidas visam mais freqüentemente a proteger contra queda de peças.

Todas as madeiras que irão ser utilizadas na obra deverão ser devidamente imunizadas antes de sua aplicação, conforme recomendações especificadas no item próprio.

Na remoção de peças de madeira, concreto ou metálica deverão ser tomadas medidas apropriadas de proteção contra danos à edificação.

7.4. COBERTURA: ENTELHAMENTO

A remoção de telhas será feita sempre tomando medidas preventivas e necessárias à segurança, como as indicadas na remoção de peças da estrutura de cobertura. Estas medidas visam mais freqüentemente a proteger os forros e elementos artísticos contra queda de telhas.

A retirada das telhas deverá ser efetuada de maneira criteriosa, buscando-se o máximo de reaproveitamento, para posterior utilização.

Toda telha retirada deverá ser empilhada de forma adequada, que não propicie o seu desgaste ou perda. Telhas muito quebradas ou com fissuras serão inutilizadas.

As que apresentarem condições de aproveitamento serão escovadas com escova macia e água antes da recolocação.

Nos casos em que, após a retirada de telhas, não se proceder à recolocação imediata, a parte descoberta será protegida por lona plástica apropriada, que será mantida por pesos e colocada de forma a não permitir retorno de águas de chuvas.

A Contratada se responsabilizará pela manutenção, em boas condições, da cobertura plástica, por todo o tempo em que esta permanecer, verificando quanto à ação de ventos e rasgos em sua superfície, que permitam entrada de águas de chuvas.

7.5. REVESTIMENTO / PISO

As demolições de reboco serão feitas sempre tendo em vista cuidados com a preservação do elemento da alvenaria ou alma da parede.

Revestimentos que apresentarem descolamento, e que possuírem pintura ou acabamentos com interesses de preservação não poderão ser demolidos, passando a serem objetos de estudos específicos de restauração.

Na remoção de calçadas, pavimentos externos e internos, escadas ou muros, proceder-se-á de forma a não comprometer as partes que se encontram em bom estado de conservação.

7.6. VÃOS

Na remoção de enquadramentos de vãos deverá ser analisada a necessidade de escoramentos. A retirada de caixilhos, folhas, peças do enquadramento e ferragens deverá se proceder de modo a não prejudicar os elementos construtivos da edificação.

7.7. INSTALAÇÕES PREDIAIS

As remoções de tubulações embutidas em paredes deverão ser executadas, abrindo-se apenas o necessário para a retirada das mesmas.

Na remoção de quaisquer peças que sejam de interesse de preservação, deverão ser tomadas as precauções necessárias à sua proteção.

8. PAREDES ESTRUTURAIS, DE VEDAÇÃO E MUROS

8.1. ALVENARIAS ESTRUTURAIS / VEDAÇÃO

Tijolos maciços - As alvenarias de tijolos maciços obedecerão as dimensões e os alinhamentos determinados no projeto. As espessuras indicadas referem-se às paredes depois de revestidas. Admite-se, no máximo, uma variação de 2 cm com relação à espessura projetada.

A execução deverá proceder obtendo-se a horizontalidade das fiadas, alinhamento das mesmas e verticalidade da parede. Os tijolos deverão ser ligeiramente molhados antes da colocação.

9. VÃOS: QUADROS E FECHAMENTOS

9.1. VERGAS, OMBREIRAS, PEITORIS E SOLEIRAS

No enquadramento de portas e janelas em seus diversos elementos - verga, ombreira, peitoril e as soleiras, deverão manter o mesmo acabamento, seção e desenho dos similares da edificação.

Os enquadramentos de madeira poderão ser de peças maciças ou em caixão, neste caso formado pelos alizares e aduelas.

As madeiras utilizadas nos enquadramentos com peças maciças serão o ipê roxo, o jatobá ou o angelim. Nos enquadramentos em caixão serão utilizados o cedro, o

jequitibá, o angelim ou o angico, sendo sumariamente recusadas todas as peças que apresentarem empenos, rachaduras, lascas, nós ou outros defeitos.

Na execução de peças de enquadramento deverão ser mantidos as seções, acabamentos, encaixes e apoios encontrados na edificação e o assentamento das peças deverá ser feito no esquadro e com nivelamento.

Quando a peça de madeira maciça de posição vertical no enquadramento não coincidir com peça estrutural, esta será fixada na alvenaria com chumbadores de ferro CA-25 de 1/4" e 30,0 cm de comprimento, rosqueado na madeira. Os chumbadores serão espaçados de 30,0cm, quando a peça for maior de 2,00m, devendo ser de 20,0cm para peças menores. Os chumbadores deverão estar totalmente imersos na argamassa de assentamento, que deverá formar conjunto monolítico com a alvenaria.

Os enquadramentos em caixão, quando recomendados em projeto, terão suas peças de posição vertical fixadas em tacos de madeira, de formatos trapezoidais. Os tacos serão chumbados na alvenaria, sendo parafusados aos alizares e aduelas por parafusos de 6x 3.1/2". Os alizares e aduelas com mais de 2,0 m serão parafusados a cada 50,0cm e os menores receberão parafusos a cada 30,0cm. Os parafusos serão apertados de modo a não facear a madeira, devendo o pequeno ressalto ser coberto por argamassa de cola e serragem fina ou massa acrílica para madeira.

Quando não recomendada a fixação através de parafusos, deverão ser usados pregos 17x21, batidos cuidadosamente na madeira, em quantidade suficiente de modo a permitir maior consolidação do enquadramento com a alvenaria.

Os remendos a serem feitos deverão ser precedidos do desbaste da parte deteriorada e executados com madeira de mesma espécie, com a qualidade especificada acima e com perfeito ajuste e nivelamento na peça a ser remendada.

Os enquadramentos executados em argamassa deverão seguir o padrão da edificação em seu ressalto, com relação ao plano da alvenaria e em seu acabamento, que poderá ser liso ou relevado.

Na execução do enquadramento será colocado sarrafo de madeira, ao longo da altura e largura do vão, para fazer o esquadro e criar o seu alinhamento e espessura. Na alvenaria serão chumbados tacos de madeira em formato trapezoidal, como esperas de

parafusos para fixação de dobradiças. A argamassa para feitura do quadro será 1:1:4 (cimento, cal e areia).

9.2. FECHAMENTOS COM FERRAGENS / MADEIRA / VIDROS

Madeira - As portas e janelas de madeira obedecerão rigorosamente às indicações dos respectivos desenhos de detalhes, sendo recusadas as peças que apresentarem empenamento, nós, rachaduras, deslocamentos, lascas ou outros defeitos, podendo ser executadas em cedro, jequitibá, sucupira ou angelim. As tábuas para confecção das folhas deverão ser aparelhadas dos dois lados.

As folhas de portas a serem executadas deverão acompanhar o tipo existente na edificação. A execução deverá apresentar encaixes, juntas e acabamentos iguais aos existentes na edificação. O mesmo deverá ser observado para as bandeiras das portas.

As janelas de madeira a serem executadas deverão acompanhar o tipo existente na edificação. Sua execução deverá obedecer a detalhes de projeto e seguir o modelo das existentes na edificação.

Os arremates de proteção das esquadrias deverão ser de madeira da mesma espécie e seguirão rigorosamente os desenhos de detalhe.

Todo trabalho de execução de portas, janelas e também outros elementos de madeira, deverá ser feito por marceneiro de comprovada experiência.

A madeira a ser empregada nas esquadrias deverá estar seca, com teor de umidade entre 20% e 30%, isenta de branco, caruncho ou broca, sem nós falhas ou fendas que comprometam sua durabilidade, resistência ou aparência.

Ferragens - Todas as ferragens existentes na edificação - fechaduras, espelhos, maçanetas, chaves, dobradiças, trincos, fechos, ferrolhos, ganchos, pinos, travas, tranquetas, esperas e outras deverão ser investigadas quanto ao seu estado de conservação e funcionamento. A Contratada deverá fazer relatório listando todas as ferragens, discriminando-as por esquadrias e anotando seu estado de conservação.

As ferragens empregadas em portas e janelas poderão ser originais, a serem recuperadas, copiadas de modelos originais ou modelos atuais, devendo em qualquer

caso serem precisas no seu funcionamento. As ferragens copiadas de modelos originais deverão manter destes o mesmo desenho e acabamento.

As peças a serem recuperadas deverão estar em condições de resistir aos esforços de tração, torção e compressão, nas partes que sofrerem estas solicitações tal que a sua recuperação dê garantia de longa vida à mesma. No aproveitamento de ferragens deverá ser removida a ferrugem, examinada a resistência de trincas e outros defeitos, que possam comprometer sua resistência e o bom funcionamento.

A recuperação deverá ser feita com técnica apropriada, através de solda. As soldagens e emendas manterão o acabamento e aparência das peças originais. Na retirada de ferragens para recuperação, bem como na retirada de folhas de portas e janelas aproveitando as ferragens, cuidados maiores deverão ser tomados para não danificar as partes.

O emprego de ferragens de modelos atuais será feito dentro da boa técnica e atendendo as recomendações do fabricante.

A colocação de ferragens será feita obedecendo ao modo de fixação empregado na edificação. Os rebaixos ou encaixes para dobradiças, fechaduras e outros terão as formas das ferragens, não sendo toleradas folgas que exijam emendas ou outros artifícios. Os pregos ou cravos deverão ter dimensões suficientes para garantir os esforços com que trabalham.

Quando recomendado o uso de parafusos na fixação de ferragens, estes deverão ter diâmetro adequado ao furo da peça, e comprimento suficiente para garantir a fixação. A Contratada fará constar em relatório, a fixação das ferragens, discriminando os pregos e parafusos empregados.

A escolha de esquadrias novas, das fechaduras, dobradiças, fechos, trincos e outros não identificáveis em projeto será determinada pela Fiscalização.

As ferragens, quando recomendado, serão pintadas a óleo, em duas demãos, antes de sua colocação. Após a colocação ainda deverão ser previstos retoques.

As peças a serem pintadas deverão estar limpas, isentas de óleos ou sujidades e sem sinal de ferrugem, que possam comprometer a eficácia da pintura.

Na pintura de esquadrias, para evitar escorrimento ou contaminações de tinta em ferragens não destinadas à pintura, estas serão convenientemente protegidas, devendo ser envolvidas por plástico ou papel. Os salpicos de tinta sobre as mesmas deverão ser removidos ainda frescos, com removedores adequados.

Vidros - Os vidros serão fornecidos, de preferência, nas dimensões de seus vãos, procurando-se, sempre que possível, evitar o corte no local da construção.

A fixação dos vidros será feita com massa de vidraceiro, colocada em porção suficiente para cobrir o rebaixo da madeira, e apresentar acabamento liso. A espessura mínima para os vidros comuns lisos e transparentes será de 3mm.

As bordas de cortes serão esmerilhadas, sendo vedado o emprego de chapas de vidro que apresentem arestas estilhaçadas.

Os locais onde estiver se procedendo a envidraçamento, para identificação da presença da chapa de vidro, não será permitido o uso de marcas com pintura e cal. Para este fim deverão ser utilizados os adesivos que acompanham o material desde a fábrica.

Todos os vãos envidraçados expostos às intempéries serão submetidos à prova de estanqueidade por meio de jato de mangueira d'água sob pressão.

10. COBERTURAS E BEIRAIS

10.1. ESTRUTURA DE MADEIRA

A execução ou recuperação da estrutura do telhado será precedida pela retirada de peças conforme observado no item 7.3.

A execução da estrutura de madeira do telhado obedecerá ao projeto, desenhos de detalhe e planilha. Na falta destes, toda intervenção no telhado deverá ser feita com desenho de detalhes e especificação, elaborados pela Contratada e previamente aprovados pelo Contratante.

A seção e disposição das peças serão rigorosamente iguais aos existentes na edificação. O madeiramento para toda a cobertura será em parajú, ipê ou jatobá, com preferência nesta ordem. A utilização de outra madeira deverá ter a aprovação da Fiscalização. A madeira deverá atender ao disposto no item 7.3.

Os engradamentos de telhado, quando mal solucionados, incapazes de receber e distribuir convenientemente os esforços aos quais estão solicitados deverão ser

avaliados e redimensionados, fazendo-se a introdução, se necessário, de terças, mãos francesas, entre outros dispositivos que possam assegurar a sua perfeita sustentação. A Contratada deverá fazer esta avaliação, propondo ao Contratante as alterações necessárias.

As ligações e encaixes seguirão os tipos existentes na edificação sendo que, aqueles que se mostrarem precários ou insuficientes para absorverem e transmitirem esforços, poderão ser melhorados retirando-se as peças e fazendo-se as adaptações necessárias.

Emendas em terças, contrafrechais e cumeeiras só poderão ser feitas sobre os caibros armados. Nos caibros armados em que o apoio das pernas se faz diretamente nos frechais ou em tarugos o encaixe será em boca de lobo.

O espaçamento entre caibros e ripas obedecerá ao existente na edificação. As peças serão pregadas com pregos galvanizados. No caso de peças de maior porte, quando impossibilitado o uso de pregos, poderão ser utilizados parafusos.

Nos beirais, a execução de contrafeitos deverá acompanhar os elementos existentes. Todos os elementos de beirada introduzidos guardarão as dimensões, detalhes, fixação e encaixes dos elementos originais da edificação.

No madeiramento do telhado, as peças existentes e superdimensionadas poderão encontrar-se com perdas de 20% a 30% de sua seção, sem necessidade de substituição. A permanência destas peças fica condicionada ao exame de sua função estrutural.

10.2. ENTELHAMENTO E ACESSÓRIOS

As telhas de barro novas deverão ser feitas de barro fino e bem cozido, apresentando superposição bem definida. Deverão ser compactas, de porosidade específica inferior a 20%, apresentando superfície lisa e coloração uniforme. As telhas deverão atender a NB-7172 e NB-6462 e satisfazer as EB-21 e MB-54, no que se aplicar às especificidades de técnicas e materiais usados em trabalhos de restauração.

As telhas canal novas a serem introduzidas serão de comprimento, curvatura e espessura iguais ou muito próximas às existentes na edificação, devendo as telhas bica ter na sua parte convexa, um chanfro plano e paralelo às ripas, para estabelecer seu apoio e eliminar oscilações e escorregamentos.

As telhas reaproveitadas, para serem utilizadas como capas, serão escovadas com escova macia e lavadas, até se verem livres de depósitos e parasitas, tendo-se o máximo cuidado para que esta operação não desgaste a telha.

As telhas em bom estado, mas de alta porosidade, poderão ser tratadas com hidrofugante incolor, Hidroved da Ciplak ou Conservado 5 Silicone da Sika ou o Acquela da Otto Baumgart S.A., sempre seguindo as recomendações do fabricante. A utilização deste tratamento será condicionada a aprovação por escrito da Fiscalização.

O assentamento de telhas canal será feito colocando-se primeiramente as telhas bica, da beirada para a cumeeira, com a extremidade mais larga voltada para cumeeira. Na beirada as telhas deverão ter no máximo 15,0cm de balanço com relação à prumada de seu apoio. Na sua parte mais larga, o afastamento entre duas fiadas de telhas bica será de aproximadamente 5,0cm. As telhas deverão estar dispostas em alinhamento.

As telhas capa serão colocadas com a extremidade mais estreita voltada para a cumeeira. A sobreposição das telhas capa e bica será de aproximadamente 10,0cm.

O emboçamento das fiadas será feito com argamassa 1:2:8 (cimento, cal e areia), devendo a argamassa ocupar toda a sobreposição das telhas capa. Também serão emboçados as cumeeiras e beirais. As extremidades das cumeeiras poderão ser completadas por telha recortada - “peito de pombo”- que serão emboçadas no seu lado de baixo.

Os depósitos ou salpicos que surgem nas telhas, durante o emboçamento, deverão ser imediatamente removidos, garantindo-se a perfeita limpeza das mesmas, e, imediatamente após o endurecimento da argamassa do emboçamento das telhas, este será caiado a duas demãos.

Deverão ser feitos os bebedouros junto à cumeeira por sobre posição de pedaço de telha sobre as bicas. O pedaço de telha deverá entrar por baixo da cumeeira, sendo a ela emboçado.

As extremidades das telhas em balanço nas beiradas serão assentadas com a intercalação de meias telhas, com a concavidade voltada para cima. As meias telhas serão postas sob as telhas canais e servirão para reter a argamassa do emboçamento que aí será feito.

À medida que se desenvolvem os trabalhos de entelhamento, deverão ser colocadas tábuas sobre as partes sobrepostas das telhas, por onde se fará o trânsito, que nunca poderá ser diretamente sobre as telhas.

As chapas galvanizadas para uso de guarnições pluviais deverão suportar dobragens de até 180 graus, sem comprometer sua camada galvanizada.

As tábuas de guarda-pó dos beirais terão suas peças avaliadas e substituídas obedecendo aos critérios estabelecidos para o item 13. FORROS. Os cachorros dos beirais deteriorados terão suas peças substituídas, obedecendo as mesmas dimensões, sambladuras, encaixes, acabamentos e qualidade da madeira das peças originais.

A Contratada se responsabilizará pela total proteção da edificação, enquanto estiver realizando os trabalhos de cobertura. Deverão ser tomadas as providências cabíveis a cada caso, e que impeçam a ação de chuvas e ventos.

11. PISOS

11.1. BASES/ESTRUTURA

A recuperação das bases ou estrutura dos pisos será precedida pela preparação da mesma para o assentamento das peças. A execução e/ou recuperação obedecerá a projeto e detalhamento. Na falta deles, toda intervenção deverá ser feita com detalhes e especificações elaborados pela Contratada e previamente aprovados pela Contratante.

A areia a ser utilizada deverá ser limpa, isenta de argila, substâncias orgânicas ou terrosas.

11.2. ACABAMENTOS

A remoção de lajes de pedra para execução de serviços diversos (retificação, drenagem, instalações hidráulicas e elétricas) deve ser feita com todo cuidado para se evitar perdas e assegurar seu reaproveitamento. Se possível, proceder ao mapeamento do piso com a numeração das pedras.

O assentamento das lajes ou cerâmicas poderá ser feito diretamente sobre solo devidamente picotado e umedecido ou sobre contrapiso de concreto simples com argamassa de cimento e areia na proporção de 1:4. O rejuntamento das lajes, inclusive nas retificações, será de cimento e areia no traço 1:3. A colocação de pedras novas para recomposição e/ou complementação de falhas nos pisos de lajeado deve obedecer ao tipo, cor e textura das existentes. A escolha do novo piso de cerâmica no interior da capela deve obedecer ao tipo, cor, resistência e textura especificadas em projeto.

12. REVESTIMENTO DE PAREDES / TETOS

12.1. PAREDES

No processo de remoção de rebocos chochos ou em desagregação, as partes ocas encontradas nas paredes deverão ser encascadas, ou seja, preenchidos os vazios com pequenas lascas de pedra, tijolo ou telha, acompanhados de argamassa 1:1:4 (cimento, cal e areia) para em seguida receberem o novo revestimento.

As paredes novas de tijolo cerâmico serão revestidas das seguintes camadas:

- chapisco simples com argamassa 1:4 (cimento e areia);

- emboço em argamassa de cimento, cal e areia, 1:1:7 internamente e 1:1:6 externamente, com espessura média de 1,5cm;
- Reboco com argamassa de cimento, cal e areia na proporção de 1:1:6;
- Poderá ser aplicada até duas camadas de emboço, dependendo da espessura exigida e, neste caso não se aplica o reboco.

A areia a ser utilizada deverá estar seca, ser de granulometria escalonada, mantendo menos de 10% de partículas menores de 0,150mm, recomendando-se a utilização de areia de jazida com forma angular/irregular sendo, em último caso, admitido o uso de areias de jazidas com forma arredondada.

Para a recomposição dos revestimentos das paredes deverá ser observada a uniformidade entre as superfícies novas e antigas. Será adotado o seguinte procedimento:

- desagregar o revestimento antigo;
- depois de limpar toda a superfície, tirar os pontos de prumo e alinhamento dos vãos;
- molhar aos poucos toda a parede até a água escorrer abaixo, para ficar bem úmida e melhor agregar o chapisco;
- em seguida, chapiscar com massa de cal e areia no traço 1:3, em solução aquosa;
- após 14 horas, o reboco poderá ser iniciado utilizando-se a composição 1:1:6 (cimento, cal e areia).

13. FORROS

13.1. **ESTRUTURA** - A estrutura dos forros de madeira é constituída de barrotes e cambotas que se encaixam nas alvenarias, madres e frechais. A recuperação e/ou colocação dessa estrutura deve seguir procedimentos similares aos mencionados nos itens específicos de madeira.

Na execução de forros novos deverão ser observadas as especificações do projeto, que determinará o tipo de forro a ser empregado.

As tábuas a serem utilizadas não poderão ter espessura inferior a 2,0 cm, deverão estar bem secas, isentas de defeitos de acabamento, e estarem devidamente imunizadas antes de sua fixação. Poderão ser de cedro, angelim, ipê, vinhático, jequitibá ou canela parda.

13.2. COMPLEMENTOS - As cimalthas, frisos e abas são elementos fixados nas paredes que arrematam os forros de tabuado em toda a sua volta. A execução desses elementos deve obedecer rigorosamente aos esquemas originais e detalhamento do projeto.

As madeiras a serem utilizadas nas recomposições deverão seguir as mesmas especificações contidas no item 13.1. *Estrutura*.

14. TRATAMENTOS E PINTURAS

14.1. IMUNIZAÇÕES/PROTEÇÕES

As peças novas de madeira a serem introduzidas na edificação deverão ser adquiridas previamente e imunizadas pelo processo de autoclave, que proporciona mais penetração do produto na madeira. Para tanto, faz-se necessário que a madeira seja entregue certificada com o selo FSC. Por questões de preservação ambiental (rejeição de resíduos), não se recomenda a construção de tanques de imersão de madeira para imunização.

As peças removidas para posterior reutilização e as não removíveis deverão ser imunizadas em solução de piretróide, segundo especificação do fabricante, aplicada através de gotejamento ou pulverização, até o encharcamento.

No gotejamento, ou injeção, serão utilizados tubos de soro fisiológico, contendo a solução imunizadora, suspensos com fios de arame.

No caso de imunização por pulverização, serão utilizadas bombas convencionais individuais.

Os operários que manipularão o imunizante deverão estar protegidos por luvas de borracha, máscaras, óculos, blusas e calças de mangas e pernas compridas. É

indispensável a utilização desses equipamentos devido à toxicidade do material, que pode ser absorvido pela pele, caso as precauções devidas não sejam tomadas.

14.2. IMPERMEABILIZAÇÃO / TRATAMENTO

Quando necessária a impermeabilização dos rebocos, adicionar à argamassa de emboço, produtos próprios em proporção a ser observada nas próprias embalagens do produto especificado. No caso de pisos, adicionar o produto impermeabilizante na argamassa de preparação dos mesmos.

Para eliminar bolor, mofos, algas e fungos de superfícies de pedra, tijolos, concretos, rebocos e madeira, utilizar produtos antimofos líquidos que deverão ser aplicados com pulverizador, pincel ou trincha, diretamente nos locais a serem tratados. Deixar secar e esperar pelo menos uma semana. A seguir, retirar os resíduos com escova e lavar com água. No caso de madeira, passar apenas pano úmido. Este tratamento deverá ser feito após avaliação do estado de conservação do objeto a ser tratado.

Recomenda-se na aplicação desses produtos usar luvas de borracha e evitar contato com os olhos e a pele.

A preparação posterior da madeira, seja para receber pintura esmalte, envernizamento ou enceramento, será feita de acordo com as recomendações descritas no item 9.2. *Madeira.*

Para o tratamento das superfícies ferrosas, observar as recomendações contidas no item 9.2. *Ferragens.*

14.3 PINTURAS

Um bom trabalho de pintura começa sempre pela correta preparação da superfície. Por isto, alguns cuidados devem ser rigorosamente observados na execução do serviço.

As tintas látex PVA serão aplicadas sobre superfície previamente preparada, com rolo de espuma, trincha ou revólver, em número de demãos necessário para um bom

acabamento. Entre as demãos, deve-se aguardar um intervalo de pelo menos 04 horas. Só será admitida a utilização de tinta de primeira linha existente no mercado.

As superfícies de madeira que irão receber pintura esmalte sintético, deverão ser previamente tratadas, com a execução de remendos e emassamentos necessários, inclusive de emendas, utilizando-se madeira de mesma espécie ou similar para os remendos. O emassamento a ser feito com serragem e cola PVA, dependendo da largura e profundidade da irregularidade, poderá ser feito em duas camadas: uma com serragem mais grossa, como preenchimento, e outra com serragem fina de lixadeira, para acabamento. Posteriormente as superfícies serão lixadas eliminando-se as farpas, limpas e finalmente seladas garantindo um perfeito acabamento. Para a aplicação da pintura nova deverão ser retiradas as camadas de tintas a óleo ou esmalte velhas e em excesso nas esquadrias de madeira, utilizando-se removedor apropriado. Poderá ser utilizada uma fonte de calor para a extração da tinta velha, desde que haja o devido controle da temperatura para que esta não danifique a madeira e sejam adotadas as medidas de segurança necessárias.

Para o enceramento de peças de madeira, estas deverão ser tratadas previamente, conforme descrito no item anterior. Posteriormente deverá ser feita a calafetação das juntas quando necessárias, lixar e limpar a superfície.

Quando se tratar de repintura, o procedimento a ser adotado na preservação da superfície dependerá das condições da pintura anterior. Se esta apresentar descascamento, gretas, mofo e outras falhas, estas devem ser removidas completamente, adotando-se posteriormente as instruções descritas no item anterior. Se a pintura anterior se apresentar em boas condições, basta lixar cuidadosamente a superfície até eliminar o brilho e remover o pó. A remoção da pintura deverá ser feita com produtos adequados (Thinner ou similar). Se as camadas forem diversas a remoção deverá ser feita cuidadosamente com maçarico.

As superfícies de madeiras com envernizamento anterior deverão ser lixadas, raspadas e escovadas para eliminar as partes deterioradas.

As superfícies metálicas ferrosas deverão ser preparadas eliminando-se as sujidades e quaisquer indícios de ferrugem aplicando-se posteriormente uma demão de um primer anticorrosivo.

Superfícies já pintadas serão lixadas e a aplicação do primer anticorrosivo poderá ser feita apenas nas partes em que ficou exposta.

A tinta esmalte será aplicada sobre superfície previamente preparada, com rolo de espuma ou trincha, em número de demãos necessário para um bom acabamento. Entre as demãos, deve-se aguardar um intervalo de 12 horas, sendo que entre a 1ª e a 2ª, a superfície deve ser novamente lixada.

No caso de esquadrias que levarem vidros a 1ª demão deverá ser aplicada antes da colocação dos vidros.

A pintura grafite protege e dá acabamento às superfícies metálicas ferrosas, apresentando em sua composição pigmentos anticorrosivos de alta resistência às intempéries. Terá aplicação similar à descrita no item anterior.

A pintura a cal é aplicada em até quatro demãos e em sentidos opostos (horizontal e vertical). É de fundamental importância a sua aplicação em camadas mais finas e com mais demãos. Para uma melhor qualidade do trabalho, deve-se proceder na raspagem total da superfície a ser pintada, para retirar toda matéria desprendida e proporcionar maior rugosidade à base de fixação da cal; umedecimento da superfície da parede, doze horas antes da aplicação da primeira demão (na pintura externa, que recebe insolação) e obediência do intervalo mínimo de doze horas para a aplicação da demão seguinte.

Para a correta preparação, utilizar de preferência cal virgem de boa qualidade para ser hidratada no canteiro, de forma completa, devendo o material ficar sempre coberto por uma camada de água. O recipiente utilizado pode ser de fibrocimento ou de fibra de vidro. Utiliza-se uma pá de madeira para mexer o produto. Preparar a pasta de cal, adicionando 40 a 50% de água na cal hidratada; diluir uma parte da pasta de cal em quatro a cinco partes de água; adicionar, se necessário, mais água, de acordo com a base a ser caiada; adicionar o aditivo consolidante (tem-se utilizado o óleo de linhaça, na proporção de um litro para cinquenta litros da cal preparada, ou seja, 2%. Este produto, além de bom fixador, é retardador de secagem, proporcionando uma melhor cura da caiação.

As madeiras aplicadas em forros, esquadrias, revestimentos, etc., algum tempo após o seu assentamento podem se contrair ao secar aparecendo frestas que deverão ser

calafetadas com uma massa constituída de serragem e cola branca e acabada com a aplicação de massa acrílica para madeira.

15. SERVIÇOS DIVERSOS

As intervenções de restauração e reconstrução de escadas devem seguir as especificações contidas no item 11. PISOS.

16. AGENCIAMENTO/PAISAGISMO

As áreas externas à Capela, inseridas no cemitério (cercadas pelos muros), são objetos de intervenções que estão propostas neste projeto, de acordo com as especificações descritas nos itens correspondentes deste caderno.

A área externa composta pela praça será objeto de intervenções, propostas neste projeto, de acordo com as especificações descritas neste projeto. Porém este item segue como sugestão, cabendo ao IPHAN, de comum acordo com a Prefeitura de Ouro Preto, concluir pelo aproveitamento e execução do projeto.

17. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Frederico Faria Neves. **Conservação de cantarias: manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

ALMEIDA, Lúcia Machado de. **Passeio a Ouro Preto**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

ÁVILA, Affonso. **Barroco Mineiro – Glossário de Arquitetura e Ornamentação**. Brasil: Fundação João Pinheiro, 1980.

BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938. Publicações do SPHAN, nº2.

BARBOSA, W. de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BENJAMIN, Walter. **Alegoria e drama barroco**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BOHRER, Alex Fernandes. **Antônio Pereira. Breve Histórico**. Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Secretaria Municipal de Patrimônio.

_____. **Ouro Preto: um novo olhar**. São Paulo: Scortecci Editora, 2011.

BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração**. Trad: Beatriz Mugaya Kuhl. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

DAMASCENO, Sueli. **Igrejas Mineiras; (Glossário de Bens Móveis)**. Instituto de Artes e Cultura. UFOP, 1897.

DIAS, Paola de Macedo Gomes, MASCARENHAS, Alexandre. **Cadernos Ofícios: Obras de Conservação**. -Ouro Preto, FAOP, 2008, 7v.

DONADIO, Fábio. **Cadernos Ofícios: Pintura**. -Ouro Preto, FAOP, 2008, 6v.

DORR, John Van N. **Physiographic, Stratigraphic, and Structural Development of the Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brazil**, 1963.

DVORAK, Max. **Catecismo da Preservação de Monumentos**. Trad: Valéria Alves Esteves Lima. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FATHY, Hassan. **Construindo com o povo: arquitetura para os pobres**. Trad: Maria Clotilde Santoro. Rio de Janeiro: Salamandra, Ed. Universidade São Paulo, 1980.

FERRAZ, Eugênio. **A Restauração da Casa dos Contos de Ouro Preto**. 2. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

GUIMARÃES, Lucas. **Ouro Preto de Bolso**. Belo Horizonte: Nossa Cidade, 1970.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1975.

IPHAN/MONUMENTA/BID. **Caderno de Encargos; Manual de acompanhamento e fiscalização de obras**. Ouro Preto, 2001.

IPHAN/MONUMENTA/UNESCO/Minc. **Manual de conservação de cantarias**. Grupo Tarefa Programa Monumenta - Ouro Preto, 2000.

IPHAN/MONUMENTA/BID. **Manual de conservação preventiva para edificações**. Unidade Executora do Projeto - Ouro Preto, 2000.

KANAN, Maria Isabel. **Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal**. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta. 2008. Cadernos Técnicos; 8.

LEAL, Fernando Machado. **Restauração e Conservação de Monumentos Brasileiros**. UFPE, 1977.

LEITE, Antonio Lobo. **Memórias de Habitante da Jacuba**. São Paulo: LER, 2008.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Vila Rica de Ouro Preto**. S.1: s.n., 1957.

MENDES, Nancy Maria. **O Barroco Mineiro em Textos**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

NAJJAR, Rosana. **Arqueologia histórica: manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

NOLASCO, Ney Ribeiro. **Cadernos Ofícios: Alvenaria**. -Ouro Preto, FAOP, 2008, 3v.

OLIVEIRA, Ronald Polito de. **Visitas Pastorais de Dom Frei José Da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais/IEPHA, 1998.

OZZORI, Manoel. **Almanack Administrativo, Marcantil, Industrial, Científico e Litterario do Municipio de Ouro Preto**. Ouro Preto: Typografia d'A ORDEM, anno 1, 1980. Apresentação de Maria Francelina Ibrahim Drummond. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1990.

PAULA, Geraldo Donizetti de/ROZENWAJM, Uziel K. **Cadernos Ofícios: Alvenaria**. -Ouro Preto, FAOP, 2008, 4v.

PEREIRA, Antônio. **Aspectos Folclóricos III: Histórias de Antônio Pereira**. Mariana: UFOP/ICHS, 1993.

RIBEIRO, Eliane Maria Fernandes. **Bocaiúva: Espaços Desiguais**. Verano Editora, 2006, v.1.

RUAS, Eponina. **Conhecendo Ouro Preto; Plano de Visitação e Mapa da Cidade**. Belo Horizonte: 1952.

SALES, Fritz Teixeira de. **Vila Rica do Pilar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

SALES, Herberto. **Cascalho**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 6. ed, 1975.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Gráfica Editora Sion, Difusão Pan-Americana do Livro, 2ªed, vol.2.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

VASCONCELLOS, Diogo de. **A Arte em Ouro Preto**. Edições da Academia Brasileira de Letras, 1934.

_____. **História Antiga das Minas Gerais (1703-1720)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

_____. **História Média das Minas Gerais**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1979.

_____. **Vila Rica, Formação e Desenvolvimento – Residências.** Belo Horizonte: Editora Perspectiva, 1977.

VIOLETT-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

